

2 MONTHS BATCH N^o 12

uma ciência e um arte, que
se aplica um político
e clareia um an.

A Pesa Da Pena

“Capetinha” P.A.O.T.

05-08-21

CULTHIS:

ACOLHIMENTO PSICOSSOCIAL E ABOLICIONISMO PENAL NA PRÁTICA

ORGANIZADORES

CAROLYNE REIS BARROS

GUILHERME DOS SANTOS AZEVEDO CARDOSO

BÁRBARA ASSENÇÃO DA SILVA FARIA

CULTHIS:

**acolhimento psicossocial
e abolicionismo penal
na prática**

Organizadores:

Carolyne Reis Barros

Guilherme dos Santos Azevedo Cardoso

Bárbara Assenção da Silva Faria

Editora Instituto DH

2024

C 968

CULTHIS: acolhimento psicossocial e abolicionismo penal na prática/
Organizadores: Carolyne Reis Barros, Guilherme dos Santos Azevedo Cardoso,
Barbara Assenção da Silva Faria - Belo Horizonte: UFMG, 2024

216 p. -

ISBN nº 978-65-991947-6-4

CULTHIS - Programa de extensão criado em 2008 a partir da realidade dos amigos e familiares das pessoas afetadas pelo cárcere em Minas Gerais, vinculado ao Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos humanos (LabTrab) da Universidade Federal de Minas Gerais.

Capa de: Angela Quinto, Jorge Xavier de Almeida, Saulo Moreira.

Inclui bibliografia

Outros autores: Angela da Silva Juscelino, João Batista Moreira Pinto, Larissa Viana de Carvalho Diniz, Mariana Luísa de Oliveira Ferreira, Meiricélia da Rocha, Nayara Rodrigues Medrado, Pedro Mendonça Moreira, Samuel Lourenço Filho, Thaísa Vilela Fonseca Amaral, Thays Christine da Costa Santos

1. Prisões 2. Ressocialização – Minas Gerais 3. Direitos Humanos 4. Inclusão Social 5. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Psicologia 6. Extensão Universitária – nas Gerais I. BARROS, Carolyne Reis (org.) II. CARDOSO, Guilherme dos Santos Azevedo, (org.) III. FARIA, Barbara Assenção da Silva IV. Título

CDD: 345

CDD: 360

CDU: 36

1ª Edição

Revisão: Rita Lopes

Projeto gráfico: KMA Soluções Gráficas

Editora Instituto DH

Rua Alexandre Barbosa, 29 - São José, Belo Horizonte - MG, 31275-140

Tel: 31 25350611

e-mail: editora@institutodh.org

As fotos da capa são do Eboição, (2022) livro de artista fruto de um processo de pesquisa que durou 3 anos, elaborado por Jorge Xavier de Almeida (agricultor familiar e militante social), Angela Quinto (poeta, artista visual e psicoterapeuta) e Saulo Moreira (professor, artista e pesquisador).



Este trabalho está sob uma licença Creative Commons

Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações 4.0 Internacional.

CONSELHO EDITORIAL

EDITORES

Carolynne Reis Barros

Universidade Federal de Minas Gerais

Vanessa Andrade de Barros

Universidade Federal de Minas Gerais

MEMBROS

Acácio Augusto Sebastião Junior

Universidade Federal de São Paulo

Alexandre Bernardino Costa

Universidade de Brasília

Ana Marta Lobosque

Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte

Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Resende

Universidade de Brasília

Caio Augusto Souza Lara

Escola Superior Dom Helder Câmara

Dominique Lhuillier

Conservatoire National des Arts et Métiers

Elaine Cristina Pimentel Costa

Universidade Federal de Alagoas

Giovani Clark

Universidade Federal de Minas Gerais

João Batista Moreira Pinto

Escola superior Dom Helder Câmara

José Geraldo de Sousa Junior

Universidade de Brasília

José Luiz Quadros de Magalhães

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Joseph Handerson

Universidade Federal do Amapá

Marco Aurélio Máximo Prado

Universidade Federal de Minas Gerais

Pierre Roche

Centre d'Études et de Recherches sur les Qualifications

Valdirene Daufemback

Universidade de Brasília

SUMÁRIO

Apresentação	07
Prefácio	13
<i>João Batista Moreira Pinto</i>	
Entrevista com Vanessa Andrade de Barros	17
<i>Carolyne Reis Barros</i>	
<i>Bárbara Assenção da Silva Faria</i>	
A metodologia de acolhimento psicossocial do Culthis: Reflexões a partir de dois casos	69
<i>Guilherme dos Santos Azevedo Cardoso</i>	
<i>Pedro Mendonça Moreira</i>	
A prática de extensão em rede: articulações políticas, combate à tortura e a Plataforma Desencarcera!	103
<i>Bárbara Assenção da Silva Faria</i>	
<i>Maria Teresa dos Santos</i>	
<i>Thays Cristhine da Costa Santos</i>	
<i>Guilherme dos Santos Azevedo Cardoso</i>	
<i>Carolyne Reis Barros</i>	
O nascer do Sol	131
<i>Samuel Lourenço</i>	
Despop: curso de desencarceradoras populares	133
<i>Angela da Silva Juscelino</i>	
<i>Carolyne Reis Barros</i>	
<i>Guilherme dos Santos Azevedo Cardoso</i>	
<i>Meiricélia da Rocha</i>	
<i>Nayara Rodrigues Medrado</i>	

Rede PSI: desafios e possibilidades no trabalho clínico com pessoas afetadas pelas práticas penais	153
<i>Larissa Viana de Carvalho Diniz</i>	
<i>Thaísa Vilela Fonseca Amaral</i>	
Entrevista com Dona Teresa	169
<i>Carolynne Reis Barros</i>	
<i>Guilherme dos Santos Azevedo Cardoso</i>	
Índice Remissivo	211
Sobre os(as) autores(as)	213

APRESENTAÇÃO

O livro que temos a honra de apresentar é uma tentativa de sistematizar o acúmulo de conhecimento produzido no programa de extensão Culthis: Espaço de Atenção Psicossocial às Pessoas Presas, Sobreviventes do Cárcere, seus Familiares e Amigos, vinculado ao Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos (LabTrab) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O título deste livro inspira-se nos questionamentos acerca de uma prática abolicionista nos espaços de construção do conhecimento científico.

Como será discutido ao longo das próximas páginas, o Culthis surgiu em 2008 a partir de convocações da realidade das pessoas afetadas pelo cárcere em Minas Gerais, incluindo aquelas presas, mas principalmente suas familiares e os sobreviventes, ou seja, pessoas que passaram pela prisão e são usualmente chamadas de egressos do sistema prisional.

Convidamos algumas pessoas que passaram pelo programa, como extensionistas ou como parceiros(as), para contribuir na elaboração dos capítulos, pois, parafraseando a professora Vanessa Andrade de Barros na entrevista deste livro, *“tudo que fizemos é coletivo”*. E, nessa perspectiva, o projeto realizou inúmeras atividades ao longo dos 16 anos, sempre com o objetivo da construção de uma extensão universitária cuja principal tarefa fosse constituir-se como um espaço de acolhimento psicossocial para pessoas afetadas pela prisão, desenvolvendo, assim, uma tecnologia social metodológica

de acolhimento psicossocial. Organizamos nosso trabalho a partir da indissociabilidade com a pesquisa e com o ensino e, dessa forma, compreendendo o acolhimento como parte do projeto, também realizamos ações voltadas para a incidência política e para a formação.

Desde 2019, dividimos nossas atividades em três eixos: i) eixo de atenção psicossocial, ii) eixo de articulações políticas e ii) eixo de formação, que se orientam pelos nossos principais referenciais teórico-metodológicos, explicados eventualmente em cada capítulo. A Criminologia Crítica e o Abolicionismo Penal (Zaffaroni, 1991; Baratta, 2011; Hulsman & Celis, 2019; Davis, 2020) são os referenciais pelos quais paulatim nossas discussões sobre sistema prisional e punitivo e a partir dos quais pensamos em uma transformação radical da sociedade para alcançar um mundo sem prisões. De modo similar, a Ergologia (Schwartz, 2006; Trinquet, 2010) e a Psicossociologia do Trabalho (Lhuillier, 2014; Cunha, 2014; Carreteiro & Barros, 2014) nos oferecem aportes sobre a própria produção do conhecimento, o que deve promover práticas de transformação da realidade em conjunto com as pessoas que a vivenciam, em uma relação horizontal de construção dos saberes, na qual o pesquisador/extensionista deve refletir sobre seu engajamento e as afetações da temática do cárcere na prática cotidiana. Por fim, a Clínica Política (Kolker, 2018) nos auxilia na prática de um acolhimento psicossocial que reconheça as violações estatais sofridas pelas pessoas atingidas pelo cárcere e nas estratégias coletivas para se lidar com violências que escapam à esfera individual.

No primeiro capítulo, apresentamos a **entrevista realizada com a professora Vanessa Andrade de Barros**, docente responsá-

vel pela criação do Culthis e do LabTrab. Conversamos sobre o contexto e a construção do projeto ao longo do tempo e as principais contribuições para a elaboração de um conhecimento científico a partir do Abolicionismo Penal e da Psicologia do Trabalho.

Após, no capítulo ***“A metodologia de acolhimento psicossocial do Culthis: reflexões a partir de dois casos”***, de Guilherme dos Santos Azevedo Cardoso e Pedro Mendonça Moreira, os autores apresentam a proposta metodológica de acolhimento psicossocial a partir da descrição e análise no acompanhamento de dois casos do programa, de uma mulher familiar e de um homem sobrevivente do cárcere. Os autores frisam que a referida metodologia é construída a partir de convocações da realidade e que o objetivo do acolhimento psicossocial vai no sentido de amenizar os impactos do cárcere, tendo em vista que a superação desse contexto depende da também superação do próprio sistema prisional e da sociabilidade capitalista que dá base à existência das prisões.

No capítulo seguinte, ***“A prática de extensão em rede: articulações políticas, combate à tortura e a Plataforma Desencarcera!”***, Bárbara Assenção da Silva Faria, Thays Costa, Guilherme dos Santos Azevedo Cardoso e Carolyne Barros apresentam as atividades do eixo de articulação política, estabelecendo um rastro na construção da Plataforma Desencarcera! e apontando a importância dos espaços de representação e das parcerias do programa.

No quarto texto, ***“O nascer do Sol”***, Samuel Lourenço traz para o papel os sentimentos das familiares no dia de visita nas prisões.

No capítulo cinco, **“Despop: Curso de Desencarceradoras Populares”**, Angela da Silva Juscelino, Carlyne Reis Barros, Guilherme dos Santos Azevedo Cardoso, Meiricélia da Rocha e Nayara Rodrigues Medrado expõem as experiências em realizar duas edições de um curso voltado para familiares, sobreviventes do cárcere e militantes antiprisionais. Tal iniciativa é parte das ações que priorizam espaços coletivos para a construção de conhecimentos que produzam intervenções transformadoras na realidade prisional. O curso consiste em um lugar para o fortalecimento subjetivo e a formação política a partir de uma proposta de construção do conhecimento compartilhada entre universidade e sociedade civil.

Intitulado **“Rede Psi: desafios e possibilidades no trabalho clínico com pessoas afetadas pelas práticas penais”**, o sexto capítulo, escrito por Larissa Viana e Thaísa Vilela, explica o contexto da construção de uma rede de psicólogos voluntários que atendem familiares e sobreviventes do cárcere em uma perspectiva crítica sobre o tema.

Por fim, o último capítulo dedica-se a uma **entrevista com Maria Teresa dos Santos**, mais conhecida como Dona Teresa. Uma das referências de militância antiprisional no Brasil, sua história é uma inspiração para a construção das atividades de extensão. Temos a honra de mantê-la como nossa parceira, e de forma mais ampla, também ressaltar nossa parceria com a Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade de Minas Gerais, demonstrando as potencialidades da construção do conhecimento em conjunto com as pessoas que vivenciam as referidas situações.

Esperamos que esta publicação possa inspirar a construção de projetos de pesquisa-intervenção e extensão universitária que possuam uma perspectiva abolicionista penal e uma postura horizontalizada na produção do conhecimento científico com as pessoas afetadas pelo cárcere, a fim de um dia existir uma sociedade sem cárceres e, consequentemente, outro modo de produção da existência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Baratta, A. (2011). ***Criminologia crítica e crítica do direito penal: Introdução à sociologia do direito penal (6ª ed)***. Rio de Janeiro: Editora Revan.

Carreteiro, T. C. O. & Barros, V. A. (2014). Intervenção Psicossociológica. In: Bendassolli, P. F.; Sobol, L. A. P. (Org.). ***Métodos de Pesquisa e Intervenção em Psicologia do Trabalho - clínicas do trabalho***. 1ed. São Paulo: Atlas, v. 1, pp. 101-128.

Cunha, D. (2014). Ergologia e psicossociologia do trabalho: desconforto intelectual, interseções conceituais e trabalho em comum. ***Cadernos de Psicologia Social do Trabalho (USP)***, 17(1), 55-64.

Davis, A. (2020). ***Estarão as prisões obsoletas? (5ª ed.)***. Rio de Janeiro, RJ: Difel.

Hulsman, L. & Celis, J. B. (2019). ***Penas perdidas: O sistema penal em questão***. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Revan.

Lhuillier, D. ***Introdução à psicossociologia do trabalho. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho***, [S. l.], v. 17, n. spe1, p. 5–19, 2014. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p5-19. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpst/article/view/80628..> Acesso em: 29 out. 2024.

Kolker, T. (2018). Atenção psicossocial a afetados pela violência de estado – subsídios e contribuições para a construção de uma política pública. In O. Françoze (Org.), ***Clínica Política: lá em Acari*** (pp. 155-209). Rio de Janeiro: Iser.

Schwartz, Y. (2006). ***Entrevista: Yves Schwartz. Trabalho, Educação e Saúde***, v. 4, n. 2, p. 457–466, set.

Trinquet, P (2012). Trabalho e educação: o método ergológico. ***Revista HISTEDBR On-line***. Campinas, SP, v. 10, n. 38e, p. 93–113.

Zaffaroni, E. R. (1991). ***Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal***. Editora Revan.

PREFÁCIO

João Batista Moreira Pinto¹

Foi com muita alegria, e me sentindo honrado, que recebi o convite para prefaciar o livro “Culthis: acolhimento psicossocial e abolicionismo penal na prática”, organizado por Carolyne Reis Barros, Guilherme dos Santos Azevedo Cardoso e Bárbara Assenção da Silva Faria.

Como membro fundador do Instituto DH e seu atual presidente, tive a satisfação de acompanhar a trajetória do LabTrab, espaço que deu origem ao Culthis. O Instituto DH é um parceiro de primeira hora do LabTrab/Culthis, uma vez que muitas e muitos associados (as) são fundadores (as) e integrantes do LabTrab/Culthis. Prova disso é a criação no instituto, desde a sua fundação, de uma área específica para atuar com o sistema prisional. Da mesma forma, a participação e o apoio do Instituto DH a muitas das ações do Culthis, por exemplo, o desenvolvimento de projetos, a utilização de parte de sua estrutura para realização de atividades de formação interna ou externa, a parceria para a implementação de ações de visibilidade da questão prisional, tal como o bloco “*Sem prisões e sem manicômios*”, e a hospedagem e divulgação da plataforma “*Desencarcera.com*”, esta também com a participação do Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade.

¹ Doutor e pós-doutor em Direito pela Université de Paris X, mestre em Filosofia; membro fundador do Instituto DH e seu atual diretor; professor do programa de Pós-Graduação da Dom Helder Escola Superior. E-mail: jbmpinto@gmail.com

O que nos une, sobretudo, é o fato de o Culthis ser um programa de extensão universitária com trajetória teórica e prática compromissada com a promoção e a defesa intransigente dos direitos humanos, tanto em relação às pessoas vítimas do cárcere e suas famílias quanto em todas as situações de violação de direitos das populações oprimidas, ameaçadas, vulnerabilizadas. É histórica a manutenção de desrespeito do sistema carcerário com o não cumprimento das normas garantidoras dos direitos das pessoas presas no Brasil e no mundo. Tal realidade fortalece a posição do Culthis, como instituição antipunitivista e pela abolição das prisões, assumida, desde sua constituição, teoricamente e por meio de suas ações práticas de acolhimento psicossocial, encaminhamentos, denúncias, parcerias institucionais nas quais a Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Presas tem papel excepcional, participação em movimentos abolicionistas prisionais, assim como formação de estudantes para atuação na defesa de direitos.

O Instituto DH reconhece a relevância do Programa Culthis e agradece a participação efetiva, em seus quadros, de pessoas que fazem parte de sua história, o que foi possível graças à atuação de Vanessa Andrade de Barros e Carolyne Reis Barros, professoras da UFMG que, juntamente a outras estudantes do curso de Psicologia dessa universidade, também fundadoras e associadas do Instituto DH, construíram essa parceria cujos trabalhos em conjunto possuem forte impacto social. Não teríamos a riqueza teórica e a diversidade de suas lutas, não fosse a participação indispensável e enriquecedora de professoras e estudantes que integram e articulam suas lutas no Culthis e no Instituto DH.

Assim, o Instituto DH, atuando na promoção, pesquisa e intervenção em direitos humanos e assumindo a luta pela implementação e efetivação do projeto dos Direitos Humanos, como projeto de sociedade, tem o programa de extensão como uma coletividade irmã e associada a essas batalhas.

As ações do Culthis, brilhantemente expostas e analisadas neste livro, explicitando seu compromisso inexorável com a causa das pessoas vítimas do sistema penitenciário, reforçam a luta em prol de uma outra sociedade, que viabilize condições de igualdade efetivas, que reconheça a relevância do conjunto dos direitos humanos para todas as pessoas, especialmente para aquelas que são alvo de discriminações e preconceitos, o que aumenta suas vulnerabilidades e seus obstáculos frente à vida, como no caso das pessoas que passam pelas prisões e de seus familiares.

Estes sofrem juntos a dor das violações constantes cometidas tanto pelos agentes e órgãos do Estado como pela maioria da população, que lamentavelmente ainda não reconhece como o histórico de violações de direitos (à alimentação, à educação, à saúde, ao trabalho e à renda, à moradia, à justiça, enfim, direito a uma vida digna) impacta negativamente a trajetória das pessoas, sobretudo em uma sociedade marcada pelas contradições do capitalismo, com valorização do consumo e desvalorização dos pobres e das pessoas negras, público alvo do sistema penal.

Entendemos a atuação do Culthis como parte de um processo amplo de atuação em rede da sociedade civil em articulação com o Estado e com movimentos sociais para

a efetivação de todos os direitos humanos a todas as pessoas; uma utopia concreta e viável, livre das contradições do capitalismo e em articulação com projetos coletivos e produtores de maior igualdade e justiça.

Que a leitura deste livro lhes seja transformadora e mobilizadora, por uma sociedade sem prisões e sem manicômios!

ENTREVISTA COM VANESSA ANDRADE DE BARROS

Carolynne Reis Barros
Bárbara Assenção da Silva Faria

Entrevista realizada com a professora Dra. Vanessa Andrade de Barros no dia 19 de junho de 2024, na sala da Congregação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)².

Entrevistadoras

Bárbara:

Boa tarde! Meu nome é Bárbara Faria, sou mestranda em Psicologia Social aqui na UFMG. Sou formada em Direito também pela UFMG.

Carol:

Eu sou Carol. Sou professora do Departamento de Psicologia e coordenadora do LabTrab e do Culthis. Vanessa, como você gostaria de se apresentar?

Vanessa:

Eu sou professora e pesquisadora aposentada da UFMG, onde eu trabalhei durante aproximadamente 30 anos. Atualmente continuo na UFMG como pesquisadora e professora voluntária no Programa de Pós-graduação em

² Agradecimentos a Diego de Oliveira pela ajuda na gravação da entrevista e a Rodrigo Pereira pelo auxílio na transcrição.

Psicologia. Sou psicóloga, faço parte do Instituto DH: Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania e trabalhei como professora visitante na Universidade Federal da Paraíba no período de 2019 a 2021. E sou militante pelos direitos humanos desde sempre. Desde o início de minha trajetória profissional eu sou engajada na defesa e efetivação dos direitos humanos.

Carol:

Tem uma entrevista do Vincent [de Gaulejac], que ele deu em 2020 para o Matheus Viana Braz e Guilherme Elias da Silva, que quando [o entrevistador] fez essa pergunta para ele, [Vincent] falou: *“Olha, eu posso te fazer uma apresentação formal, de dois minutos, ou a gente pode ficar aqui muito tempo conversando sobre essa questão”*. É difícil mesmo fazer essa pergunta. Bom, então vamos aqui para a primeira questão, no livro que a gente estava até comentando, ***“A Legibilidade do Ilegível”***³, no capítulo você começa a descrever como é que foi a sua primeira ida na prisão. Você pode contar um pouco para a gente como é que foi?

Vanessa:

Foi no Centro de Remanejamento do Sistema Prisional (Ceresp) feminino do D.I. [Departamento de Investigações da Polícia Civil], uma experiência que me introduziu no universo prisional, vamos dizer assim, e foi uma experiência muito enriquecedora em termos pessoais e profissionais, e extremamente dolorosa, como vou relatar. Foi muito ao acaso. Eu tinha uma aluna na disciplina – na época o nome era

³ MATTOS, VIRGÍLIO DE, & PINTO, João Batista Moreira. A ilegibilidade do ilegível. Belo Horizonte: Fundação MDC, 2006.

Psicologia da Indústria - e nós falamos sobre trabalho, trabalhos informais, como [era] então definido. Ela me contou de uma amiga que era investigadora e que trabalhava em um departamento de investigação, onde tinha uma ala de mulheres presas. As mulheres trabalhavam e ela queria saber se aquele era um trabalho informal. Sinceramente, eu nunca tinha ouvido falar em mulheres presas, presas trabalhando. Acho que foi no meu segundo ano, não sei, foi logo no início aqui.

Carol:

2004.

Vanessa:

2004? Então é isso, eu entrei aqui em 2000. Eu fiquei interessada em conhecer essa experiência, o trabalho dessas mulheres, e ela me colocou em contato com a investigadora, que justamente queria alguém que fizesse alguma intervenção lá, porque a maioria das mulheres ficava o dia inteiro sem nada para fazer; algumas poucas bordavam. É esse o trabalho, elas bordavam. Então fui lá conhecer e fiquei muito entusiasmada com a possibilidade de realizar algum tipo de intervenção psicossocial, e propus que tivéssemos uma turma de estágio lá, porque eu trabalhava a escuta de histórias de vida com os(as) estudantes no estágio, na perspectiva da sociologia clínica. Então foi essa proposta que apresentei e a policial achou ótima ideia.

Comecei assim a frequentar o DI da Lagoinha e conversar com as mulheres que estavam presas e que toparam, desde o início, contar suas histórias de vida. Alguns alunos e alunas

do meu estágio também quiseram ir fazer lá a escuta das histórias dessas mulheres. E foi muito doloroso porque – esse que é o grande problema – tinha uma moça que estava lá presa, muito jovem, ela tinha 18 anos, e todos falavam que ela era louca, porque ela jogava a comida na parede, ela gritava, ela chorava, ela não se relacionava, não se dava bem com ninguém... E conversando com ela, me contou a história. Ela namorava um rapaz que era perseguido por um outro grupo lá na Pedreira [Prado Lopes]⁴. O namorado era morador da Pedreira, ela não, e alguém do outro grupo, para se vingar do namorado, colocou droga na mochila dela na saída da escola e a denunciou. Ela realmente não tinha nenhum envolvimento, ela nem sabia que o namorado estava envolvido com o tráfico e ela foi presa.

E foi muito doloroso mesmo, porque a diretora lá na época queria levar essa moça para Barbacena, para internar no “hospício”⁵, porque era louca, todo mundo achava que ela era louca. Pedi ao Antônio [Márcio Ribeiro] Teixeira, que é professor aqui no Departamento de Psicologia, meu colega, para nos ajudar, pedi para ele ir lá no DI, conversar com a moça, avaliar e se fosse o caso fazer um relatório dizendo que ela não era “louca”. Era a única forma de segurá-la fora do manicômio, foi o que nós pensamos - como segurar essa moça fora do manicômio. E o Antônio atendeu meu pedido, conversou com ela longamente, ficou quase uma tarde inteira naquela prisão. Muito generosamente ele fez isso e depois fez um laudo, falou que “*definitivamente essa moça não tem nada*

⁴ Um bairro de Belo Horizonte/MG.

⁵ Para o manicômio judiciário de Barbacena/MG, o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Jorge Vaz.

de louca, não tem que ser internada e tem que arrumar um advogado para fazer um habeas corpus, que impedisse a transferência para Barbacena". Enfim, a história foi essa, conseguimos segurar. Eu conversei com a diretora na época, conversei com a policial, e a gente conseguiu segurar. Mas foi muito doloroso ter passado por isso, ver uma jovem injustiçada e ainda ameaçada de ir para um manicômio judiciário.

Bom, alguns alunos trabalhavam lá comigo, escutando histórias de vida, entre eles o Jesus Alexandre, o Saulo Geber e o Raul Costa Duarte, e um belo dia o Raul me liga. "*Ô Vanessa, cheguei aqui, não tem presa aqui mais não. Não tem mais nada, eles acabaram com o D. I.*" ⁶ Falei "*como assim?*", aí fui correndo para lá. A detetive nem estava lá, nem a diretora. Só conversei com os policiais, que me disseram que eles tinham desativado aquele Ceresp e que, de madrugada, bem cedinho, o Camburão tinha ido lá e tinha levado as mulheres. "*Mas para onde?*". "*Foi cada uma para um lado*". E nunca mais tive notícia delas, por muito tempo. Até que em um evento na Piep (Complexo Penitenciário Estevão Pinto) eu encontrei duas [presas] do DI que tinham sido levadas para lá. Eu as reconheci, elas me reconheceram também e me contaram que todas tinham sido surpreendidas com as transferências, que chegou uma ordem para elas serem levadas para outros estabelecimentos prisionais. Foram pegas de surpresa, assim como suas famílias, e disseram também que achavam que aquela moça tinha ido mesmo para o manicômio. Falei com o Virgílio [de Mattos], nessa época, que me ajudou muito a tentar encontrar essa moça. Hoje eu não me lembro mais o nome dela, mas na época

⁶ O D. I. Lagoinha foi extinto em 2008 e atualmente é a sede do Departamento de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa (DIHPP).

eu tinha esses dados. O Virgílio me ajudou, a Beth Antunes, professora aqui, que fazia uma pesquisa em Barbacena nos manicômios também me ajudou a procurar o nome dela nos prontuários; também não conseguiu nada. Enfim, eu recorri a várias pessoas para ter notícias. Desapareceu. Então, foi isso; até hoje, é muito triste lembrar e sigo indignada.

Carol:

Esse primeiro contato com o cárcere já foi algo destruidor, né? Porque é algo que você nunca vai conseguir saber onde está, o que é uma constante dentro do sistema prisional.

Vanessa:

É, imagina as famílias que ficam sem saber onde estão seus familiares presos. Eles são levados para outras unidades, sem a família ser comunicada; têm que ficar procurando para saber onde eles estão. Às vezes, demoram para encontrar; quando encontram já não está mais lá, já foi para um outro lugar. Então, isso é... Desde sempre no sistema, totalmente violador de direitos.

Carol:

Você teve diversas demandas do ponto de vista dos direitos humanos para a intervenção e pesquisa nessa época, antes disso também. E por que o sistema prisional? De cara você é demandada a fazer uma intervenção, para saber se tinha o tema da informalidade e você propõe intervir com o método da história de vida. Por que o sistema prisional?

Vanessa:

Ah, isso aí é só na análise para responder. [risadas]. Acho que

ainda vou precisar de anos de análise para responder essa pergunta.

Carol:

Mais uma pergunta, mas eu acho que essa não é para análise, não. Como é que surgiu essa proposta de pensar o sistema prisional a partir da Psicologia do Trabalho? E qual a Psicologia do Trabalho, se você tivesse que definir aqui agora?

Vanessa:

O trabalho... Então, essa entrada no D.I. foi o trabalho que me chamou, para ver o trabalho informal das presas e o que aconteceu foi um trabalho com elas sobre suas histórias. Na APAC foi a mesma coisa, quando fui pela primeira vez na APAC, em Santa Luzia, dois recuperandos me receberam lá, o Adriano e o Carlos. Eles sabiam que eu iria, eu mesma não sabia, mas eles já sabiam, porque o professor Fábio Alves⁷ me levou lá meio na marra. Ele há tempos me convidava para ir à APAC e eu arrumando desculpas. Até que um dia ele falou assim para mim: *“Aqui, Vanessa. Eu preciso ir lá na APAC, e não tem ninguém para dirigir para mim. Não tenho carro, não tenho dinheiro para táxi, lá não vai ônibus e só tem você. Se você não for, como é que eu vou? Eu preciso ir, então eu estou contando com você. Você é minha amiga, você não vai me negar esse favor”*. Enfim, eu fiquei sem saída e levei o Fábio. E depois nunca mais saí daquela APAC. Refletindo agora, vejo que estar lá foi uma experiência formadora muito grande. E confesso que sinto muitas saudades do trabalho que desenvolvemos com os recuperandos. Mas voltando à minha primeira vez ali, quando nós chega-

⁷ Professor do curso de Direito da PUC-MG.

mos... O Fábio já tinha avisado que levaria uma amiga que era psicóloga, professora, eles sabiam que eu iria. Então, os dois (Adriano e Carlos) vieram me receber, o Fábio me apresentou e eles comentaram: “Olha, doutor Fábio, o que nós fizemos”. E mostraram o piso que estava brilhando, brilhando; eles tinham encerado o piso dos corredores dos dormitórios. “*Nós compramos a cera com o nosso dinheiro!*”. Eles compravam cera com o dinheiro deles, para encerar o piso para ficar bonito. Aí um deles falou: “*Isso é que é trabalho bem feito!*”.

Pronto, isso de “*trabalho bem feito*” já estava nas minhas interrogações, nas minhas questões de pesquisa. O que é trabalho bem feito, o que é trabalhar; trabalho enquanto uma atividade. Foi a partir daí que eu percebi: “*Eles estão trabalhando*”. E fiquei interessada em saber mais, em compreender a centralidade do trabalho em uma prisão; lá na APAC havia muitas oficinas de trabalho, sobretudo artesanal. Nas prisões há muito trabalho: de presos e presas, há também o trabalho dos funcionários e funcionárias, com diferentes atividades: administrativas, de segurança, de atendimento, de educação, tem trabalho voluntário, trabalho religioso... Então, foi assim. Mas essa Psicologia do Trabalho, que nós fazemos, é uma Psicologia Social Crítica do Trabalho, de base materialista, que entende o trabalhar como um processo de objetivação e subjetivação. É uma psicologia que se interessa pela vida material, pelo cotidiano no trabalho, por seus impactos psicossociais e políticos, uma psicologia que se interessa pelas pessoas e seus afazeres. E que dialoga muito com uma Psicologia articulada às Clínicas do Trabalho. A minha formação foi em Psicossociologia, então possui

esse caráter clínico... A escuta das histórias de vida tem um caráter clínico, um caráter terapêutico; não é uma terapia, mas é um caráter terapêutico. Então, é uma Psicologia do Trabalho clínica, social e crítica, desde o início das nossas pesquisas e produções.

Carol:

À época, existiam outros projetos da UFMG relacionados à temática prisional?

Vanessa:

Não, não que eu conhecesse na época. Tem até uma reportagem no jornal da UFMG – Boletim⁸, sobre as pesquisas que realizávamos nas prisões.

Na época, um jornalista fez uma entrevista comigo, publicada na última página, para saber justamente sobre essas pesquisas, porque era surpreendente um departamento de Psicologia trabalhar com pessoas presas e egresso/as prisionais, e trabalhadores/as do sistema prisional. Eu me lembro que teve uma repercussão muito grande. Depois desse boletim, eu fui convidada para dar uma entrevista na rádio UFMG, também para falar sobre os trabalhos no sistema prisional; sobre a presença da Universidade, do Departamento de Psicologia dentro das prisões. Não me lembro realmente de outros grupos de pesquisa da UFMG no sistema prisional. Eu acho que naquela época não tinha, depois muitas outras pesquisas surgiram.

⁸ N.1613 – Ano 34 – 9.6.2008.

Carol:

Você já falou um pouco dessa pesquisa com a história de vida das mulheres presas. Teve a pesquisa sobre a Pastoral Carcerária também, naquela época. Mas se você pudesse dizer para a gente, em poucas palavras, algumas particularidades do método de história de vida no contexto prisional. Porque, de fato, também não havia outras experiências do método de história de vida no contexto prisional. Na verdade, no Brasil não havia uma experiência do método de história de vida, tal como tem sido proposta pela psicossociologia e sociologia clínica. Isso é algo bem recente. E no contexto prisional, então, não havia. Se você puder falar um pouco sobre isso.

Vanessa:

Pois é. Para trabalhar com a história de vida, é necessário, em primeiro lugar, privacidade. Em segundo lugar, e ao mesmo tempo, confiança entre as partes, que são dois elementos que você não encontra no sistema prisional. Você não tem privacidade, confiança também é difícil. Tanto confiarem em você, quanto você também se sentir à vontade para confiar. A história de vida não tem um tempo para acontecer. Pode demorar anos para uma escuta acontecer, ou pode ser num tempo mais restrito. Esses são, vamos dizer assim, os aspectos principais para começar a escutar uma história de vida. É um encontro único. O André Levy fala e eu acho que resume bem: cada encontro é único e singular. Você não replica, não é porque você escutou uma história de vida que você vai escutar uma ou outra e vai acontecer igual, de jeito nenhum. Então, é muito desafiador, mas era o que eu sabia

fazer. Era, na verdade, o que eu tinha feito e tinha feito bem. Eu trabalhei com história de vida no meu doutorado, para a minha tese; eu fui formada pelo Vincent de Gaulejac. Então, eu sabia (sei ainda, rsrsrs) trabalhar muito bem com História de Vida.

Foi aí que lá no DI... Eu já tinha um estágio aqui em escuta de história de vida de trabalhadores, foi aí que eu propus no DI e deu certo, porque a diretora lá apostou que seria bom. Ela conseguiu para nós uma sala onde a gente tinha privacidade. Era uma sala onde ficava só o pesquisador e a moça, sem algemas, claro. E funcionou: as mulheres queriam muito falar e havia pessoas interessadas em escutá-las. Esse processo já partiu de um vínculo criado desde o início, as moças entenderam que teriam alguém para escutá-las, alguém diferente com quem falar alguma coisa. Então, o processo de escuta de uma história de vida vai se dando pouco a pouco. Você não começa já escutando uma história de vida; é uma coconstrução. Os primeiros encontros, eu brinco que não valem; para escutar história de vida, não valem, porque são muito endereçados, então é muito catártico. Você fala tudo que está na sua cabeça e não consegue elaborar. Nessa perspectiva da Sociologia Clínica e Psicossociologia, ele tem um caráter terapêutico, então é preciso que haja uma elaboração. A escuta tem que ser uma escuta sensível, que possa produzir alguma reflexão na outra pessoa, naquela pessoa que se conta.

Lá na APAC foi a mesma coisa. Havia o grupo de estágio e nós tínhamos privacidade; nós tínhamos salas de atendimento individual, de escuta individual da história de vida

e gozávamos de confiança, pelo fato de eu ter sido levada pelo Fábio Alves que era a grande referência, o grande nome de advogado, de defensor de direitos humanos; ele tinha construído aquela APAC, fazia parte da diretoria, então alguém levado por ele merecia a confiança dos recuperandos. Depois, com o passar do tempo, quem eu levava já era merecedor/a de confiança também; as pessoas que eu levava eram os/as estudantes. E funcionou porque os recuperandos queriam falar deles e tinha alguém para escutar em um local com privacidade. A confiança era tecida cotidianamente, porque praticamente todos os dias as/os estudantes estavam lá para a prática de estágio. E eu estava lá quase todos os dias também, tive uma dedicação muito exclusiva a esse projeto da História de Vida. Conteí com o engajamento total inicialmente das alunas Carlyne Reis, Aline Pacheco e Xádia Ferreira, Laís Rabelo e logo se juntou a nós a Thaísa Amaral, Alessandra Kelly, Aiezha Martins, Tainá Fernandes, todas bolsistas de extensão ou de iniciação científica, além de várias outras alunas e alunos de meu estágio. Nós vivemos situações muito enriquecedoras, muito gratificantes. Ali participamos de muitas atividades e eventos; nós estávamos em tudo, o que também gerava um vínculo muito forte, gerava uma confiança muito grande.

[Tivemos] situações extremamente difíceis. A Xádia, especialmente: dois recuperandos que ela atendia no projeto de História de Vida foram mortos numa “saída”⁹. Para ela foi

⁹ Quando a pessoa presa sai da unidade em saída temporária ou para realizar atividades externas, como trabalho e estudo, é chamado popularmente de “saída”. A saída temporária é um direito previsto na Lei de Execução Penal (1984).

muito pesado; para nós todas, mas especialmente para ela. Então é esse o trabalhar com a escuta de Histórias de Vida. Mas eu percebi ao longo do desenvolvimento dos trabalhos, que era preciso algum retorno para os recuperandos que não fosse simplesmente “olha, muito obrigada, terminamos”, precisava ter uma devolutiva, metodologicamente falando, mas não uma devolutiva clássica. O que falar da História deles? O que devolver? Eu escutei a História. Então tivemos a ideia de que eles recebessem essa História sob a forma de um livro. Assim, cada estagiário/a, ao final, nós estabelecemos mais ou menos dois semestres como parâmetro da escuta, mas podendo ser prorrogados, porque é o que eu disse, não tem um tempo delimitado rigidamente, se o/a estudante e o recuperando quisessem continuar, não havia nenhum impedimento. O término viria quando ambos decidissem que era hora de finalizar, que a história já havia sido contada, e a devolutiva seria entregar para ele o livro da vida. Eu sempre pedia aos estudantes que caprichassem no livro, que pedissem fotos, por exemplo, para colocar no livro, que fosse encadernado com capa dura, então era um material de muita qualidade, que era entregue para eles ao final, e esse livro era maravilhoso, com belas repercussões.

A construção desse livro teve um detalhe importante: depois de pronto, antes de encadernar e de entregar, o livro era lido para que os autores pudessem colocar o filtro que quisessem. *“Ah não, eu não quero que essa parte apareça”, “ah eu me esqueci de contar isso, põe isso daí, põe o nome de fulano”*. Era construído junto, o pesquisador e aquele que a ele se confiou, vamos dizer assim. E fez um sucesso esse livro, todos queriam ter o livro de sua vida, o que estimulou outros que

não estavam participando e também contarem suas histórias. Então, a motivação era ter o livro, mas depois que se envolviam no processo, o livro não era o mais importante. E participamos dos eventos com eles, nós temos muitas fotos, e as fotos serviram também para inspirar um outro projeto que foi o projeto de fotografia, que nós do Culthis desenvolvemos lá na APAC. Além das histórias de vida, nós desenvolvemos também o projeto de fotografia, você ia perguntar desse projeto?

Carol:

Sim, claro, pode falar.

Vanessa:

É interessante que as coisas vão acontecendo, eu não sei explicar como que é isso; eu tive um aluno na graduação que era fotógrafo profissional. Ele veio fazer meu estágio, e foi para a APAC, porque além do estágio na APAC, havia outros campos de estágios, estar nas filas diante das prisões acolhendo os familiares era outro campo; ele foi à APAC para conhecer e decidir qual faria, e se encantou. E ele sugeriu um projeto de fotografias com os recuperandos, de ensiná-los a fotografar, fotografar eventos, por exemplo. Então nós concorremos a um edital da Fapemig para financiar as câmeras, muitas câmeras, né?

Carol:

Tem até hoje, são as únicas que entram no sistema prisional.

Vanessa:

Ah, é? Elas estão funcionando ainda? Que legal! A

Fapemig é grande parceira do LabTrab, todos os projetos que eu submeti foram aprovados, todos, então tudo que a gente tinha no LabTrab era com projetos, né?

Carol:

Eu não lembro exatamente quantas, mas eram muitas, e o resto do material ele tinha, então ele levava o material dele, ofereceu um curso de fotografia.

Vanessa:

Nesse curso foi também organizado um projeto de fotografias em que deixamos as câmeras com eles, isso aí foi muito criticado, né?

“Nossa, como você tem coragem de deixar as câmeras com presos?” era o que ouvíamos. Deixávamos as câmeras com os recuperandos durante a semana, para eles fotografarem o que quisessem e na semana posterior, nós projetávamos as fotos, eles escolhiam as fotos que queriam. Discutíamos sobre aquelas fotos escolhidas, conversávamos sobre temas da vida, do cotidiano, de planos, de passado, de crime, de tudo, a gente conversava a partir das fotos, com esse recurso das fotos, e depois nós revelávamos as fotos, levávamos para a discussão e entregávamos para eles. A Alessandra Kelly foi quem cuidou especialmente dessas fotos, levava o CD para ser revelado nas lojas de fotos, e depois levava para eles, e era muito bom, porque eles passaram a ter fotos da família, uma vez que as câmeras ficavam com eles final de semana quando tinha visita, então eles tinham muitas fotos e podiam oferecê-las para a família, possuíam algo a oferecer, eles tinham assunto para conversar que não estava contaminado

por temas prisionais. Era muito legal. Nós descobrimos que esses projetos que nós desenvolvemos lá eram um tema para eles terem assunto com os familiares, isso foi comentado por eles, não descobrimos aleatoriamente, eles comentaram *“ah, minha família veio aqui, agora está bem diferente, porque eu tenho coisas para contar”*. Porque até então eles só tinham para contar assim, *“ah, trabalhei nisso, comi aquilo”*, não tinham muitos assuntos, e eles passaram a ter, isso os inseriu mais na sociabilidade familiar das visitas, porque antes, as visitas contavam muitas coisas, mas eles não tinham o que contar, eles não tinham o que compartilhar da vida deles, a não ser o cotidiano da prisão. Com as fotos, muda o encontro com as famílias. *“Estou aprendendo a tirar foto, eu vou tirar uma foto sua, depois você vai ver como é que ficou”*, tinha assunto. *“A horta que eu estou fazendo?”*. A horta, tirava foto, fotos estéticas, do pôr do sol. O mais legal era a vista, eles tiravam muitas fotos da vista, da liberdade, e tiravam fotos conosco, mostravam para a família, *“essa é a minha psicóloga”*, não é Carol? *“Essa é a minha psicóloga, essa é a professora, essa é a doutora”*.

Carol:

E depois a gente revelou umas fotos que eles escolheram e levamos, eu e Xádia, para o Fórum Social Mundial, em Belém. Para debater o cárcere. E foi superinteressante a atividade.

Fizemos exposição na própria APAC, também, das fotos.

Vanessa:

Enfim, nós estabelecemos vínculos que foram muito importantes para nós e para eles também, para se sentirem reconhecidos, tratados como igual, tanto é que o Ailton declara em um

depoimento que foi a psicologia da UFMG que o fez se sentir igual; tem um vídeo do Ailton no LabTrab sobre isso, não tem?

Carol:

Tem.

Vanessa:

Aquele vídeo em que o Ailton fala que foi o serviço de psicologia com a doutora Vanessa que fez ele mudar, porque, aí ele explica o que a psicóloga falou pra ele, enfim, a gente tem retornos maravilhosos, e o Adriano que, até hoje, nos procura, e assim cada geração do LabTrab vai conhecendo o Adriano e os problemas do Adriano, porque voltando ao método de história de vida, o Oscar Lewis, o Franco Ferrarotti, o Vincent Gaulejac, todos esses pesquisadores afirmam que você não sai de uma escuta de história de vida como se nada tivesse acontecido; é preciso que você se responsabilize por aquela pessoa que te contou a vida, ela confiou sua história a você, então não dá pra você falar, agora acabou; a escuta não tem mais nenhuma relação com você; não é assim. Foi estabelecido um vínculo, e esse vínculo, em alguns casos, fica, indefinidamente, o nosso vínculo com o Adriano tá aí, sei lá, há quantos anos?

Carol:

Quase 20. Quase 20 anos já. Que ele, em qualquer dificuldade, nos procura, ele vai preso, a gente arruma um jeito de visitar, de mandar kit pra ele, de cuidar da mãe dele, né?

Vanessa:

É porque a história de vida, a escuta responsável da história de vida, implica esse compromisso com a pessoa, es-

pecialmente quando é uma pessoa que vive numa situação mais vulnerabilizada. Que necessita tanto de apoio, vamos dizer, emocional, necessita de conforto, de confiança, de saber que tem alguém que olha por ele quanto de defensores. Então muitos, atualmente bem menos, mas quando eram presos novamente, nos pediam ajuda; essa história de ressocialização da APAC nós sabemos que não é exatamente como mostram as estatísticas. Muitos da APAC voltam para o sistema prisional e nos procuram, e a gente cuida dessa pessoa, porque nós temos esse compromisso que foi criado no vínculo que foi estabelecido ao longo do trabalho com eles.

Carol:

E foi uma experiência de 2007, ininterrupta, né? Até a pandemia.

Vanessa:

Até a pandemia. Começou como estágio e se transformou em um projeto de extensão, o Culthis, e em seguida em um programa de extensão, com vários projetos em desenvolvimento. A escolha do nome Culthis foi feita em um concurso que nós fizemos lá na APAC. Precisávamos de um nome para submeter o projeto, e resolvemos fazer um concurso de nomes lá na APAC. Nós tínhamos uma mochila, né? Para o primeiro lugar? Foi. Tínhamos uma mochila como prêmio. O nome vencedor foi Cultivando Histórias. Que era isso que a gente fazia. A gente cultivava aquelas histórias; e havia uma horta, lá. Então ficou o nome *Culthis, Cultivando Histórias*.

Carol:

E o recuperando que propôs ganhou a mochila e foi uma

festa. E a gente ressignificou também pensando no texto **Trabalho e Vida**¹⁰, da Sônia Viegas: uma das etimologias da palavra trabalho é labor, né? Cultivar. Cultivar a vida. Então acho que fez muito sentido na época também.

Vanessa:

É verdade, tinha esquecido esse detalhe, fez todo o sentido, né? Então ficou durante muito tempo Cultivando Histórias. Quando nós transformamos em programa, é que nós achamos que precisava de ter a palavra trabalho, para ficar mais vinculado ao LabTrab, né? Mudamos para Cultura, Trabalho e História. Não sei se é esse que ainda permanece, ou se mudou.

Carol:

Voltei. Para o cultivando.

Vanessa:

Legal.

Bárbara:

Nessa época, vou voltar só um pouquinho, nessa época que vocês tinham, ainda no estágio na APAC, vocês tinham contato com os/as familiares? Também você mencionou que eles tinham assunto com os/as familiares, e vocês tiveram contato com elas?

Vanessa:

Tínhamos. Tínhamos nos eventos que a gente participava e nós participávamos de todos os eventos. Da festa de Natal,

¹⁰ VIEGAS, Sônia. Conferência Trabalho e Vida. Belo Horizonte, 1989. pp.1-19. mimeo.

da Páscoa, do Dia das Crianças, do Dia da Família. Teve um show musical lá, foi gravado um DVD. Aquela banda, como que é o nome da banda?

Carol:

The Folsons¹¹

Vanessa:

The Folsons. Nós e os familiares fomos para o show na APAC em um domingo no final da tarde. Então a gente tinha contato com os familiares durante os eventos e às vezes íamos aos finais de semana na APAC, porque tinha aquele recuperando que a família vivia muito longe e não visitava.

Bárbara:

Você falou um pouco desse vínculo tanto com os presos na APAC quanto também sobre esse contato com as famílias, e principalmente de quando eles saíam da APAC. O que eles traziam [de demandas] para vocês? Para entender esse processo de criação do Culthis. Como surgiu?

Vanessa:

As primeiras pessoas que eles procuravam quando saíam éramos nós. Todos que estavam em nossos projetos tinham o telefone do Culthis e o número de meu celular pessoal. Muitas vezes a gente estava na APAC, chegava o alvará de soltura e dávamos carona de volta. Lembra do Francisco? Quando chegou o alvará do Francisco, demos uma carona e fomos comer pizza juntos, depois o levamos em casa, que ficava atrás

¹¹ <https://www.youtube.com/watch?v=bZb8JRucUro>

da FIAT de Betim, Jardim Teresópolis (eu acho); e ele não achava a casa, não se lembrava onde era a casa de sua mãe, à noite, finalmente encontramos. A posteriori refletimos sobre perder a localização da casa após muitos anos preso. Mas eles nos procuravam e na medida do possível, tentávamos lhes conseguir um trabalho, alguns continuavam com o atendimento e outros sumiam. E nós visitávamos muitos familiares no bairro Palmital, que é em Santa Luzia, muitos moravam lá. E quando eles eram presos de novo, às vezes iam para a cadeia do Palmital, e eu continuava lá o atendimento. Ah, sim, preciso falar que o juiz da vara de execuções de Santa Luzia, na época, era muito parceiro do Culthis também, o doutor Christian Higuchi. O que precisávamos doutor Christian autorizava, tudo que nós pedíamos, ele concedia, sobretudo continuar o atendimento no [presídio] do Palmital e nós tínhamos livre acesso à essa cadeia. Atendi durante muito tempo o Bruno, que saiu da APAC, reincidiu e foi levado para o Palmital. Conhecíamos sua mãe, fomos visitá-la. Um fato que chega a ser engraçado foi que em uma semana eu falei para ele que na semana seguinte eu não poderia ir por alguma razão, só que os meus planos mudaram, e eu fui; cheguei lá, o Bruno tinha fumado todos, aí ele disse: você falou que não vinha, me desculpa, e aí quase deu B.O. para ele, porque os agentes foram buscá-lo na cela, e ele totalmente mareado. O Emerson, que foi também uma pessoa com a qual ficamos muito vinculadas, tem uma história interessante: ele foi solto, arrumou um emprego de gari em Santa Luzia, estava muito bem, muito feliz, ele me ligava de vez em quando, ele me mandava fotos dele com o uniforme de gari, ele adorava me mandar foto com o uniforme de gari, pra mostrar que ele es-

tava trabalhando. Quando Thaísa Amaral fez a pesquisa dela de doutorado, o Emerson foi um dos entrevistados; ela foi até a casa dele e ele mostrou para ela, na estante, no lugar de honra da sala, o livro da história de vida dele que ela tinha escrito, quando ele estava na APAC, e o livro estava embaixo de uma Bíblia. Thaísa disse que ficou muito emocionada. Ele morreu, de morte natural, trabalhando. De vez em quando eu tenho notícias da mãe dele, ela me liga, eu ligo pra ela. Esse vínculo que eu dizia, ele fica, né?

Bárbara:

Você mencionou também rapidinho que enquanto estava acontecendo esse estágio na APAC, foi nessa época que o Culthis que foi nomeado, né? E como foi esse processo de criação de um estágio no primeiro momento, como ele era, quais eram as atividades?

Vanessa:

Então, eram as histórias de vida e as filas nas prisões. História de vida, o primeiro, depois as filas também. Porque as famílias falaram que precisávamos ir às filas para conversarmos com os familiares, para conhecermos melhor a vida difícil que os familiares levavam. Começamos a frequentar as filas do Ceresp Gameleira (Belo Horizonte), da Piep (Belo Horizonte) e do Presídio Antônio Dutra Ladeira (Ribeirão das Neves), onde uma vez um agente penitenciário chegou no carro onde eu e Carol estávamos e apontou uma arma para a Carol, dizendo que tínhamos que sair dali. Foi tenso! E alguns eventos que organizamos a partir dos campos de estágio. Então, construímos o projeto de extensão Culthis:

Cultivando Histórias, que congregou todas essas atividades já que possuíam um eixo comum e a participação de estudantes na comunidade. No âmbito desse projeto realizamos a mostra artística da APAC. Maravilhosa!

Bárbara:

Se puder comentar um pouco o que foi, como é que foi construído.

Vanessa:

Eu tenho um amigo, que era o responsável pela associação de catadores de materiais recicláveis - Asmare, o Cido. Muitas vezes tentávamos arrumar trabalho para egressos/as junto aos catadores e a Asmare era um dos lugares em que havia possibilidades de algum ganho. Um dia o Cido quis conhecer a APAC e ficou encantado, porque, não sei hoje como está, mas era muito envolvente. Eles nos recebiam no auditório, os recuperandos cantavam um hino para nós, nos abençoavam, enfim, tinha todo um ritual. E o Cido ficou muito implicado. Ele foi conhecer as oficinas de artesanato e propôs fazer uma exposição. Nessa época a Asmare possuía um restaurante que funcionava na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte. Era o Reciclo 2, um restaurante fino, que era administrado pelos catadores e onde tinha uma galeria. Então o Cido teve a ideia de fazer a exposição nessa galeria. E alguém deu um nome mega de acordo: o Jogo do Xadrez, lembra, Carol? O Jogo do Xadrez. E fizemos convites, em um papel xadrez, o Cido providenciou tudo. Os quadros e os demais artesanatos que os recuperandos faziam foram para a exposição. E o Dr. Christian autorizou todos os presos que tinham trabalhos expostos a participar da abertura do evento e do leilão,

que aconteceria em seguida. Autorizou mesmo alguns presos que eram do regime fechado, de onde não poderiam sair. Isso foi muito emocionante, muito mesmo. Porque vários presos, tanto do regime fechado quanto alguns do regime semiaberto puderam encontrar seus familiares fora do ambiente prisional. Os familiares foram convidados e foi disponibilizado em Santa Luzia, onde a maioria morava, um ônibus para levá-los. Então o René, por exemplo, eu nunca me esqueço, o René era um preso de longuíssima pena, mais de 100 anos de pena. E fazia mais de 20 anos que ele só se encontrava com os familiares nas visitas dentro da prisão. E ele os encontrou lá, em um ambiente livre, em um lugar bonito, ele mostrou os trabalhos dele para os familiares fora das oficinas da APAC. E foi muito lindo. Como o René, outros presos também encontraram os familiares nesse restaurante na Praça da Liberdade. Imagina um lugar chique, os trabalhos colocados de forma a serem valorizados e os recuperandos e suas famílias juntos, sem muros. O Cido convidou muitos empresários, muita gente foi para o leilão. E ele foi o leiloeiro, vendeu quase todas as obras o que rendeu muito dinheiro para os recuperandos. As peças eram arrematadas por altos valores que eles nem sonhavam que o preço poderia chegar. E muita gente da UFMG também participou, me lembro do entusiasmo dos professores Cornelis J. van Strallen e Marco Aurélio Máximo Prado, um grande parceiro do Culthis também. Alguns professores da PUC Minas, na época gestora da APAC, foram igualmente assim como o Dr. Christian. Enfim, foi um evento maravilhoso. E a exposição ficou lá durante um tempo.

Bárbara:

Na época da criação desses estágios, dessas pesquisas,

nesse primeiro contato, primeiro contato de anos, na verdade, com o sistema prisional, quais foram os referenciais que você encontrou, que você foi pensando enquanto estava desenvolvendo mesmo as pesquisas?

Vanessa:

A primeira preocupação era metodológica, sempre foi metodológica, porque não era um fazer sem uma finalidade. Então, metodologicamente, o que que nós poderíamos desenvolver junto às pessoas presas, o que poderia promover direitos, o que poderia promover empoderamento, o que poderia promover autonomia, valorização, era sempre essa procura: que tipo de intervenção é possível e com que objetivo. E igualmente como introduzir os estudantes nesse campo prisional.

Sempre a primeira preocupação metodológica e, exatamente pelo fato da minha formação em psicossociologia, eu trazia os referenciais da psicossociologia e da psicossociologia do trabalho que nós estudávamos na disciplina psicologia do trabalho. Por isso a psicologia do trabalho era pré-requisito para o estágio, porque nós estudávamos a teoria e um pouco de método na disciplina e no estágio desenvolvíamos metodologias para trabalhar em prisão. E justamente porque toda pesquisa em psicossociologia é intervenção, muitas vezes a gente invertia, fazia a intervenção e da intervenção vinha a pesquisa. Para fazer a intervenção você tem que ter conhecimento do campo, e esse conhecimento do campo é pesquisa, então vamos dizer que era uma via de mão dupla, nós trabalhávamos nessa perspectiva de mão dupla, ao mesmo tempo era pesquisa e ao mesmo tempo era intervenção, acontecia si-

multaneamente porque nos trazia informações que nós queríamos e aquela busca por informações já consistia numa intervenção, o fato de participar já era uma intervenção, o fato de contar a sua vida já era uma intervenção, de participar de um evento que valorize o seu trabalho já é uma intervenção, de te colocar na experiência de extramuros é uma intervenção de confiança. São vários os elementos que fazem parte de uma intervenção, sendo a implicação o principal deles. Conseguimos manter o engajamento e ao mesmo tempo nos distanciarmos para proceder às análises. Como diz Enriquez, em um texto sobre implicação: É necessário simpatia e distância. A confiança é outro elemento essencial em uma intervenção com pessoas presas. No caso da exposição de obras dos recuperandos, tínhamos vários elementos presente: a implicação, a confiança, as possibilidades, o seu trabalho com valor - valor simbólico e valor material, o que os inseriu em um regime de trocas não apenas com a sua família, mas com outros segmentos da sociedade, com a universidade, em uma dimensão de reconhecimento. Ao ver aquela beleza produzida e que está ali, os familiares estabelecem outra relação com seu parente também, que deixa de ser aquele bandido, aquele que dá trabalho, vergonha e despesas, para ser o familiar que está preso mas ele faz um trabalho muito bonito, mas ele foi convidado para participar de um evento, mas ele tem uma psicóloga, mas ele está estudando, então a nossa preocupação era sempre nesse sentido e os referenciais da psicologia do trabalho que nos oferece formas de entender e poder conversar com as pessoas presas a fazê-las também entender sua situação de vida, sua situação material de vida, os privilégios que eles não possuem, os direitos que não têm,

então a perspectiva de direitos humanos igualmente pautava muito todas as nossas intervenções, as nossas discussões. Mais para frente, nosso trabalho foi inspirado também pelo abolicionismo penal; já era inspirado pela crítica às prisões desde o início. Houve um evento de Psicologia Política aqui na universidade em 2002, onde eu coordenei uma mesa da qual fazia parte o Edson Passetti, e foi aí que eu tive contato com o abolicionismo, foi aí que eu tive contato com uma crítica ao sistema prisional, ao encarceramento de uma forma geral, e por meio do Passetti desenvolvemos um pensamento crítico sobre as prisões que passou a orientar nossos trabalhos de ensino, pesquisa e extensão. Nossa base epistemológica. E aconteciam muitos seminários sobre desconstrução das práticas punitivas, organizados pelo Virgílio de Mattos, com a participação frequente de Maria Lúcia Karam, Nilo Batista, Vera Malagutti, Juarez Cirino, então tínhamos uma leitura de criminologia crítica e crítica do Direito Penal. Esses seminários eram anuais e produziam um livro sobre os temas debatidos. Um grande aprendizado para nós. Eu conheci a Piep por meio do Virgílio, que lá fazia uma pesquisa e me convidou. Assim fomos introduzidas no pensamento da criminologia crítica que nos inspira e orienta até hoje.

Bárbara:

Pensando justamente nessa perspectiva crítica, você teve contato com abolicionismo de cara, já com o Edson Passetti, mas pensando então a partir dessas referências, quais referenciais teórico-metodológicos você entende que são importantes, são fundamentais para uma extensão universitária sobre o sistema prisional?

Vanessa:

Além da criminologia crítica materialista, eu acho que a ergologia e a psicossociologia do trabalho nos ajudam muito, ajudam demais, porque para você falar em valores, valores sem dimensão, valores dimensionados, para você falar em corpo - é importante, o que está encarcerado ali é o corpo - para você falar em corpo-si para você falar em normas, quer coisa mais normatizada do que o sistema prisional? Então você precisa entender as normas, como são constituídas, a quem se destinam, você precisa entender também as brechas das normas, compreender para fazer alguma intervenção no sentido de abrir brechas no mundo encarcerado.

A gente não consegue acabar com as prisões, pelo menos por enquanto, mas você consegue abrir brechas e outro elemento, eu acho que é essencial, a mim ajuda muito, é perceber as porosidades, as porosidades das normas, você olha algum sistema normativo prisional tão rígido, tão aparentemente indevassável, e você percebe suas porosidades, você percebe que não existe essa separação radical entre dentro e fora; a ergologia me abriu os olhos, vamos dizer assim, para dimensões no campo do trabalho, mas principalmente no campo da existência no trabalho, pensando na instituição prisional como uma instituição de trabalho também.

É cárcere, mas tem trabalhadores ali, então ela me abre os olhos para enxergar essas brechas, essas porosidades e ter uma outra compreensão dos trabalhadores, “livres” e dos trabalhadores presos; acho que a ergologia nos traz elementos muito importantes para a compreensão da atividade, de todas as atividades que acontecem intramuros. E aqui me

refiro a todo tipo de cárcere, de adultos, mas de crianças e adolescentes também, o sistema socioeducativo; os manicômios, as comunidades terapêuticas... Enquanto metodologia, o DD3P (Dispositivo Dinâmico a 3 Polos) da Ergologia nos orienta fundamentalmente, nos ensina a igualdade na diferença de saberes e a não hierarquia nas relações de pesquisa.

Já a contribuição da psicossociologia está na base da compreensão dos sistemas encarceradores pois nos oferece elementos para desenvolvermos um olhar mais plural sobre o que está acontecendo, buscando compreender os impactos psicossociais do encarceramento tanto na vida dos encarcerados e de seus familiares quanto dos trabalhadores do sistema prisional. É uma prisão, local de sofrimento, de opressão, de violência e como tal, lugar de resistência, de enfrentamentos, de processos de subjetivação, de necessidade de adaptação; lugar onde a criatividade é necessária para fazer passar o tempo, para promover um deslocamento dessa posição de encarcerado e permitir sonhar. Há toda uma vida que ali acontece, com suas dinâmicas próprias. A psicossociologia nos oferece elementos para entender igualmente nossa implicação, sabendo que é fonte de conhecimento e de desconhecimento, o que pode nos levar à alienação, a nos “misturarmos” com o objeto de pesquisa. Diz respeito ao nosso engajamento, à nossa responsabilidade, à subjetividade e intersubjetividade. Temos sempre que trabalhar a nossa implicação, porque se não a gente se mistura, fica preso e se perde nesta armadilha. O risco de trabalhar nessas instituições prisionais é você se perder ali e não conseguir seguir com seu trabalho, não dar conta mais, porque você tem contato com as misérias do mundo, então a análise da sua implica-

ção é essencial para você continuar, para você se fortalecer, para você conseguir se separar de seu objeto, dos sujeitos que fazem parte da pesquisa, mas sem perder o interesse, a empatia. Então referenciais da criminologia crítica e abolicionismo penal, da psicossociologia do trabalho e ergologia.

Bárbara:

E como é que vocês articularam, à época, a extensão ali no começo do Culthis, a extensão com as políticas públicas de educação, o sistema de justiça, defensoria, SUS, porque tinha um primeiro momento ali, um atendimento de demanda das pessoas que saíam e de familiares também, para tudo, especialmente trabalho, junto com o trabalho vem tirar um documento, e como é que era essa relação com as políticas públicas, já tinha o Programa de Inclusão Social do Egresso do Sistema Prisional (PrEsp) a época também, como é que era essa relação esse tempo todo?

Vanessa:

Inicialmente não existiam parcerias formais, mesmo aqui na universidade; nosso trabalho era visto com muito preconceito por alguns servidores, professores e funcionários. E as pessoas às vezes tinham medo, pois “*ex-presos e ex-presas*” vinham ao LabTrab para atendimento. Trabalhamos muito para conseguir alguns apoios na UFMG e em outras instituições. As políticas públicas no início de nossos trabalhos também eram incipientes mas contamos com o PrEsp, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), o Centro de Referência de Assistência Social (Cras), o Centro de Referência em Saúde Mental (Cersam). Eu sempre recorria a ex-alunos e ex-alunas, especialmente da pós-graduação e a meus

orientandos de Mestrado e de Doutorado; eu pedia um horário gratuito para atendimentos a familiares de pessoas presas, para atender um preso em suas ‘descidas’, egressos/as, e isso sempre funcionou. Pela via do Instituto DH, nós tínhamos contato com o Centro de Apoio Operacional - CAO de Direitos Humanos, coordenado pela doutora Nívia Mônica na época, e também com a promotora de DH doutora Cláudia Amaral, que sempre nos apoiaram em todas as ações aqui do LabTrab, do Culthis, nós sempre pudemos contar com elas. Então era assim, não tinha uma articulação formal, oficial, mas tínhamos essas articulações, e que funcionava. Um exemplo: um dia nós tivemos notícia pela família que nos procurou, do caso de um rapaz que estava sofrendo torturas no Ceresp Gameleira. Eu falei com a doutora Cláudia Amaral, ela imediatamente foi lá verificar e conseguiu transferi-lo para outra unidade prisional. Assim, quando nós precisávamos, em urgência de algum apoio, alguma ajuda para resolver problemas, era a Dr. Nívia e a Dra. Cláudia que ajudavam e nosso grande parceiro, o Virgílio de Mattos, a Dona Teresa, o grupo de amigos e familiares de pessoas presas, o Conselho Regional de Psicologia, então em muitos equipamentos públicos e em muitas outras instituições e organizações a gente ia buscar apoio, mas formalmente nós não tínhamos nada. E com essas parcerias informais, com os apoios pessoais e envolvimento de alunas e alunos de Psicologia e alguns do curso de Direito da UFMG o Culthis foi crescendo, se fortalecendo, ampliando a rede de parceiros, conseguindo financiamentos via projetos de pesquisa em interface com extensão (Fapemig) e bolsas de extensão para estudantes (ProEx).

Carol:

Sobre a extensão universitária ainda, agora de uma maneira

geral, qual é a importância de se fazer pesquisa e extensão sobre o sistema prisional orientados pelo abolicionismo penal?

Vanessa:

É importante especialmente para formar profissionais da Psicologia e do Direito (no caso) que tenham sensibilidade para tratar de questões ligadas ao sistema prisional em uma perspectiva, se não abolicionista, no limite, crítica e para produzir conhecimento. A proposta abolicionista é uma mudança de paradigma, mudança cultural então é essencial para seu desenvolvimento formar gerações que vão participar dessas mudanças, que nelas vão se engajar para que algum dia não se tenha mais prisões. E por que pesquisa e extensão? Porque te colocam em contato com a realidade, com o concreto, com o dia a dia e formam profissionais críticos e atuantes. A extensão e a intervenção pari-passo com a pesquisa e o ensino.

Carol:

O Matieshen, que é um abolicionista penal, fala que para abolir as prisões, pensando na década de 70, necessariamente teria que ter o diálogo entre a sociedade civil organizada, um sistema de justiça crítico que queira reduzir suas competências diante da sociedade e a universidade, sem isso não teria como.

Queria saber o que você acha dessa proposta, e quais seriam os caminhos do abolicionismo penal brasileiro?

Vanessa:

Essa proposta nos representa ainda em 2024. Eu acho,

Carol, sem falsa modéstia, que nós estamos neste caminho, acho mesmo. O que a gente vem construindo aqui na universidade na formação de nossos estudantes e junto aos movimentos que lutam pelo desencarceramento, junto aos profissionais do sistema de justiça e de outros setores da sociedade mais sensíveis às propostas abolicionistas, vai ao encontro do que diz Mathiesen. Por isso eu fiquei muito relutante em me aposentar, não sabia se quem viesse me substituir comungaria desses mesmos valores e ideais; imagina, todo um patrimônio de ensino/pesquisa e extensão que nós tínhamos construído, todos os avanços que a gente teve, porque nós tivemos avanços na luta, ficarem paralisados, acabarem sem ter continuidade.

Eu acho que o caminho é esse, de produzir conhecimento, de formar pessoas, de articular com outras instituições, com outras universidades, de fazer parcerias. É isso, é cotidiano, é um trabalho cotidiano, visando o fim das prisões que são importante base de manutenção do capitalismo.

A nossa luta é para acabar com o capitalismo, e isso é a nossa utopia, que é o que nos guia, a utopia não é alguma coisa que não vai acontecer e você chama de utopia. A utopia é o que nos guia, ela está lá na frente nos guiando, orientando e inspirando os nossos trabalhos e as nossas lutas, então acho que o caminho é esse mesmo.

Eu sempre penso, que bom que tem o Guilherme, tem a Bárbara, que não são psicólogos e que vão atuar, assim como estudantes de outros cursos que participaram do LabTrab; eu já tive um promotor que fez a minha disciplina sobre História

de Vida, porque ele precisava cursar uma disciplina em outro programa de pós para cumprir seus créditos; ele fazia doutorado em direito do trabalho e a única que coincidia com o horário que ele tinha disponibilidade era a minha. Ao final do curso ele deu um depoimento lindo, disse que foi a melhor matéria que ele já tinha feito, que essa disciplina havia contribuído muito para ele, para sua formação como promotor. Ele disse que mudou a forma de enxergar seu campo de trabalho e os trabalhadores.

Mas é isso, é bom que a gente consiga formar profissionais de outras áreas, e mesmo que a gente não consiga formar, mas quando a gente é convidado para ir em outros lugares, outros espaços, falar, é muito bom para a causa. Certa vez a professora Miracy Gustin me convidou para o encontro do grupo de pesquisa que ela coordenava na faculdade de direito da UFMG. Foi excelente, porque consegui compartilhar com o grupo ideias abolicionistas que muitos nunca tinham tido contato. De repente a gente desperta alguém, é assim que acontece, então eu acho que o caminho é esse, e é bom que haja essa continuidade, então estou tranquila, porque a Carol ainda tem 30 anos pela frente aqui, até lá vai formar muita gente que vai ocupar esse lugar quando ela sair, porque é isso, é uma luta.

Carol:

Eu acho bonita, mas ao mesmo tempo vem acompanhada de muito sofrimento, a sua decisão da aposentadoria, porque eu acho bonita porque, de fato, separa os professores menos implicados na transformação social dos professores militantes, como é o seu caso. E isso se traduz na sua

decisão, baseada em uma enorme preocupação com o acúmulo, não é um acúmulo do patrimônio físico, é justamente esse patrimônio da técnica, da metodologia, que vem sendo desenvolvida há anos, uma metodologia de atendimento psicossocial, que é o que a gente tem tentado fazer. Por falar em pesquisadora militante, a Dona Teresa contou para a gente como foi a primeira vez que ela chega a uma reunião do grupo de amigos da associação.

Você se lembra como é que foi isso?

Vanessa:

Foi no Conselho de Psicologia, no CRP. O Virgílio de Matos me convidou para participar dessa reunião, e eu fui, e eu lembro vagamente, porque tem tantos anos, né? 2007.

Carol:

E ela conta uma história assim, que ela chegou, e ela tinha acabado de levar um golpe de um advogado branco, aí ela chegou, você sorriu, um acolhimento com o corpo, com o gesto, ela falou, já veio um golpe de novo.

Então você estava lá na criação desse movimento, né? Qual é a importância da organização do movimento de familiares de pessoas presas enquanto um movimento político?

Vanessa:

Eu acho que a importância é enorme e que deveria existir grupos de amigos e familiares de pessoas presas no país inteiro, porque ele pode se constituir como uma barreira a tanta arbitrariedade intra e extramuros das prisões; não que vá

colocar um fim, mas pode ser uma barreira, e ele pode vir a se constituir como um grande movimento social, como é que eu vou dizer, revolucionário, sabe? Embora ainda falte capilaridade, há potência e a dimensão política desses grupos já é muito grande porque é um movimento das bases, isso já é essencial, é um movimento que está ali dentro e diante das prisões, organizando as famílias e amigos e amigas das pessoas presas, reivindicando, dando visibilidade ao que ocorre, denunciando. E que, por enquanto, não foi apropriado por nenhum partido, nenhuma agremiação, eles continuam mantendo a independência, mantendo a autonomia, muito em função da Dona Teresa, porque é importante preservar essa autonomia e preservar esse manejo das situações de crise o que a Dona Teresa consegue fazer brilhantemente e que outras pessoas dos grupos também. Eu acho que a importância do grupo numa luta abolicionista é essencial. Porque é o grupo que traz os familiares, que acolhe, orienta, forma, insere na luta por direitos. Eu diria que é o embrião de um movimento psicopolítico.

Como construir um movimento abolicionista sem aqueles que estão diretamente afetados, engajados, vivendo a situação? Não é fazer um movimento intelectualizado, os intelectuais nem sabem o que é prisão muitas vezes. É necessário que tenham pessoas que estejam ali no dia a dia, que conheçam, que sofram todas as agruras de ser familiar de preso para que traga realidade, a densidade da vida, para que traga consistência à luta, para que traga o mundo real, o mundo real é o grupo de amigos que traz; nós estudamos, nós procuramos conhecer, entender, participamos, nos engajamos, mas a gente não sabe desse mundo, nós não sabemos,

a gente tem teorias a respeito, a gente estuda, se aproxima mas a vida real é deles, então eles trazem justamente essa condição da existência do familiar de preso concretamente, é concreto, daí a importância desse movimento, que é dos familiares de pessoas presas. E nesse trabalho conta sempre com contribuição do LabTrab, do Culthis.

Carol:

Como você falou, você começou a falar um pouco sobre um tema que eu queria abordar, que é a participação acadêmica nesses movimentos, nesses processos de organização popular; no caso você participou lá, ajudou a construir o grupo de amigos, Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, qual é o nosso papel nesses momentos?

Vanessa:

Eu acho que nós não temos um papel definido não, eu acho que estamos juntos ali, nas trocas e nas lutas e quando há demanda específica dos familiares que a gente possa atender, lançamos mão do nosso conhecimento, da nossa experiência, para atender; é sempre a partir de uma demanda, não somos nós que vamos organizar o movimento, nós vamos participar, estamos junto, participamos da rede de apoio mas é preciso que haja uma demanda deles para participarmos mais ativamente, que eu acho que foi o que o Virgílio fez. Embora ele tenha atuado muito na formação de Dona Teresa, junto com o Guilherme Portugal, eles foram construindo, vamos dizer, com Dona Teresa, uma liderança, mas isso foi num primeiro momento em que não existia nada. Nesse momento nossa participação foi no sentido de juntar forças,

de levar algum conhecimento acumulado sobre organização de coletivos. Agora existe um empoderamento do grupo, nesse sentido que eu penso que nós acadêmicos temos uma presença importante na medida em que fazemos parte da rede de apoio do grupo e juntos produzimos ações e conhecimento. E a recíproca é verdadeira: o grupo faz parte de nossa rede, contamos com os familiares em nossas demandas também, sobretudo de formação.

Carol:

Bom, você fez inúmeras pesquisas, intervenção, extensão, sistema prisional, com agentes, policiais penais, trabalhadores voluntários, pessoas presas, familiares, alguns momentos dessas pesquisas foram marcantes para você, você consegue se lembrar agora de algum momento dessas pesquisas? Qual é a postura que uma pessoa tem que ter se ela quiser pesquisar sobre o sistema prisional?

Vanessa:

Ah, tem uma lembrança, que foi o lançamento da nossa primeira cartilha da Mulher Presa, lá em Vespasiano no Centro de referência da gestante privada de liberdade.

Foi muito bonito o que aconteceu lá. É linda aquela cartilha, eu sou apaixonada por ela. Nós do Culthis levamos as cartilhas para fazer o lançamento nesse centro, e a Dra. Nívia Mônica que era promotora do CAO-DH foi quem organizou esse lançamento, ela ficou encantada com a cartilha. Ela estava presente, juntamente com um representante, na época era SEDS, outras autoridades também foram convidadas, jornalistas, foi um acontecimento. Em uma das páginas da

cartilha há a referência a uma norma segundo a qual a presa não pode ser castigada nem pode ficar no quarto de castigo na presença da criança. Uma das diretoras do centro, ao tomar conhecimento dessa informação, me pediu para retirarmos essa página da cartilha.

“Será que a gente pode tirar essa página para entregar para elas?” Eu falei, não, não podemos tirar a página; vamos conversar com a Dra. Nívia, porque essa cartilha está autorizada por ela, está autorizada pela SEDS, está autorizada pelo juiz, todos eles participaram da confecção. Falei com Dra. Nívia que confirmou minha decisão de não retirar a página porque a informação estava correta e distribuímos uma cartilha para cada presa; isso foi muito importante para o nosso trabalho, um reconhecimento. Eu sempre me emociono quando lembro desse episódio, mas depois nós tivemos notícia de que passados alguns dias as cartilhas foram recolhidas pelas agentes. Lá também nós tivemos experiências muito desanimadoras, eu coordenava um projeto de extensão, cujo objetivo era conversar com as presas, com as gestantes, sobre a vida, sobre gravidez, parto, sobre o que elas quisessem conversar, sobre suas dúvidas e medos. Convidamos a Maria Emília Silva, diretora do Instituto DH para fazer uma palestra sobre direitos humanos, convidamos a profa. Carolina Couto, para falar sobre o uso de substâncias ilícitas e seus impactos na gravidez, e elas gostaram muito e queriam continuar, mas foi muito difícil o trabalho, uma das diretoras disse que não podíamos convidar outras pessoas, que apenas nós tínhamos autorização para entrar, nós teríamos que continuar o trabalho sem levar convidados. Então mudamos o objeto do projeto para a realização de oficinas com as mu-

lheres, e durante a oficina nós aproveitaríamos para discutir temas de interesse, a partir do que estavam produzindo. A ideia de uma das alunas participantes foi de customização de camisetas, porque enquanto elas estavam refazendo as camisetas, a gente podia conversar sobre o refazer a vida, sobre construir, alguma coisa assim, e aí o projeto foi aprovado, mas existia uma norma que tudo que entra na prisão tem que sair. Nós levávamos vidrilhos, lantejoulas, levávamos agulhas, linhas, tesouras, tudo era permitido, mas tinha que sair tudo, 5 vidrilhos de lantejola, 2 tesouras, 10 agulhas etc. Pois vez ou outra, não era todas as vezes, mas vez ou outra, as estudantes que iam para o projeto tinham que contar os vidrilhos, isso é um absurdo, a gente ficava na portaria contando vidrilhos quase o tempo todo que nós tínhamos para ficar com as mulheres presas. Fizemos muita coisa para nós desistirmos do projeto, mas resistimos, rsrs, e até que depois mudou a diretora e nós não tivemos mais permissão para continuar.

Carol:

E a postura? Pois é, a postura, você já respondeu em algum lugar da entrevista?

Vanessa:

Eu acho que, primeiro ponto, não renunciar aos valores que nos orientam, de jeito nenhum; uma postura de abertura também para tentar compreender e não entrar num embate, vamos dizer assim, uma certa flexibilidade. E construir uma base teórica consistente que contemple esses valores e que te sustente no trabalho e fora dele. Nesse sentido, uma postura ética, o respeito incondicional para com as pessoas que

estão encarceradas, não ser invasivo, não nos interessar pelo “crime” que a pessoa supostamente cometeu, não nos interessar pelo tempo de pena. O respeito envolve a não invasão na vida pessoal, envolve sigilo, envolve um interesse legítimo, você tem que ter um interesse legítimo pela pessoa, e não pela situação de prisão dela, o interesse é pela pessoa, para poder fazer algo pela pessoa e não uma curiosidade mórbida. Muita gente tem interesse em ir nas prisões por um interesse sensacionalista, quer saber o crime, quer saber os detalhes do crime, não está aberto a escutar com responsabilidade. Uma escuta responsável é nesse sentido, disponibilidade para escuta, empatia. E sobretudo não “fazer pesquisa” a qualquer preço. Lamentavelmente está frequente a realização de entrevistas nas prisões com os presos e presas algemados. É inadmissível!

Bárbara:

Você mencionou a cartilha da mulher presa, tem também a cartilha da pessoa presa e seus familiares, e também tem a outra cartilha que foi feita pelo LabTrab, que é: o SUAS é seu. Eu queria entender um pouquinho como vocês pensaram nesses materiais, e como que você entende a relevância desses materiais até hoje, principalmente considerando a cartilha da mulher presa e a cartilha da pessoa presa, que são cartilhas mais antigas, não é?

Vanessa:

Eu sempre gostei de cartilha, eu fui alfabetizada com uma cartilha, e nesse trabalho com as gestantes, é que surgiu a ideia de fazermos uma com orientações. Um material de fácil compreensão, que despertasse o interesse, e que pudesse ser

levado para qualquer lugar. Existia muita curiosidade das mulheres do centro de gestantes sobretudo - sobre a vida ali, sobre os bebês, sobre direitos, e pensamos justamente nisso, fazer uma cartilha que tivesse informações que pudessem ajudar e que tivesse boa qualidade gráfica. Foi um trabalho muito bom que nós fizemos, porque antes de fazer a cartilha, tínhamos anotações das perguntas que as mulheres nos faziam, e realizamos entrevistas com promotoras, juízes, com membros da Pastoral Carcerária, nós fizemos muitas entrevistas com quem atuava nas prisões de mulheres. Com o Virgílio, por causa do trabalho da Piep, com algumas egressas, então nós conversamos com essas pessoas para pensar a cartilha, e depois fizemos uma boneca da cartilha e levamos para essas pessoas verificarem, avaliarem e sugerirem alterações. Na época eu tinha na turma de estágio um estudante de Direito que fez um estudo da cartilha para verificar se estava de acordo com a legislação, se nós não estávamos equivocadas em algumas orientações. Eu acho aquela cartilha maravilhosa, a diagramação, as cores, conteúdos, desenhos, ela é toda bonita e instrutiva. Depois de fazer a primeira, nós fizemos outras, todas muito boas também e que continuam a ser usadas, tanto em sua versão física quanto on-line. A Cartilha da pessoa presa e familiares foi financiada por um projeto de extensão da Fafich de formação de Promotoras Populares que eu participei juntamente com outras professoras de lá, e a minha parte no projeto era trabalhar justamente com mulheres presas. E foram muitas cartilhas, fizemos 10 mil exemplares. O processo de produção foi o mesmo: entrevistas, anotações de pesquisa, avaliação, correções, verificação das informações. Esta cartilha foi distribuída nas filas de familiares diante das prisões de MG, para presos e

presas quando autorizado, para agentes de pastoral carcerária, para ONGs que trabalham em prisões. Sua importância para a formação de agentes de pastoral, para a orientação dos familiares, para as próprias pessoas presas, para a formação de estudantes, é enorme, com forte impacto na formação profissional e defesa de direitos. Em minha opinião essas cartilhas foram uma das produções do Culthis que provocaram o maior impacto social porque toda a formação da pastoral carcerária no estado de Minas usou essas cartilhas. E os alunos de estágio, todos os alunos que passavam por lá recebiam cartilhas, nós estudávamos pelas cartilhas, e as pessoas presas também se serviram das informações ali colocadas. Quando nós tínhamos a autorização, levávamos as cartilhas para distribuir para os presos e presas durante as pesquisas, especialmente em uma pesquisa que nós fizemos em parceria com o Ministério Público, nós levávamos as cartilhas para os presos, daí a importância na formação, na orientação. Quando eu falo de formação e orientação, eu estou falando sempre de conhecimento, empoderamento, de autonomia, de valorização.

Barbara:

Pensando também nestes outros projetos desenvolvidos pelo LabTrab, eu até trouxe ele aqui também, o livro Relatos do Cárcere¹², eu queria entender como que vocês pensaram nesse projeto, como ele foi feito?

Esse projeto, nós todos do LabTrab participamos, é um projeto financiado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos

¹² BARROS, V.A.; SILVA, L.O; REIS-BARROS, C. (orgs). Relatos do Cárcere: pequeno vocabulário de afetos do cotidiano prisional. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 2019.

com o tema: enfrentando a prisão provisória e encarceramento em massa. Foi um edital que nós participamos em parceria com o Instituto DH. E esse projeto foi maravilhoso, porque nós tivemos um número bem grande de participantes na pesquisa, nós fazíamos as reuniões no Instituto, sempre com presença maciça do LabTrab. Nós nos dividimos em grupos, cada qual encarregado de um tema: legislação, sistema de justiça, estatísticas prisionais, correspondência com pessoas presas – temos um grande acervo de cartas, audiências de custódia, e ao final fizemos um sólido relatório que poderia orientar políticas públicas e ações desencarceradoras.

Barbara:

Foi o meu primeiro contato com o LabTrab, é porque como eu entrei como extensionista do Direito, eu não entendia o tamanho do projeto, eu entrei, o bonde não estava nem andando, já estava quase chegando ao ponto final, já estava bem adiantado o projeto, mas eu tinha contato com o que eu entendi que era a equipe jurídica, que a gente fazia reunião lá no Direito. Eu participei de algumas reuniões lá no IDH, algumas reuniões com você também, aí depois quando eu entrei para o Culthis, a Carol falou assim, você estava nesse projeto? Mas foi o meu primeiro contato, inclusive com o abolicionismo, essa perspectiva, que era possível ter projetos abolicionistas.

Vanessa:

Pois é, esse projeto foi muito formador, também, trouxe estudantes de outras áreas interessados em pesquisas em prisões na perspectiva abolicionista. Nós tínhamos concorrido a um edital do governo federal chamado Cartas do Cár-

cere, foi um edital enorme, do qual participaram grupos de pesquisa organizados de todo o país, e nós ficamos entre os cinco primeiros, foi muito bom, não ganhamos o primeiro lugar, mas ficamos entre os cinco. Então essa ideia de trabalhar com as cartas estava presente nesse projeto também, e nós recebemos muitas cartas, aqui no LabTrab tinha muitas cartas, no Instituto DH, no Grupo de amigos, na Pastoral, juntamos as cartas de vários lugares e organizamos um grupo para trabalhar com elas, mas não tínhamos ideia de como trabalhar esse material todo. Começamos pela leitura e um dia, em um dos nossos encontros, nós começamos espontaneamente a falar do sentimento que aquelas cartas tinham provocado, que a leitura daquelas cartas tinha provocado em nós, e daí veio a ideia, vamos fazer um livro sobre isso, então foi assim, nós lemos as cartas, falamos dos sentimentos, os nomeamos e fizemos uma triagem, uma espécie de triagem dessas cartas, essa aqui fala de desamparo, essa outra aqui fala de angústia etc. Separamos e dividimos os verbetes, e tivemos a ideia de convidar pessoas egressas das prisões para falar também sobre aquele sentimento que a carta provocou. Além do livro publicado com esses verbetes – Relatos do Cárcere, tivemos a ideia de transformá-los em arte e fizemos uma instalação com eles, na entrada do auditório Carangola, na FAFICH/UFMG. Grandes placas com alguns verbetes e suas definições dependurados nas vigas do teto. Ficou muito bonita.

Carol:

A capa do livro é da instalação, não é?

Vanessa:

É uma foto da instalação. Fizemos essa instalação para

o lançamento do livro e da Plataforma Desencarcera, outro produto deste projeto. Ficou alguns dias exposta aqui na FA-FICH, com uma repercussão muito grande também. Convidamos várias autoridades do sistema de justiça, familiares de pessoas presas, egressos e egressas prisionais. A gente busca também mostrar para o sistema de justiça o que a gente está produzindo, e sempre busca a parceria deles, e muitas vezes eles respondem, não é assim?

Em uma das reuniões no Instituto DH o Guilherme Fernandes falou de uma plataforma chamada Fogo Cruzado, lembra, Carol? E nós pensamos, porque a gente não faz uma também? E foi construída a Desencarcera. Então, nesse projeto do Fundo Brasil, que foi excelente, fizemos o livro, a instalação, a Plataforma, e o relatório, muito consistente, muito bem documentado.

Bárbara:

A minha próxima pergunta era justamente sobre a Plataforma, a parte da criação da Plataforma, que ela foi criada nesse projeto *“Enfrentando o encarceramento em massa”*, a nossa pergunta é, na sua opinião, qual que é o papel da Plataforma, justamente nesse enfrentamento?

Vanessa:

O que nós pensamos, inicialmente, é que a Plataforma poderia servir para inibir as torturas, na medida em que daria visibilidade ao que acontece nas prisões, e eu não sei se esse objetivo foi atingido, mas que deu visibilidade, sem dúvida. Se inibiu, se inibe, eu não sei dizer, mas a visibilidade é muito grande, essa Plataforma é muito referenciada, conheço muita gente que fala

da Plataforma, que pesquisa a partir dos dados da Plataforma, então ela é uma grande contribuição à luta e à produção de conhecimento sobre encarceramento, sem dúvida.

Carol:

As familiares se apropriaram da Plataforma de uma maneira excelente, elas querem ver as denúncias que elas fazem publicadas, publicizadas no espaço, e a Defensoria utiliza esses dados para fazer ação civil pública, enfim, eu acho que de fato tem uma repercussão que nunca foi imaginada.

Bárbara:

A gente já foi em reuniões com o Estado, que o próprio pessoal da Sejusp falou assim, “a gente fica de olho”, a gente dá uma olhada no que está acontecendo.

Carol:

Pois é. E também, a partir desse projeto, também foi desenvolvido o curso de desencarceradoras populares.

Como foi pensado esse projeto de educação popular, digamos assim?

Vanessa:

Tudo foi coletivamente, Bárbara. Não teve nada que alguém pensou e chegou com uma proposta e falou vamos fazer, não. Em conversas, em reuniões, em supervisões, nas disciplinas, é uma produção coletiva o que o LabTrab e o Culthis sempre fizeram. Em nossos trabalhos e contatos com familiares percebemos que faltava informações a essas pessoas e percebemos também uma potência a ser desenvolvi-

da para possibilitar autonomia e empoderar as/os familiares em suas buscas por informações, por direitos, por cidadania. Digamos que as cartilhas foram o embrião desse projeto formador. E propusemos o primeiro curso, muito bem-sucedido, junto com o grupo de amigos e o Instituto DH.

Bárbara:

Esses projetos foram desenvolvidos, como você já mencionou, a partir de uma parceria entre o LabTrab, o grupo de amigos, o Instituto DH. Então, como você avalia o diálogo, justamente a importância desse trabalho coletivo, aliás, entre a sociedade civil, a instituição, a universidade?

Vanessa:

Eu avalio como imprescindível, porque não dá para você fazer um trabalho sozinha, não dá pra você se isolar e trabalhar. O Instituto DH e o LabTrab possuem uma relação de muita proximidade porque essa linha de pesquisa do Instituto, que é sistema prisional, é constituída por participantes do LabTrab. Então é uma parceria que sempre existiu; eu sou fundadora do Instituto, Carol é fundadora do Instituto, entrou já no primeiro ano de fundação, Aline também, Thaísa já foi diretora do Instituto, então é uma parceria bem fraterna, eu diria, de apoio mútuo, de trabalho conjunto sempre. O grupo de amigos da mesma forma, sempre muito juntos para trabalhar, pra lutar; Dona Teresa nos acessa quando ela precisa e a gente chama Dona Teresa também, ela sempre atende, as outras pessoas do grupo também. Na UFMG temos parceria com o NUH – Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT coordenado pelo prof. Marco Aurélio Prado, parceiro do Culthis. O que nos aproxima e nos mantém unidos são os va-

lores e ideais que compartilhamos além da forma respeitosa de trabalhar juntos sem hierarquia. Durante muito tempo tivemos também essa parceria de ideais, valores e projetos com o CAO-DH, tanto na gestão da Dra. Nívia Mônica quanto na gestão da Dra. Cláudia Amaral. Especialmente o Instituto DH, o LabTrab, o grupo de amigos e o NUH eu vejo que temos um pacto de defesa de direitos humanos, um pacto de trabalhar juntos pelo bem comum, de acabar com as prisões, de acolher os/as marginalizados/as; acho que é o que nos aproxima, nos une e nos sustenta. E o resultado dessa união é o fortalecimento desses grupos, o compartilhamento, é a universidade participando e ajudando a promover avanços sociais fora de seus muros, a produção de conhecimentos a partir do mundo real, da vida cotidiana e a formação de profissionais voltados para a defesa e efetivação de Direitos Humanos.

Carol:

Vou falar, então a gente está falando dessa parceria com o Instituto e já caminhando para o encerramento. Tem experiências que foram tristes mesmo, você contou aqui para a gente ao longo da entrevista, e tem experiências que são muito potentes até hoje, e que bom que sejam potentes, libertárias, autônomas, e uma dessas experiências é o Bloco Sem Prisões. Como foi a criação desse Bloco Sem Prisões?

Vanessa:

É, Carol, eu não me lembro exatamente como começou a nossa conversa. Eu sei que, conversando sobre o carnaval de BH, sobre os blocos, uma de nós propôs: vamos fazer um Bloco Sem Prisões e fizemos. Chamamos os estudantes do LabTrab, amigos e amigas, militantes da causa abolicionista

e da causa antimanicomial e foi assim. No primeiro ano do desfile, 2017, éramos poucos, mas como diz o nosso amigo Virgílio, “logo seremos muitos”, rsrs. O Bloco é muito potente, ele também tem um impacto enorme, porque é no festivo, na alegria que propõe a reflexão abolicionista.

Carol:

Nas brechas, nas frestas.

Vanessa:

Faz parte das brechas, isso mesmo. Ele tem uma dimensão política inquestionável. Mas foi numa conversa entre nós duas, não sei quem que falou, vamos fazer um loco, se eu que falei, ou a Carol que falou. Vamos, e levamos a proposta para os estagiários, para o LabTrab, para o Instituto DH. Eu, a Aiezha Martins e o João Pedro, meu filho, fizemos o primeiro estandarte lá no Centro de Referência da Juventude. Fizemos assim, de forma muito amadora e alegre. Sobre o trajeto, decidimos que teria que passar pelas prisões, na Av. dos Andradas seria mais fácil. Mas e a bateria, como será? O Walesson Gomes sugere o Serginho, educador musical de um projeto com jovens no bairro Ribeiro de Abreu. E deu tudo certo. Serginho e os meninos e meninas do projeto toparam, começamos a ensaiar lá no Ribeiro e a participação do grupo não foi apenas no dia do bloco desfilar, realizamos um trabalho com eles, discutimos prisão, encarceramento, polícia, punição. É muito legal, essa experiência foi muito linda, uma das vezes que nós fomos lá, antes do ensaio começar, um dos meninos disse que achava certo prender quando foi pego com droga ou roubando, alguma coisa assim. Então achava muito certo ser colocado na cadeia. Aí o Guilherme Fernandes

apenas pergunta: mas você acha que se acontecer lá na Savassi, eles vão pegar o menino branco e vão prender? O menino respondeu que nunca tinha pensado nisso, então foi muito legal, essa pergunta dele foi transformadora. Mudou toda a discussão, muito legal.

E veio o apoio no segundo ano dos sem manicômios; o Gui também era antimanicomial, já trouxe sem manicômios, e então o bloco tem essa dimensão política grande, de resistir pela festa, também de formação, da alegria, do desfile, da visibilidade à causa, mas é de formação que a gente fazia ao longo da preparação. E que não cabe nem ensino, nem pesquisa, nem extensão. É tudo, e é mais, e é festa, né, acho que é interessante.

Carol:

Vanessa, teve um período que eu convivia mais com você, cotidianamente, que você ouvia muito rap? Tem alguma música, algum grupo que você lembra, que você quer recomendar?

Vanessa:

A Alessandra Kelly me aplicou o rap. Racionais tem uma música, Diário de um Detento, que gosto muito, ouço muito. Hoje eu só ouvi Chico Buarque, que é aniversário dele. Então eu tô com todas as músicas do Chico na cabeça. Mas a Alessandra é quem me apresentou os Racionais, me deu um livro do Eduardo. E eu fiquei apaixonada desde sempre. Eu ainda ouço muito rap, meu filho João Pedro é apaixonado por rap também.

Carol:

Bom, para a gente finalizar, a gente queria sugestões.

Sugestões de autores que você recomenda para a leitura. Livros de estudar e livros de ler, na divisão realizada por Vanessa Barros.

Vanessa:

Livros de estudar e livros de ler.

- ***Valetes em slow motion***, de Kiko Goifman, que vocês do LabTrab me deram de presente...
- ***Memórias do Cárcere*** de Graciliano Ramos
- ***Recordações da casa dos mortos***, de Fiodor Dostoievski
- ***A caverna*** de José Saramago é leitura obrigatória para psicologia do trabalho
- ***As Homicidas*** de Alia Trabucco Zerán
- ***Cárcere e Fábrica***, de Melossi e Pavarini
- ***Vigiar e Punir***, Michel Foucault
- E os livros da coleção ***Pensamento criminológico***, da editora Revan, são muito bons.

Muito obrigada.

Uma honra fazer essa entrevista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAZ, M. V., & SILVA, G. E. (2020). Entrevista com Vincent de Gaulejac. ***Psicologia Em Estudo***, 25, e48212. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.48212>

VIEGAS, Sônia. ***Conferência Trabalho e Vida***. Belo Horizonte, 1989. pp.1-19. mimeo.

A METODOLOGIA DE ACOLHIMENTO PSICOSSOCIAL DO CULTHIS: REFLEXÕES A PARTIR DE DOIS CASOS

**Guilherme dos Santos Azevedo Cardoso
Pedro Mendonça Moreira**

1. Introdução

O Culthis: Espaço de Atenção Psicossocial às Pessoas Presas, Sobreviventes do Cárcere, seus Familiares e Amigos é um programa de extensão vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e ao Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos (LabTrab). O programa surgiu em 2008 a partir de atividades de estágio curricular¹³ do curso de Psicologia da UFMG no qual os(as) estudantes iam até a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Santa Luzia, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a fim de escutar a história de vida das pessoas presas. Após essas pessoas saírem da prisão, em razão do vínculo de confiança construído ao longo do estágio, elas procuravam os(as) estudantes com demandas relacionadas aos impactos da prisão na vida de pessoas que passaram pelo cárcere, principalmente no que diz respeito à solicitação e regularização de documentos, bem como busca por trabalho e renda.

¹³ O estágio sobre o método de História de Vida era coordenado pela profa. Vanessa Andrade de Barros e consistia na escuta da história de vida de pessoas presas.

Por consequência, convocados por essas demandas, foi criada a extensão com o objetivo de oferecer acolhimento psicossocial para sobreviventes do cárcere¹⁴. Ao longo do tempo, as pessoas acompanhadas sugeriram de os(as) estudantes irem até as filas em unidades prisionais nos dias em que familiares vão visitar ou entregar o kit¹⁵ a fim de estender o acolhimento psicossocial às¹⁶ famílias de pessoas presas.

O programa foi se estruturando a partir da convocação de demandas da realidade apresentadas pelas familiares e pelos sobreviventes do cárcere. Atualmente, articulando pesquisa, ensino e extensão, organizamos o Culthis em três eixos indissociáveis: atenção psicossocial - que terá destaque neste capítulo -, articulação política¹⁷ e formação¹⁸.

¹⁴ O uso do termo “sobrevivente do cárcere” em detrimento de “egresso do sistema prisional” é uma escolha ético-política de sensibilização a partir do entendimento, argumentado por Mbembe, de que “o sobrevivente é aquele que, tendo percorrido o caminho da morte, sabendo dos extermínios e permanecendo entre os que caíram, ainda está vivo”. (2018, p. 62).

¹⁵ Itens de necessidade básica que deveriam ser fornecidos pelo Estado, mas, em sua falta ou insuficiência, são fornecidos pelas familiares de presos. Esses itens são alimentos, produtos de higiene pessoal, roupa, material escolar, cigarro etc.

¹⁶ Apesar de não termos dados oficiais sobre quem são as familiares de pessoas presas no Brasil, compreendemos que elas são, em sua maioria, mulheres, principalmente mães e esposas ou companheiras (Tannuss, Silva Júnior & Oliveira, 2018). Por isso, neste capítulo, optamos por nos referir às familiares no feminino.

¹⁷ O eixo de articulação política promove incidências no contexto prisional através da articulação com entidades públicas e com movimentos sociais e a manutenção da plataforma de recebimento de denúncias de violações de direitos ocorridas no sistema prisional e socioeducativo de Minas Gerais, a Plataforma Desencarcera!.

¹⁸ O eixo de formação estimula ações educacionais sobre o sistema prisional e direitos humanos, como o evento Diálogos sobre o Cárcere, que a partir de alguma obra audiovisual debate temas que perpassam o contexto prisional.

Como referenciais teórico-metodológicos e éticos, baseamo-nos no Abolicionismo Penal e na Criminologia Crítica, teorias e práticas radicalmente críticas ao sistema penal, entendendo-o ineficaz em suas funções declaradas de ressocialização e prevenção ao crime, além de produtor de violências (PASSETTI, 2004; HULSMAN & CELIS, 2019); na Clínica Política, experiência de reparação psíquica às vítimas de violência de Estado (KOLKER, 2018); e na ergologia e psicossociologia do trabalho, clínicas do trabalho que partem de uma abordagem multidisciplinar sobre o trabalho e nos ajudam a refletir sobre o encontro dos múltiplos saberes envolvidos em nossas práticas, prezando pela horizontalidade entre eles (CUNHA, 2014; CARRETEIRO & BARROS, 2014).

No eixo de atenção psicossocial, realizamos a atividade central do Culthis, que é o acolhimento psicossocial para pessoas afetadas pela prisão, especialmente familiares de pessoas presas e sobreviventes do cárcere. Assim, o objetivo deste capítulo é apresentar a metodologia de acolhimento psicossocial realizada pelo Culthis a partir da descrição e análise de dois casos acompanhados pelo programa, sendo um referente a uma familiar de pessoa presa e outro referente a um sobrevivente do cárcere.

2. O acolhimento psicossocial do Culthis a partir de dois casos

O acolhimento parte do pressuposto de que grupos, além das pessoas presas, sofrem impactos psicossociais advindos do cárcere, como as familiares de pessoas presas (PÁDUA, 2021; SANTOS, 2021) e os sobreviventes do cárcere (BARROS, 2011; LHUILIER, MÁXIMO & BARROS, 2023). Consideramos es-

ses impactos como psicossociais, pois eles se dão em diversos âmbitos da vida das pessoas, não sendo possível separá-los.

O processo de construção da metodologia se deu por meio de convocações da realidade e, a partir delas, fomos concebendo formas de lidar, pois *“é o próprio objeto que nos fornece o caminho para conhecê-lo e decifrá-lo, sendo que o método, neste caso, não é construído no início, mas ao fim do processo”* (LIMA, 2002). Nesse sentido, entendemos metodologia não enquanto um passo a passo previamente definido, mas enquanto a memória dos caminhos percorridos.

Não obstante, as experiências acumuladas nos fornecem elementos que guiam os nossos próximos passos. Assim, ao longo dos anos de atuação do Culthis, elencamos quatro desses elementos, sobre os quais faremos uma breve exposição.

O primeiro deles diz respeito à escuta engajada, que é uma forma de ouvir e conversar com familiares e sobreviventes que esteja qualificada pelos nossos referenciais teórico-metodológicos. A escuta, então, está comprometida com a deslegitimação da prisão e com a desnaturalização das violências sofridas pelas pessoas.

O segundo elemento são as orientações jurídicas. Tanto familiares quanto sobreviventes apresentam diversas demandas relacionadas a processos judiciais - especialmente nas áreas criminal e de execução penal. Dessa forma, auxiliamos as pessoas em relação a dúvidas jurídicas, explicando o que significam os termos técnicos, bem como orientamos sobre o sistema de justiça criminal. Com base na proposta er-

gológica de diálogo entre os saberes (SCHWARTZ, 2006; TRINQUET, 2012), propomos atividades para que todos(as) os(as) extensionistas, não apenas aqueles(as) do curso de Direito, possam se formar a fim de realizar as orientações jurídicas.

O terceiro elemento é o de articulação com as políticas públicas, pois entendemos que o papel da extensão universitária não é o de substituí-las, mas de tensioná-las quando existentes e, quando inexistentes, fomentar a sua elaboração. Pautamos que exista de fato uma articulação para além do simples encaminhamento das pessoas para essas políticas.

Por fim, o quarto elemento diz respeito ao encaminhamento para a rede de psicólogas(os) voluntárias(os) (Rede Psi). Como um elemento norteador, assim como os outros, não necessariamente ocorrerá em todos os casos e também não substitui o acompanhamento realizado pelo(a) extensionista. A rede foi construída a partir de demandas das próprias familiares, que procuravam a extensão para relatar que não ficaram satisfeitas com atendimentos por profissionais da Psicologia que não compreendiam a realidade prisional e, por vezes, naturalizavam e legitimavam as violências impostas pelo cárcere. Entendemos, assim, que o espaço da psicoterapia é importante, pois ocorre com periodicidade e acompanhamento clínico por um (uma) profissional formado(a). As(os) psicólogas(os) da rede passam por supervisões clínicas mensais com a coordenadora da extensão, a fim de discutirem os casos a partir dos referenciais teórico-metodológicos do Culthis.

Os casos do Culthis chegam por diversos meios: pelo

WhatsApp do programa, pelo telefone fixo na sala do Lab-Trab – localizada no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) da UFMG –, pelo Instagram, pelo e-mail, por cartas de pessoas presas, pelas idas às filas nas unidades prisionais ou, ainda, pelo encaminhamento de instituições parceiras. Mesmo que haja demandas pontuais sanadas, priorizamos o acompanhamento a longo prazo¹⁹ a fim de nos implicarmos na construção de vínculos com as pessoas atendidas. O acompanhamento é realizado por um(a) ou mais extensionistas, que passam por supervisão semanal em conjunto com a coordenadora e orientadores(as)²⁰ do Programa.

A seguir, apresentaremos a metodologia de acolhimento psicossocial do Culthis a partir da descrição e análise de dois casos. O primeiro deles se trata de Heneli²¹, familiar de pessoa presa, e o segundo, de Gleissinho, sobrevivente do cárcere.

¹⁹ Apesar de os acompanhamentos usualmente ocorrerem a longo prazo, há dois casos particulares: nos acolhimentos realizados nas filas em unidades prisionais, que, não raro, envolvem um contato apenas no dia, abrangendo a escuta das familiares e rápidas orientações jurídicas e/ou encaminhamento para políticas públicas; e no acolhimento por cartas com as pessoas presas, pois ocorre de forma mediada pela censura das unidades prisionais e, portanto, rodeado de obstáculos para a manutenção de um contato a longo prazo.

²⁰ Atualmente, o Culthis possui três orientadores, sendo dois graduados em Direito e discentes no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG e uma graduada em Psicologia. Os três foram extensionistas do Culthis durante a graduação e uma das atribuições é auxiliar os(as) extensionistas no acompanhamento dos casos.

²¹ Os nomes utilizados neste capítulo são fictícios, com o fim de não identificação. Os nomes da familiar e do sobrevivente acompanhados pelo Culthis foram escolhidos por eles, enquanto os demais nomes foram escolhidos pelos autores.

2.1 Heneli

O primeiro contato de Heneli com o Culthis foi por meio da segunda edição do Curso de Desencarceradoras Populares (Despop), que ocorreu entre julho e dezembro de 2021 de forma virtual em razão do período pandêmico. O público-alvo era composto por familiares de pessoas presas, sobreviventes e militantes antiprisionais, e o curso tinha como objetivo fornecer às(aos) cursistas possibilidades de ações e ferramentas que visam ao desencarceramento, além de fomentar espaços de compartilhamento de experiências e grupos de apoio.

Heneli, com 55 anos na época do primeiro atendimento, é familiar de pessoa presa, tem três filhos, sendo que dois passaram pelo sistema prisional em Minas Gerais. A partir de seu contato no curso, ela buscou o acolhimento psicossocial do Culthis. No atendimento inicial, ocorrido em julho de 2021, ela contou que sua demanda mais urgente dizia respeito a seu filho mais novo, Luiz, que, naquele momento, tinha 21 anos e estava preso desde o ano anterior na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), em um município a cerca de 40 km de sua residência. Relatou que seu filho primogênito também teve passagem pelo cárcere e que, alguns anos antes, logo após ele ter sido solto, foi assassinado e, de acordo com ela, a morte foi provocada em razão de dívidas que o filho havia feito dentro da prisão. Também relatou ter uma filha que morava próximo a ela na época.

Em relação ao Luiz, contou que ele teve várias passa-

gens pelo socioeducativo²² ao longo da adolescência e que ela suspeitava que ele tivesse algum sofrimento mental, mas que não fora diagnosticado. Relatou que gostaria que o filho deixasse de cumprir pena em presídio comum e passasse a cumprir medida de segurança em algum hospital de custódia, pois, em sua visão, esse seria o local adequado para ele receber tratamento médico enquanto preso.

Ela também citou que estava preocupada, pois, assim como o filho mais velho, Luiz estava contraindo dívidas na prisão, mas como ele não possuía renda, era ela quem ficava responsável por arcar com essas despesas. E, além disso, o cárcere também impunha outros gastos, principalmente no fornecimento dos kits, que são entregues presencialmente nas unidades ou enviados via sedex. Ainda, havia gastos com o transporte até a unidade prisional nos dias de visita, bem como com sua própria alimentação e hospedagem.

Pádua (2021), em dissertação de Mestrado, discorre sobre os impactos psicossociais do cárcere na vida de familiares de pessoas presas e aponta que uma das dimensões desses impactos diz respeito ao financeiro, pois as familiares - majoritariamente pobres - passam a ter mais despesas a partir do encarceramento de um ente. A situação de vulnerabilidade econômica é ainda mais agravada, pois a política pública

²² O sistema socioeducativo é o conjunto de medidas voltadas para a responsabilização de adolescentes condenados pela prática de ato infracional análogo a crime. No concreto, o socioeducativo tem sido uma forma de punir a população jovem e negra antes de completarem a maioridade penal, especialmente pela medida socioeducativa de internação, muito similar às prisões para adultos (VIEIRA & BARROS, 2017).

que serviria para atenuar a situação - o auxílio-reclusão²³ - sempre foi insuficiente e tem sido drasticamente restringida nos últimos anos (CARDOSO, 2022).

Heneli contou que, além das despesas com os kits e com as visitas, assumia as dívidas do filho, pois tinha receio de retaliações que ele poderia sofrer dentro da prisão ou até mesmo depois de solto. Não obstante, relatou que não possuía uma fonte fixa de renda e fazia bicos, por exemplo, como vendedora de roupas usadas em bazares ou catando papelão na rua, mas que a situação estava mais difícil em razão das restrições de isolamento social decorrentes da pandemia de Covid-19. Comentou que poderia fazer bazar em sua própria casa, mas que a construção é muito precária e o local não seria atrativo para eventuais clientes. Passou, então, a vender seus pertences para conseguir algum dinheiro, mas relatou já não ter nada em casa para vender.

Na conversa, ela afirmou que não conseguiria ajudar Luiz financeiramente por muito tempo e que, inclusive, desde que ele fora preso um ano antes, ela não teve condições de arcar com os custos de um advogado particular e acreditava que a Defensoria Pública²⁴ estaria acompanhando o processo dele. Nós, então, fizemos uma busca no Sistema Eletrônico de

²³ Auxílio-reclusão é um benefício da Previdência Social pago aos familiares de pessoas presas que, antes do encarceramento, estavam contribuindo para a previdência.

²⁴ A Defensoria Pública é a instituição pública responsável pela orientação jurídica e a defesa, judicial e extrajudicial, de forma gratuita, para pessoas consideradas hipossuficientes. Nos casos criminais, a Defensoria Pública atua em todos os casos que não possuem advogados particulares cadastrados.

Execução Unificado (SEEU) e, ao constatar que a Defensoria Pública estava assistindo Luiz, enviamos um e-mail para a instituição a fim de iniciar um diálogo, apresentar demandas de Heneli e ter notícias acerca do cumprimento de pena.

Uma das queixas apresentadas por Heneli dizia respeito à falta de tempo e de dinheiro para cuidar de si, pois estava sempre lidando com demandas dos filhos, especialmente de Luiz. Ao longo das conversas, não obstante ela estar sendo acompanhada por extensionista do programa, apresentamos a possibilidade de ela também fazer acompanhamento psicoterapêutico com psicólogo(a) da Rede Psi, com o qual ela concordou.

Nesse contexto, temos utilizado do conceito de sofrimento ético-político, compreendendo que situações de sofrimento, em nossa sociedade capitalista, apesar de impactarem as subjetividades de forma particular, são produtos de relações sociais desiguais e violentas (SAWAIA, 1999). Portanto, afirmamos a importância do espaço psicoterapêutico enquanto mais um elemento que norteará o acompanhamento psicossocial, não prescindindo dos demais. Dessa forma, fazemos o encaminhamento das pessoas para a Rede Psi, mas elas continuam com o acompanhamento realizado pelo(a) extensionista e, além disso, há a possibilidade de articulação entre as(os) psicólogas(os) e os(as) extensionistas, a fim de discutirem os casos.

Em relação à demanda de Heneli de que seu filho passasse a cumprir medida de segurança em vez da pena de reclusão, nós tivemos muitas conversas com o objetivo de explicar

qual seria o procedimento, bem como os possíveis impactos. Naquele momento, o Culthis estava acompanhando outros casos de familiares que apresentavam essa demanda e, então, os(as) extensionistas organizaram algumas atividades de formação sobre a temática.

A medida de segurança é uma das espécies de sanção penal que será imposta a uma pessoa ao final de um processo criminal no qual ela tenha sido condenada. Sua particularidade é que é aplicada aos casos de pessoas que, durante a prática de ato tido como criminoso, possuíam algum sofrimento mental ou que tenham passado a ter algum sofrimento mental após a condenação. Nesses casos, entende-se que a pessoa não tinha condições de compreender a ilicitude de seu comportamento ou não tinha condições de se autodeterminar diante dessa ilicitude e, portanto, deve cumprir uma medida de segurança que, em tese, privilegiaria a dimensão do tratamento em detrimento da punição. Essa medida poderá ser ambulatorial - na qual a pessoa será acompanhada pelos equipamentos da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS) - ou de internação em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) - considerado uma unidade prisional médico penal, submetido à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp). No entanto, a literatura tem demonstrado que o cumprimento da medida de segurança de internação não fornece as condições apropriadas de cuidado e tratamento, além de que os HCTPs se assemelham às prisões comuns tanto no aspecto físico da construção quanto na forma violenta de tratar as pessoas (FARIA, 2021; COSTA, 2009).

Para que uma pessoa cumpra medida de segurança, ela deve passar pelo incidente de insanidade mental, que é instaurado ao longo do processo criminal ou de execução penal, no qual será realizada uma perícia psiquiátrica que, ao final, atestará se a pessoa é imputável ou inimputável, ou seja, se consegue ou não compreender a ilicitude de seu comportamento ou, compreendendo-o, se poderia ou não se autodeterminar a partir dele. Atestada a inimputabilidade, será também confirmada a periculosidade, que, nesse contexto, está associada à noção de que a pessoa portadora de sofrimento mental, por ter sido condenada pela prática de crime, é perigosa e, portanto, sua liberdade estará condicionada à cessação da periculosidade.

Ao contrário da pena de reclusão, a medida de segurança não possui um tempo determinado para terminar²⁵ e a pessoa privada de liberdade deverá passar, anualmente, por uma perícia de cessação da periculosidade, ou seja, um exame psiquiátrico que irá averiguar se a situação de saúde se mantém. Caso se constate que cessou a periculosidade, a pessoa poderá voltar à liberdade. Além disso, o cumprimento de medida de segurança não prevê o sistema de progressão de regime, como ocorre no cumprimento de pena, então a pessoa privada de liberdade não terá direito, por exemplo, à remição de pena, à saída temporária e ao trabalho externo.

²⁵ Não obstante, há entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o tempo de duração da medida de segurança não poderá ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente prevista para um delito. Por exemplo, a pena máxima em abstrato para o crime de roubo simples é de dez anos, logo, uma pessoa cumprindo medida de segurança por causa desse crime deveria ficar internada por no máximo dez anos.

O que as pesquisas têm mostrado é que quem cumpre medida de segurança de internação fica esquecido nos manicômios judiciais (DINIZ, 2015; BARBOSA, 2016) - termo mais usual do que HTCP. Os vínculos familiares estão mais fragilizados e, assim, não há quem demande nos processos judiciais para que a perícia de cessação de periculosidade ocorra com frequência, além de que é inviável a produção de saúde a partir da privação da liberdade (BARROS & BARROS, no prelo) e, dessa forma, uma pessoa portadora de sofrimento mental não receberá cuidados dentro de um HTCP, não terá sua cessação de periculosidade e, logo, ficará presa indefinidamente.

Nesse contexto, uma das atividades realizadas pelo Culthis foi uma formação sobre medida de segurança, na qual convidamos uma pesquisadora para explicar o que é a medida e como funciona o incidente de insanidade mental. Também convidamos Cíntia, analista do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ). O PAI-PJ é um programa do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), que

(...) em resumo, tem por função a oferta do acompanhamento integral ao paciente judiciário portador de sofrimento mental em todas as fases do processo criminal. Ocorre de modo intersetorial, através da parceria do Judiciário com o Executivo e com a comunidade, de forma geral, promovendo o acesso à Rede Pública de Saúde e à Rede de Assistência Social, de acordo com as políticas públicas vigentes, na atenção integral ao portador de sofrimento mental (BARROS-BRISSET, 2010, p. 28).

Nessa atividade de formação, houve uma troca de experiências acumuladas entre o Culthis e o PAI-PJ na qual pudemos

trilhar alguns caminhos. Cíntia explicou que o PAI-PJ estava atendendo pessoas que cumprem medida de segurança, mas não conseguiam fazer o acompanhamento daquelas que, apesar de portadoras de sofrimento mental, estavam cumprindo pena propriamente dita. Assim, o programa não poderia acompanhar Luiz, a não ser que fosse realizado um pedido por parte da Defensoria Pública em seu processo. Ela nos alertou que, caso esse pedido fosse feito, o(a) juiz(juíza) instauraria o incidente de insanidade mental que, caso constataste a situação de inimputabilidade, Luiz passaria a cumprir medida de segurança de internação e, portanto, perderia os direitos inerentes ao cumprimento de pena.

A partir do caso concreto e da articulação com o PAI-PJ, conversamos com Heneli. Ela também esteve em contato com a equipe do programa do TJMG, além de ter conversado sobre a situação com a(o) psicóloga(o) da Rede Psi - que participou ativamente das discussões em conjunto com o(a) extensionista responsável. Entendemos, coletivamente, que, como a pena de Luiz era pequena, seria melhor que ele terminasse de cumprir, pois, em alguns anos, seria solto e poderia providenciar um tratamento adequado em liberdade por meio da Raps. Caso ele passasse pelo incidente de insanidade mental e, ao final, iniciasse o cumprimento de medida de segurança, ele teria, de um lado, o acompanhamento pelo PAI-PJ, mas, por outro, perderia os direitos inerentes ao cumprimento de pena, bem como ficaria sujeito às perícias de cessação da periculosidade.

Ao longo de 2022 e de 2023, entretanto, Luiz recebeu algumas faltas graves em razão de surtos nos quais agrediu

companheiros de cela e colocou fogo em colchão. A principal consequência da falta grave é a interrupção do prazo para a progressão de regime, ou seja, o prazo para que ele fosse para o regime semiaberto seria contado a partir do dia da prática da última falta grave. Dessa forma, sua pena se estenderia para além da pena total que recebeu na condenação²⁶ e, além disso, como ele não recebia cuidados adequados dentro da prisão, nada impediria que recebesse outras faltas graves.

Acionamos, mais uma vez, o PAI-PJ e chegamos à conclusão de que, devido às circunstâncias, poderia ser benéfico para Luiz cumprir a medida de segurança, pois, assim, poderia ser acompanhado pelo programa do TJMG. Articulamos, então, com a Defensoria Pública, que fez o pedido de instauração do incidente de insanidade mental no processo de execução penal. No entanto, a conclusão da perícia foi a de que Luiz não apresentava sintomas de doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardo ou perturbação da saúde mental pelo ponto de vista médico forense. Concluíram que ele apenas apresentava quadro de depressão, que não seria considerado como doença mental, e que tal quadro poderia ser tratado em ambiente prisional, não havendo indicação para a implementação da medida de segurança.

Todo esse processo apenas reforçou o nosso entendimento de impossibilidade de produção de saúde dentro do sis-

²⁶ Há estudos que indicam que o reconhecimento de faltas graves pode ser considerado uma das formas de estender a pena das pessoas privadas de liberdade para além daquela definida na condenação (RODRIGUES, 2022). Apesar de haver um Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) para averiguar a falta grave, normalmente os PADs ocorrem sem a devida defesa da pessoa presa.

tema prisional (BARROS & BARROS, no prelo) e, apesar de não termos obtido os resultados almejados, a articulação foi essencial para entendermos os possíveis caminhos a partir dessa realidade. Algo que temos feito é tensionar a Defensoria Pública a acompanhar o processo de Luiz, inclusive requerendo que a instituição o acompanhe ao longo dos PADs, a fim de evitar eventuais faltas graves que possam estender sua pena.

Ao longo do acompanhamento de Heneli, os atendimentos perpassaram por diversos assuntos, desde o aprisionamento de seus dois filhos, sua relação com a filha do meio, suas dificuldades financeiras, questões de saúde, obstáculos para acessar trabalho, felicidades e decepções amorosas etc. Um ponto que chama a atenção nesse caso diz respeito ao vínculo que foi se construindo ao longo dos atendimentos. Da mesma forma como Heneli relatava de si, ela também demandava que o(a) extensionista compartilhasse histórias suas, de onde vinha, quais os seus interesses pela temática do cárcere.

Nós nos apropriamos, então, do conceito de implicação da psicossociologia do trabalho (CARRETEIRO & BARROS, 2014). Ao longo dos acompanhamentos, os(as) extensionistas também são atravessados(as) pelas questões prisionais, porém de formas muito distintas das familiares e dos sobreviventes. Os(as) extensionistas devem estar comprometidos(as) e engajados(as) com o que é apresentado pelas pessoas acompanhadas, bem como com o contexto carcerário de maneira mais ampla. No entanto, é necessário um certo distanciamento dessa realidade, a fim de agir sobre ela. Por-

tanto, em cada caso, o(a) estudante, em conjunto aos (às) demais extensionistas e coordenadora do programa, deverá avaliar suas interações e conversas.

Uma observação importante em relação ao caso de Heneli é que, no início, as conversas se davam majoritariamente em torno de Luiz e dos impactos do cárcere. Com o passar do tempo, outros assuntos surgiram nas conversas, inclusive relacionados a atividades de trabalho que não são mais exclusivamente pautadas para o dispêndio de gastos com o filho. Ela conta que tem trabalhado como cuidadora de idosos e tem planos de montar um curso destinado para familiares de pessoas presas sobre como fazer produtos de higiene para serem vendidos.

Além disso, quando Heneli participou do Despop em 2021, uma das atividades era que as cursistas, ao final do curso, fariam propostas de intervenção relacionadas ao contexto prisional. Heneli, então, ao ter contato com outras familiares que atuavam politicamente no enfrentamento às violências do sistema de justiça criminal, propôs que ela seria uma mobilizadora da Frente Estadual pelo Desencarceramento de Minas Gerais no município onde reside. Apesar de a proposta não ter se concretizado - muito em razão da falta de tempo por causa das diversas atividades de trabalho -, ela participou de algumas manifestações organizadas por grupos de familiares, reconhecendo a importância da luta coletiva para a superação da prisão.

A prisão não tem sido mais a única instância que movimenta Heneli, mas o cárcere não deixa de estar presente em

sua vida. Seu filho permanece preso, ela continua tendo despesas. Segue como uma familiar de pessoa presa e, mesmo que Luiz saia da prisão em algum momento, os impactos produzidos pelo cárcere não podem ser completamente reparados.

No próximo tópico, apresentaremos a metodologia do Culthis a partir da descrição e análise do caso de Gleissinho.

2.2 Gleissinho

O primeiro contato com Gleissinho ocorreu de forma muito diferente de como foi com Heneli. No segundo semestre de 2020, Carlos, analista do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp), entrou em contato com a extensão a fim de agendar uma reunião para discutir dois casos que estavam sendo acompanhados pela política pública.

Um desses casos era o de Gleissinho, com 37 anos na época, sobrevivente do cárcere que estava em livramento condicional²⁷ desde 2017. Na reunião, o analista do PrEsp apresentou a situação e explicou que o motivo da busca pelo Culthis ocorreu porque Gleissinho, além de questões relacionadas à prisão, havia perdido a mãe há pouco tempo e demandava por um espaço de escuta. O caso chegou, então, a partir de

²⁷ Livramento ou liberdade condicional, apesar de não ser considerado um dos três regimes de cumprimento de pena de prisão, é a última etapa desse cumprimento. É um adiantamento da liberdade da pessoa condenada, que deverá, no entanto, cumprir alguns requisitos, como a comprovação de trabalho. No caso de pessoa não reincidente condenada por crime hediondo, um dos critérios para obter o livramento condicional é ter cumprido mais de $\frac{2}{3}$ da pena.

articulação com rede parceira, que, nesse caso, diz respeito a uma política cujo objetivo principal é *“propiciar o acesso a direitos e promover condições para a inclusão social de homens e mulheres egressos do sistema prisional”*²⁸.

O atendimento inicial com Gleissinho ocorreu em setembro de 2020, oportunidade na qual ele contou um pouco mais sobre sua situação. Naquele momento, em razão da pandemia provocada pela Covid-19, os atendimentos do Culthis estavam acontecendo apenas de forma virtual, então as conversas ocorriam majoritariamente por videochamada, a fim de possibilitar uma maior proximidade, mesmo que mediada por uma tela.

Ele relatou que havia sido preso em 2003 e recebeu uma pena de 21 anos de reclusão. Ele foi condenado por um crime considerado hediondo²⁹ e, por isso, além da pena alta, teria diversos direitos restringidos. Contou que, antes de ser preso, havia sido baleado com cinco tiros, sendo dois na cabeça e três em outras áreas do corpo e que, por isso, tinha dificuldades locomotoras e tomava remédios para questões de saúde mental.

Em 2010, em razão de progressão para o regime aberto, foi cumprir prisão domiciliar com monitoração eletrônica, mas,

²⁸ De acordo com o descrito no site oficial do PrEsp. Disponível em: <<http://www.seguranca.mg.gov.br/socioeducativo/banco-de-noticias/page/2419-presp>>. Acesso em: 04 de junho de 2024.

²⁹ São considerados crimes hediondos aqueles tidos como mais graves. Por causa disso, são impostas diversas restrições para a pessoa condenada, como a ausência de direito ao indulto, o cumprimento inicial da pena obrigatoriamente no regime fechado, bem como prazos maiores para a progressão de regime. A Lei 8.072/1990 estabelece quais são os crimes considerados hediondos.

por causa da tornozeleira, teve complicações em sua perna³⁰ e conseguiu autorização judicial para tirar o aparelho. Após, em 2017, foi concedido o livramento condicional cujas condições eram de: i) comparecer bimestralmente em juízo para justificar suas atividades de trabalho e de educação ou a ausência delas; ii) não frequentar bares ou locais similares; iii) recolher-se diariamente em sua residência até as 21h; iv) não se ausentar da comarca sem autorização judicial.

Apesar de estar autorizado para trabalhar e/ou estudar, Gleissinho relatou que não tinha condições de saúde de se manter nessas atividades, pois não conseguia se concentrar nelas, além de não conseguir fazer esforço físico pelas questões na perna, que estava praticamente paralisada. Contou que, em 2019, trabalhou como porteiro de um prédio, mas teve episódios de desmaio e, por isso, foi demitido e, desde então, não conseguiu trabalho.

Ele também comentou que, em todas as entrevistas de trabalho, era solicitada sua certidão de antecedentes criminais e, logo que os entrevistadores descobriam que ele tinha passagem pelo sistema prisional, dispensavam-no. Essa é uma realidade na vida de sobreviventes do cárcere, que, após saírem da prisão, não conseguem oportunidades de trabalho em razão da prática de se exigir documento que demonstre

³⁰ Acompanhamos outros casos no Culthis de pessoas com tornozeleira eletrônica que apresentaram queixas de complicações relacionadas à circulação de sangue na área da perna. Nesses casos, auxiliamos na busca pelo pedido judicial de retirada da tornozeleira por razões de saúde. Além disso, Silva, Silva Júnior & Tannus (2023) discutem outros impactos da aplicação da tornozeleira eletrônica na vida da pessoa, como a estigmatização e os obstáculos em acessar o mercado de trabalho.

passagem pelo sistema:

Na maioria dos empregos formais, é exigido o atestado de bons antecedentes: documento em que consta sua relação com a justiça, as passagens pelo sistema prisional em decorrência dos delitos cometidos. Durante todo o período de liberdade condicional, o atestado continua atestando sua passagem pelo sistema prisional, o que impede o sujeito de conseguir emprego formal. O que resta é o mercado informal, alguns trabalhos na construção civil ou a voltar para o crime como meio de sustento (BARROS, 2011, p. 77).

Nesses casos, a atuação do Culthis passa por duas esferas. Na primeira, entendendo as necessidades imediatas da pessoa acompanhada, procuramos auxiliar na busca por vagas de trabalho e por cursos profissionalizantes, especialmente a partir das redes parceiras como o PrEsp, bem como ajudamos na elaboração de currículos. Em outra esfera, levando em conta as dinâmicas contemporâneas do mundo do trabalho, marcado pelo desemprego estrutural e por modalidades precarizadas de trabalho (Antunes, 2009), buscamos mobilizações mais estruturais com as redes parceiras, como a Rede de Atenção ao Egresso do Sistema Prisional (Raesp), da qual fazemos parte, a fim de encontrar saídas que ultrapassem a esfera individual. Como exemplo de possível atuação, buscamos pressionar as empresas conveniadas com o sistema prisional que, ao receberem incentivos fiscais, contratam mão de obra encarcerada, mas não contratam essa mesma mão de obra depois da saída da prisão.

No caso de Gleissinho, desde que iniciamos o atendimento, não foi possível encontrar atividades de trabalho. Ele par-

ticipou de cursos profissionalizantes ofertados pelo PrEsp e por outros projetos, mas não há oportunidades para todos. Em diversos atendimentos ao longo dos anos, ao comentar sobre as dificuldades financeiras, ele contava que recebia ligações constantes de pessoas que o convidavam para a “vida do crime”. Ele considerava essa opção, uma vez que seria um caminho para obter renda, mas que sabia não ter condições físicas de suportar a prisão. Além disso, sempre lembra do sofrimento de sua mãe ao visitá-lo ao longo dos anos de encarceramento e que, apesar das dificuldades, “com chuva ou com sol, ela estava lá”, por ele.

O foco de muitas conversas com Gleissinho foi a respeito de sua relação com a mãe. Na primeira conversa, ele contou que há pouco mais de um mês ela havia falecido, o que o angustiava muito, pois ela era a única pessoa com quem tinha um contato mais próximo. Relatou que, ao longo de todos os anos de prisão, sua mãe era a única pessoa a fazer visitas e, desde que ele saiu, ela foi o seu suporte, tanto emocional quanto financeiro. Ele comentou que, desde o falecimento, estava morando com sua esposa, porém eles apenas eram casados formalmente, não havia uma relação de intimidade.

Os obstáculos na reconstrução de vínculos afetivos e sociais são uma realidade na vida de pessoas que passaram pelo sistema prisional (Barros, 2011). No caso de Gleissinho, o apoio da mãe era, então, fundamental. Era o laço com o lado de fora ao longo dos anos em que esteve preso. Ela foi quem o recebeu no momento em que saiu da prisão, dando suporte afetivo e material em um contexto com poucas oportunidades. A escuta sobre a relação de Gleissinho com

sua mãe sempre esteve presente nos atendimentos, mesmo que não houvesse uma resolução material para a questão. Destacamos, assim, a importância dessa escuta - que temos caracterizado como engajada -, a construção de um espaço para a pessoa narrar sobre sua própria vida e, dessa forma, tornar-se sujeito de sua própria história (Silva, Barros, Nogueira & Barros, 2007).

Gleissinho era acompanhado por profissional da Psicologia pelo SUS, mas informou que os atendimentos ocorriam apenas uma vez por mês. Então, uma das primeiras ações por parte do Culthis foi o encaminhamento dele para a Rede Psi, da qual ele faz parte até hoje. Assim como no caso de Heneli, percebemos a importância de um acompanhamento psicoterapêutico realizado por profissionais que passam constantemente por supervisões que levam em conta as especificidades de pessoas impactadas pelo cárcere. No caso de Gleissinho, por exemplo, a perda da mãe ganha contornos singulares ao se considerar que, enquanto egresso do sistema prisional, seus vínculos sociais e afetivos estão fragilizados.

Outra demanda apresentada por Gleissinho dizia respeito à obtenção do Benefício de Prestação Continuada (BPC), da Assistência Social, que consiste no pagamento de um salário mínimo mensal para pessoas idosas (65 anos) ou com deficiência que comprovem não possuir meios de subsistência, conforme indicado na Lei 8.742/1993. Ele havia feito o requerimento em 2019, mas não tinha obtido resposta. A busca pelo BPC era essencial a fim de garantir alguma renda, uma vez que, desde que sua mãe falecera, ele contava apenas com o apoio de sua esposa, que o deixava morar na casa sem

pagar aluguel, e com cestas básicas disponibilizadas pelo PrEsp, que, no entanto, não eram garantidas todos os meses.

Em maio de 2021, Gleissinho passou por uma perícia social pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - órgão responsável pela gestão do BPC -, cujo objetivo era atestar a situação de vulnerabilidade socioeconômica. Tanto o(a) extensionista responsável pelo caso quanto a psicóloga da Rede Psi elaboraram relatórios acerca do acompanhamento pelo Culthis, destacando os impactos psicossociais da prisão na vida de sobreviventes do cárcere. Algum tempo depois da perícia, Gleissinho teve a notícia de que passaria a receber o BPC, abrangendo, inclusive, valores retroativos desde o dia em que fez o requerimento. Com o valor recebido, ele pode dar entrada em um imóvel em município localizado na RMBH, onde o custo de vida seria menor. Orientamos, então, que ele informasse, no processo de execução penal, sua pretensão de se mudar a fim de receber autorização judicial e não ter complicações em seu cumprimento de pena. Após a liberação, ele se mudou.

Diversas foram as articulações do Culthis com políticas públicas em relação ao caso de Gleissinho. Uma delas - e que deu origem ao acompanhamento pelo Culthis - foi com o PrEsp. O(a) extensionista responsável pelo caso manteve contato frequente com Carlos, na intenção de pensar nas ações em conjunto. Ainda, mantinha contato com Lúcia, trabalhadora do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), ao qual Gleissinho estava vinculado, o que ampliava o escopo de atuação. Como exemplo da articulação, Carlos se responsabilizava por fazer atendimentos presenciais com

Gleissinho, bem como auxiliá-lo na busca por trabalho, por cursos profissionalizantes e por cesta básica; Lúcia, por sua vez, articulava com postos de saúde, a fim de obter os medicamentos necessários; e, no Culthis, auxiliávamos na obtenção do BPC, na escuta engajada e no acompanhamento do processo de execução penal. Essa divisão não era estrita, uma vez que, em um ou outro momento, os atores lidaram com as diferentes demandas.

Desde então, os atendimentos permanecem, de forma mais esporádica, e ainda há demandas de acesso a atividades de trabalho. Além disso, Gleissinho relata dificuldades em obter informações acerca de seu benefício assistencial, pois, desde 2017, a forma prioritária de acessar informações relativas a benefícios concedidos pelo INSS acontece virtualmente, por celular ou computador, por meio do aplicativo “Meu INSS”, o que tem criado obstáculos no acesso às políticas públicas de previdência e assistência por parte de pessoas que não estão habituadas com a tecnologia (JESUS, 2022). Dessa maneira, demos auxílio de forma virtual, mas orientamos que Gleissinho procurasse tanto o PrEsp quanto o Cras de seu município para que essa ajuda para lidar com o aplicativo ocorresse presencialmente.

No momento em que escrevemos este capítulo, Gleissinho entrou em contato para dizer que tinha comparecido ao fórum, como uma das condições de seu livramento condicional, pela última vez, e que, daí a alguns dias, sua pena seria extinta. Ele não teria mais responsabilidades diante do sistema de justiça criminal, mas os impactos do cárcere permaneceriam, como demonstramos ao longo deste tópico.

3. Considerações finais

No decorrer deste capítulo, apresentamos a metodologia de acolhimento psicossocial realizada pelo Culthis a partir da descrição e análise de dois casos - um com uma familiar de pessoa presa e outro com um sobrevivente do cárcere. Apresentaremos, então, algumas considerações acerca dessa metodologia.

Como primeira consideração, ressaltamos que a apresentação da metodologia ocorreu na forma do “caminho que foi percorrido e não o que se concebeu de antemão fazer” (Rabelo, Barros & Cunha, 2016, p. 385). Hissa (2019) fala sobre metodologia enquanto “memória da pesquisa” (p. 125), então, apropriamo-nos dessa ideia a fim de considerar metodologia enquanto memória dos caminhos que trilhamos ao longo dos acolhimentos, não enquanto procedimentos metodológicos que devem ser seguidos à risca em casos futuros.

Os caminhos percorridos, não obstante, fornecem-nos elementos que podem ser referências para casos futuros. Ao longo dos anos de atuação do Culthis, a partir de cada caso, fomos acumulando experiências que possibilitaram, no presente momento, indicar quatro elementos guias que compõem o acolhimento psicossocial: a escuta engajada, as orientações jurídicas, as articulações com políticas públicas e o encaminhamento para a Rede Psi.

A segunda consideração é a de que a metodologia de acolhimento psicossocial do Culthis é construída a partir

de convocação do real. No caso, lidamos com pessoas impactadas pela prisão e que são atravessadas por violências e desigualdades e, por isso, pautamos nossa atuação a partir do que elas nos apresentam. Ainda, consideramos importante a análise de implicação dos(as) extensionistas, a fim de avaliar sua atuação no programa.

Em terceiro lugar, apontamos que há diferenças entre as demandas apresentadas inicialmente e o acompanhamento a longo prazo. Em regra, as pessoas atendidas procuram o Culthis com demandas pontuais, seja de escuta ou de orientação jurídica. Não obstante, no acompanhamento a longo prazo, a partir da construção de vínculos de confiança, surgem espaços para conversas que ultrapassam a demanda inicial.

A quarta consideração é acerca da diferença entre acolhimento psicossocial, que pode ser feito por qualquer extensionista, independentemente do curso, e o atendimento psicoterapêutico, realizado por profissionais da Psicologia. A depender do caso, há a possibilidade de encaminhamento para a Rede Psi, sem que isso signifique a perda de contato da pessoa acompanhada com o(a) extensionista. Pelo contrário, as(os) psicólogas(os) da rede devem se articular com os(as) extensionistas do Culthis, seja nos momentos de supervisão clínica com a coordenadora - na qual os(as) estudantes podem participar - seja por meio de conversas diretamente com os(as) extensionistas ou em outros espaços de formação do programa.

Como quinta consideração, indicamos que, apesar de as demandas apresentadas ao Culthis pelas familiares e sobreviventes serem vivenciadas de maneira singular, o sofrimento delas não está descontextualizado das estruturas de opressão e exploração a que estão submetidas pelo sistema prisional e pelo modo de produção capitalista. O sofrimento é ético-político e corresponde a um projeto de Estado punitivo e produtor de desigualdades. Portanto, em nosso acolhimento psicossocial, buscamos, sempre que possível, vias coletivas para a superação das condições que atravessam e vulnerabilizam a existência daqueles que são diretamente afetados pela prisão.

Por fim, os casos apresentados neste capítulo demonstram a possibilidade de uma incidência que amenize de alguma forma os impactos provocados pelo sistema prisional. Contudo, ressaltamos que as violências impostas pelo cárcere não podem ser completamente reparadas e, dessa forma, nosso acolhimento psicossocial tem por objetivo possibilitar um espaço de escuta e de maneiras de lidar com esses impactos. Assim, frisamos a impossibilidade de humanizar a prisão, uma vez que, para a superação de seus impactos, é necessária a abolição do sistema prisional atrelada à superação do atual modo de produção capitalista que sustenta a sua existência. Pautamos a construção de outras formas de lidar com os conflitos, responsabilizando pessoas envolvidas em situações-problema³¹ de

³¹ Expressão sugerida por Passetti (2004) para substituir o termo “crime”, a fim de explicitar o seu caráter de construção social, demonstrando que a ideia de prisão não é natural e ontológica e que pessoas que “cometeram crimes” só o são assim consideradas por causa de processos de criminalização marcados pela seletividade penal.

maneira não punitiva. A prisão é e será, enquanto existir, um espaço de produção de sofrimentos e importante estrutura para a perpetuação de contextos de exploração e de opressões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. **Revista Theomai (Online)**, v. 1, pp. 32-37, 2009.

BARBOSA, N. H. O mito da periculosidade e as medidas de segurança. In: VENTURINI, E.; OLIVEIRA R. T.; MATTOS V. (Org.). **O louco infrator e o estigma da periculosidade**. Brasília: CFP, v. 1, pp. 1-356, 2016.

BARROS, C. R. **O real do egresso do sistema prisional**: circulação de normas, valores e vulnerabilidades. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais], 2011.

BARROS, V. A.; BARROS, C. R. (No prelo). **Saúde e subjetividade em contextos prisionais**: da impossibilidade de produção de saúde na prisão à transgressão como norma.

BARROS-BRISSET, F. O. **Por uma política de atenção integral ao louco infrator**. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, v. 1, 2010.

BRASIL. **Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990**. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências, 1990.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, 1990.

ANTUNES, R. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. **Revista Theomai (Online)**, v. 1, pp. 32-37, 2009.

BARBOSA, N. H. O mito da periculosidade e as medidas de segurança. In: VENTURINI, E.; OLIVEIRA R. T.; MATTOS V. (Org.). **O louco infrator e o estigma da periculosidade**. Brasília: CFP, v. 1, pp. 1-356, 2016.

BARROS, C. R. **O real do egresso do sistema prisional**: circulação de normas, valores e vulnerabilidades. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais], 2011.

BARROS, V. A.; BARROS, C. R. (No prelo). **Saúde e subjetividade em contextos prisionais**: da impossibilidade de produção de saúde na prisão à transgressão como norma.

BARROS-BRISSET, F. O. **Por uma política de atenção integral ao louco infrator**. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, v. 1, 2010.

BRASIL. **Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990**. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências, 1990.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, 1990.

CARDOSO, G. S. A. **A Medida Provisória nº 871/2019 e o auxílio-reclusão**: restrição de direitos de familiares de pessoas presas em Minas Gerais. [Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Minas Gerais], 2022.

CARRETEIRO, T. C. O.; BARROS, V. A. Intervenção Psicossociológica. In: Bendassolli, P. F.; Sobol, L. A. P. (Org.). **Métodos de Pesquisa e Intervenção em Psicologia do Trabalho**: clínicas do trabalho. São Paulo: Atlas, v. 1, pp. 101-128, 2014.

COSTA, M. I. S. **Política de saúde mental-política de segurança**: manicômio judiciário, entre o hospital psiquiátrico e a prisão. [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo], 2009.

CUNHA, D. Ergologia e psicossociologia do trabalho: desconforto intelectual, interseções conceituais e trabalho em comum. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho (USP)**, 17(1), 55-64, 2014.

DINIZ, D. Ela, Zelfinha - o nome do abandono. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, pp. 2667-2674, 2015.

FARIA, B. A. S. **Medidas de segurança e políticas antimanicômias**: considerações sobre o louco infrator e o alcance da Reforma Psiquiátrica no âmbito penal. [Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Minas Gerais], 2021.

Hissa, C. V. **Entrenotas**: Compreensões de pesquisa. 2a ed. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2019.

HULSMAN, L.; CELIS, J. B. **Penas perdidas**: O sistema penal em questão. Tradução de Maria Lúcia Karam. 3 ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

JESUS, E. As TICs na operacionalização e acesso às políticas sociais: o caso do INSS-Digital. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2023, Rio de Janeiro. **Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 2022.

KOLKER, T. Atenção psicossocial a afetados pela violência de estado — subsídios e contribuições para construção de uma política pública. In.: Françoze, O. M. (org.). **Clínica política**: a experiência do centro de estudos em reparação psíquica lá em Acari; Rio de Janeiro: ISER., 2018.

LHUILIER, D.; MÁXIMO, T. A. O. C.; BARROS, V. A. Trabalho, desemprego e condições de saúde: experiências de pessoas egressas do sistema prisional. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 26(1), 1-26, 2023.

LIMA, M. E. A. A questão do método em psicologia do trabalho. **Palestra proferida no II Encontro das Escolas de Psicologia de Belo Horizonte**, 2002

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições., 2018.

PÁDUA, T. A. **“Somos todos réus primários”**: o impacto da prisão no cotidiano de familiares pobres de pessoas presas. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais], 2021.

PASSETTI, E. (org.). **Curso livre de abolicionismo penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

RABELO, L. B. C. ; BARROS, V. A. ; CUNHA, D. M. (2016). A metodologia de pesquisa entre o prescrito e o real. In: LIMA; F.; RABELO, L.; CASTRO, M. (Org.). **Conectando saberes Dispositivos sociais de prevenção de acidentes e doenças do trabalho**. Belo Horizonte: Fabrefactum editora, v. 1, p. 379-399. 2016.

RODRIGUES, I. C. **Conflituosidade e arbitrariedade no interior do cárcere**: o exemplo dos Processos Administrativos Disciplinares enfrentados por pessoas LGBT encarceradas na Ala LGBT da Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria em Minas Gerais. [Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Minas Gerais], 2022.

SANTOS, T. C. C. **As organizações políticas de familiares de pessoas presas como resistência às violências do encarceramento**. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais], 2021.

SAWAIA, B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: uma análise ético-psicossocial da desigualdade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

Schwartz, Y. Entrevista: Yves Schwartz. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4, n. 2, p. 457-466, set, 2006

SILVA, A. R. V. F.; SILVA JÚNIOR, N. G. S.; TANNUS, R. W. (2023). Humanizar e castigar: dignidade da pessoa humana na literatura científica brasileira sobre tornozeleiras eletrônicas. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 24, pp. 305-338, 2023.

SILVA, A. P.; BARROS, C. R.; NOGUEIRA, M. L. M.; BARROS, V. A. (2007). Conte-me sua história: reflexões sobre o método de História de Vida. Mosaico: **Estudos em Psicologia** (UFMG. Impresso), v. 1, pp. 25-35.

TANNUSS, R.W.; SILVA JÚNIOR, N. G. S.; OLIVEIRA, I. M. Pena compartilhada: das relações entre cárcere, família e direitos humanos. **Revista eletrônica Direito e Sociedade**, 6(2), 203-218, 2018.

TRINQUET, P. Trabalho e educação: o método ergológico. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, SP, v. 10, n. 38e, p. 93-113, 2012.

VIEIRA, A. K.; BARROS, V. A. (2017). A eficácia invertida nas medidas socioeducativas: reflexões pela desconstrução das práticas punitivas. In: Vieira, A. K.; Ferreira, J. H.; André, L. R. (Org.). **Direitos das crianças e dos adolescentes**. Belo Horizonte: Ed. UEMG, pp. 154-183.

A PRÁTICA DE EXTENSÃO EM REDE: ARTICULAÇÕES POLÍTICAS, COMBATE À TORTURA E A PLATAFORMA DESENCARCERA!

Bárbara Assenção da Silva Faria
Maria Teresa dos Santos
Thays Cristhine da Costa Santos
Guilherme dos Santos Azevedo Cardoso
Carolyne Reis Barros

“Quando se costura uma rede, é possível tecer narrativas e resistência, que desindividualiza sofrimentos e fortalece os sujeitos envolvidos direta e indiretamente.” (FRANÇOZO, 2018).

1. Introdução

O Culthis: Espaço de Atenção Psicossocial às Pessoas Presas, Sobreviventes do Cárcere³², seus Familiares e Amigos é um programa de extensão universitário vinculado ao Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos (LabTrab) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tem como um de seus objetivos a incidência

³² Utilizamos em nossas atividades cotidianas - e ao longo deste livro - o termo “sobreviventes do sistema prisional” ou “sobreviventes do cárcere” para designar aquelas pessoas que já estiveram presas e saíram do sistema. Esse esforço ético-político é feito para reconhecer que o sistema prisional tortura e mata quem passa por ele, e que aqueles que saíram são, de fato, sobreviventes. Nas palavras de MBEMBE (2018, p. 62): “O sobrevivente é aquele que, tendo percorrido o caminho da morte, sabendo dos extermínios e permanecendo entre os que caíram, ainda está vivo”.

política no que diz respeito ao contexto prisional a partir de articulações com diversos setores da sociedade. Essas interações podem ser feitas através de ações diretas em parceria com esses setores ou colocando a extensão - e, por consequência, a própria universidade - à disposição de organizações sociais para a utilização dos seus recursos materiais e acadêmicos.

Partindo do referencial teórico da Ergologia (Schwartz, 2006; Trinquet, 2012; Cunha, 2014) enquanto posicionamento ético na construção do conhecimento científico, entendemos que a universidade não deve debater o conhecimento sem envolver os atores atingidos pela realidade. Ainda, partimos do Abolicionismo Penal (Passetti, 2004; Hulsman & Celis, 2019) enquanto referencial ético-político, construindo teorias e ações que pautam a abolição de todas as prisões e das estruturas sociais que sustentam a atual sociabilidade capitalista e punitivista.

O conhecimento e os meios para alcançar a transformação social almejada devem ser pautados em conjunto com a comunidade, construindo atividades, ações e intervenções sociais a partir da realidade e das demandas apresentadas em um esforço coletivo de intervenção. Assim, pautamos nossas ações a partir do diálogo entre diferentes saberes, de diversas disciplinas, da academia e de saberes engajados.

Nesse sentido, uma das formas em que o trabalho em conjunto com a sociedade é materializado no Culthis é por

meio das atividades do eixo de articulações políticas³³. É nesse espaço que discutimos parcerias com outras instituições, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, bem como a participação em espaços de representação e reuniões institucionais. O diálogo com diferentes entes da sociedade é fundamental ao se considerar a área de intervenção da extensão e o público que busca o projeto - pessoas presas, sobreviventes do cárcere, seus familiares e amigos -, partindo de um reconhecimento que o sistema prisional atinge grupos socialmente marginalizados. Um resultado dessas parcerias é a Plataforma Desencarcera!³⁴, site para as pessoas fazerem denúncias anônimas de violações de direitos nos sistemas prisional e socioeducativo de Minas Gerais.

Assim, neste capítulo, dedicaremos a apresentar o eixo de articulações políticas do Culthis, evidenciando as parcerias e os espaços de representação dos quais o programa faz parte, bem como detalhando o histórico de criação da Plataforma Desencarcera! e, conseqüentemente, as estratégias desenvolvidas pelo Culthis e seus parceiros na prevenção e no combate à tortura no sistema prisional de Minas Gerais.

2. Articulações políticas e o trabalho com a rede parceira

As atividades desenvolvidas no Culthis em parceria com outras entidades da sociedade remontam aos tempos ante-

³³ Para fins de organização, dividimos as atividades do Culthis em três eixos: i) eixo de atenção psicossocial, ii) eixo de articulações políticas e iii) eixo de formação. Ressaltamos, no entanto, que as atividades de todos os eixos são indissociáveis entre si.

³⁴ A Plataforma Desencarcera! pode ser acessada em: desencarcera.com. Acesso em: 23 de agosto de 2024.

riores à própria criação do programa, a partir de pesquisas e projetos desenvolvidos no âmbito do LabTrab. Abordaremos, a seguir, o contexto em que a extensão foi criada, as parcerias desenvolvidas ao longo dos anos e os espaços de representação dos quais o projeto faz parte atualmente.

2.1 Uma convocação da realidade: criação do Culthis

O LabTrab é um núcleo de pesquisa, criado em 2007, que articula atividades de pesquisa, ensino e extensão para formação, reflexão e produção sobre o mundo do trabalho, direitos humanos e instituições de segregação. Desde então, vem construindo parcerias com instituições e movimentos sociais, com destaque nas pesquisas sobre o sistema prisional.

Um desses projetos foi o estágio básico curricular oferecido pela professora Vanessa Andrade de Barros, uma das criadoras e coordenadora inicial do LabTrab, na Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC) do Município de Santa Luzia. Os(as) estagiários(as) faziam a escuta de história de vida (Silva, Barros, Nogueira & Barros, 2007) das pessoas presas e, a partir desse processo, foi se estabelecendo um vínculo de confiança entre elas. Uma vez construído o vínculo, característico da metodologia da história de vida, os sobreviventes - depois de saírem da prisão - buscavam o LabTrab solicitando auxílios diversos, especialmente na busca por políticas públicas de trabalho.

Assim, a partir dessa convocação da realidade, foi criado em 2008 o projeto de extensão *“Culthis: Cultivando Histórias”*, também coordenado pela professora Vanessa Andrade de

Barros, que consistia em um espaço de escuta segura, sem julgamentos, aos sobreviventes que saíram da APAC, auxiliando-os na busca das políticas públicas.

Desde o seu surgimento, os atendidos sugeriam que os extensionistas fossem até as filas nas unidades prisionais, de visita ou entrega de kits³⁵, para oferecer também às familiares³⁶ o acolhimento psicossocial proposto pelo grupo. Assim, um dos projetos desenvolvidos nesse período foi o “*Filas em Prisões*”, atendendo às sugestões dos acompanhados pelo programa. Nesse projeto, semanalmente, estudantes de cursos como Psicologia e Direito iam até as filas formadas em frente aos presídios, com o objetivo de oferecer acolhimento para as pessoas que vivenciam ou vivenciaram a situação do cárcere, assim como para seus amigos e familiares. A partir desse contato com as familiares, como será detalhado no tópico seguinte, é que foi pensada a Plataforma Desencarcera!.

O projeto foi novamente reestruturado em 2019, sob a coordenação da professora Carolynne Reis Barros e com o nome de “*Culthis: Espaço de Atenção Psicossocial às Pessoas Presas, Sobreviventes do Cárcere, seus Familiares e Amigos*”, assumindo a

³⁵ Os kits, como se referem às familiares, são itens de necessidades básicas, higiene pessoal e alimentação que deveriam ser entregues pela administração prisional às pessoas presas e muitas vezes não são, ou são entregues em quantias insuficientes. Em outros estados ou outras regiões de Minas Gerais podem ser utilizados termos como “jumbo”, “cobal”, “sacolas” ou “sacolinhas” (Barros & Barros, 2020).

³⁶ A partir da ida às filas nas unidades prisionais e do contato com familiares de pessoas presas, o público majoritário atendido pelo Culthis passou a ser formado por mulheres negras, a maioria mães ou esposas/companheiras de homens presos. Isso porque quem visita e leva pertences aos seus familiares presos - sendo a pessoa presa homem ou mulher - são mulheres. Por isso, então, a opção, neste capítulo, de se referir às familiares no feminino.

organização que tem atualmente. O programa se divide em três eixos de atuação, que correlacionam a pesquisa, o ensino e a extensão: o eixo de atenção psicossocial, que tem a ida às filas como uma das suas atividades principais; o eixo de articulações políticas, que concentra a Plataforma Desencarcera!, as parcerias e os espaços de representação; e o eixo de formação, a partir do qual são pensadas atividades formativas para serem ofertadas não só à comunidade acadêmica, mas também ao público externo.

3. Formulação de parcerias e participação em espaços de representação

Ao oferecer atenção psicossocial a pessoas presas, sobreviventes e familiares, partimos da compreensão, como explicado por Tânia Kolker (2018), de que são vítimas da violência de Estado, desde violências físicas diretas (agressões, torturas e desaparecimentos forçados) a violências psicológicas e indiretas (humilhações, maus tratos e tratamento estigmatizante). Essas violências geram novas situações de vulnerabilidade, como a diminuição da renda familiar após o aprisionamento de um dos provedores da casa; a criação de novos gastos relacionados às visitas e entrega de pertences nas unidades; a quebra de vínculos familiares e sociais associada ao aprisionamento; e a desconfiança, por parte das vítimas, em acessar os equipamentos estatais.

Muitas demandas apresentadas pelas atendidas representam problemas estruturais e institucionais que escapam à esfera individual para sua resolução ou diminuição dos seus

impactos: solicitações de orientação jurídica; dúvidas e/ou reclamações sobre os procedimentos para visitação e entrega de kits; denúncias de violações de direitos ocorridas nos sistemas prisional e socioeducativo; acesso ao mercado de trabalho para pessoas sobreviventes do sistema prisional; entre outras. Esses enfrentamentos, apesar de atingirem cada pessoa ou família de modo singular, indicam problemas sociais relacionados a políticas públicas de segurança, acesso à justiça, assistência social, saúde e renda. É, então, um sofrimento ético-político, resultante de um contexto histórico de exclusões e violências sociais (Sawaia, 1999).

Nesse sentido, amparamo-nos nos referenciais da Clínica Política (Kolker, 2018) para reconhecer que nossa atuação será limitada se não promovermos, junto à sociedade e aos órgãos públicos, ações que transformem as políticas públicas, principalmente as relacionadas à segurança pública. Também, para compreender que é impossível a reparação (ou mesmo a diminuição) dos danos psíquicos causados às nossas atendidas sem que haja amplas medidas que interrompam o ciclo de violações de direitos.

Ainda que um dos princípios norteadores do Culthis seja o esforço em tensionar as políticas públicas já existentes e fomentar a criação de novas, sabemos que nem sempre a política pública dará conta das exigências da realidade. Pensando nisso, a participação em espaços de discussão do desenvolvimento dessas políticas públicas, em reuniões institucionais, audiências públicas, fóruns e eventos, e o diálogo com entidades da sociedade civil e de movimentos sociais mostraram-se fundamentais para o atendimento dos casos que chegavam

até nós. Assim, foram desenvolvidas parcerias e articulada a participação em espaços que pautem temas relacionados ao sistema prisional, saúde mental, assistência social, luta antiprisional, antimanicomial, antiproibicionista e antirracista e outros temas referentes aos direitos humanos.

Em relação às parcerias, ressaltamos que elas podem ser tanto formalizadas quanto informais. Além disso, podem ocorrer com frequência ou pontualmente em algumas atividades. Como exemplo de grupos parceiros, temos a Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade (Grupo de Amigos - GAFPP), o Instituto DH: Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG), o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH), o Transpasse, o Projeto Literatura Livre – Círculo de Leitura: Remição de Pena por meio da Literatura e o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp).

Citaremos alguns exemplos de articulações que temos feito com grupos parceiros. Com o Grupo de Amigos, organizamos diversas atividades, como as checagens de denúncias que recebemos na Plataforma Desencarcera!, com a organização do Curso de Desencarceradoras Populares (Despop)³⁷, bem como recebemos encaminhamento de casos para acolhimento psicossocial.

A DPMG tem sido uma parceira nos últimos anos. Um dos elementos do acolhimento psicossocial diz respeito às orien-

³⁷ Mais informações sobre o Despop no capítulo 5, "Despop: Curso de Desencarceradoras Populares".

tações jurídicas, especialmente no auxílio às pessoas atendidas acerca dos processos criminais e de execução penal. Assim, fazemos articulações com a Defensoria, tendo em vista que é a instituição responsável por fazer a defesa técnica de forma gratuita nesses processos quando a pessoa presa não tem advogado particular. E, como lidamos com o público-alvo do sistema prisional, que é majoritariamente composto por pessoas de baixa renda, são constantes os casos de demandas relacionadas ao acesso à Defensoria Pública, informações para contato, dúvidas e solicitações de movimentação do processo, tais como pedido de transferência entre unidades prisionais, audiência de justificativa, acesso à saúde, entre outros.

Ainda, consideramos importante exemplificar parcerias em atividades pontuais. Em 2022, integrantes do Culthis participaram como convidados do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) para realizar inspeções em unidades prisionais e socioeducativas em Minas Gerais. Depois das inspeções, auxiliaram na construção do “Relatório de Inspeção: unidades dos sistemas prisional e socioeducativo de Minas Gerais” (MNPCT, 2022).

Diferente das parcerias, os espaços de representação são grupos nos quais integrantes do Culthis participam enquanto membros representantes da extensão universitária. Assim, os membros acompanham as atividades do grupo, participam das reuniões, mas sempre levam as pautas para a atuação ser pensada em conjunto com os(as) outros(as) extensionistas.

Temos representantes do Culthis na Frente Mineira de Drogas e Direitos Humanos (FMDDH), no Desativa PJMA (movi-

mento pela desativação da Penitenciária José Maria Alckmin de Ribeirão das Neves), na Rede de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional (Raesp), no Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional (GMF), no Conselho da Comunidade da Comarca de Ribeirão das Neves e no Comitê Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial de Minas Gerais (Ceimpa).

Como exemplo de atuação nos espaços de representação, integrantes do Culthis participam das inspeções realizadas em unidades prisionais de Ribeirão das Neves pelo Conselho da Comunidade e, após, elaboram os relatórios que serão encaminhados para a juíza da execução penal da comarca.

4. A criação da Plataforma Desencarcera

4.1. Denúncias recebidas no contexto da ida às filas em prisões

Durante todo o período de atuação do LabTrab recebemos denúncias sobre a ocorrência de torturas e outras formas de violações de direitos das pessoas presas e de seus familiares nos sistemas prisional e socioeducativo. Essas denúncias chegavam por diversas vias, desde cartas escritas por pessoas encarceradas, endereçadas ao Laboratório, até pelo encaminhamento de instituições parceiras, como o Grupo de Amigos e Instituto DH. Assim, o grupo se consolidou como um espaço de articulação e luta contra as violências e violações dentro e fora das instituições prisionais.

Com a criação do Culthis e a ida às filas enquanto uma atividade cotidiana da extensão, os relatos sobre a realidade do sistema prisional e as denúncias sobre violações de direitos

aumentaram, evidenciando a urgência de uma maior articulação política para expor a realidade dentro dos muros prisionais e do lado de fora, com as familiares nas filas. Pessoas presas, sobreviventes e familiares buscavam por um espaço em que pudessem fazer essas denúncias e torná-las públicas, acessíveis a toda a sociedade, sem o risco de exposição dos denunciantes ou de retaliação às pessoas presas.

Diante do arcabouço teórico e da experiência prática adquirida, o LabTrab, o Instituto DH e o Grupo de Amigos iniciaram em 2018 o projeto *“Direitos Humanos e Justiça Criminal: Enfrentando a Prisão Provisória e o Encarceramento em Massa no Brasil”*, financiado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos. Com o objetivo de desenvolver ações para o desencarceramento em Minas Gerais, uma das propostas foi criar uma Plataforma on-line para receber e sistematizar denúncias de práticas de tortura, violência, privação ou violação de direitos humanos contra pessoas presas, sobreviventes do sistema prisional e seus familiares. Assim, formou-se um grupo com membros das instituições proponentes do projeto, unindo os saberes da academia e das familiares de pessoas presas para criar um mecanismo pioneiro na luta antiprisional, a Plataforma Desencarcera!, na confluência pelo desejo de liberdade. Esse nome passou a identificar a Plataforma, expressando com força e engajamento o desejo de milhares de pessoas, em diversos espaços, que lutam pela construção de uma sociedade sem prisões.

4.2 Plataforma Desencarcera!

A Plataforma Desencarcera! foi criada em 2018, a partir de um projeto desenvolvido conjuntamente pela Associação de

Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, o Instituto DH e o LabTrab. Surgindo como uma urgência e uma reivindicação, foi lançada oficialmente em 19 de outubro de 2018, em um evento híbrido que alcançou 8,6 mil pessoas virtualmente³⁸. Desde então, a Plataforma foi formalizada como um projeto de extensão vinculado ao Culthis.

As denúncias recebidas por meio dela passam por um processo de análise e filtragem antes de serem publicadas, de modo que não identifiquem o denunciante ou a pessoa presa relacionada àquela denúncia. Uma vez publicadas, qualquer pessoa - sobrevivente, familiares, trabalhadores de instituições governamentais ou de justiça e militantes antiprisionais - tem acesso aos relatos feitos pelos(as) denunciantes.

Ainda em 2018, a Plataforma elaborou uma carta proposta para a adesão de candidatos às eleições estaduais, incorporando os pontos da Agenda Nacional pelo Desencarceramento e do Manifesto Sem Prisões. Como resultado, foram divulgadas as candidaturas a cargos públicos em Minas Gerais que se comprometeram com as propostas da Plataforma Desencarcera!

Em março de 2019, foi inaugurada a Frente Estadual Pelo Desencarceramento de Minas Gerais, como parte da Agenda Nacional pelo Desencarceramento. A Plataforma Desencarcera! apoiou e participou ativamente dessa iniciativa,

³⁷ O evento de lançamento da Plataforma Desencarcera! pode ser assistido em: <https://www.youtube.com/watch?v=W8jclRWqv24>. Acesso em: 24 de agosto de 2024.

fundamental na luta por um mundo sem prisões, e que posteriormente passou a também utilizar o nome “*Desencarcera*” como abreviatura.

Além do recebimento de denúncias, disponibilizamos na Plataforma materiais que poderão auxiliar quem busca informações sobre as unidades prisionais, direitos das pessoas presas e familiares, execução penal, luta antiprisional e relatórios de análise das denúncias.

4.3 Recebimento de denúncias

Ao acessar o site da Plataforma Desencarcera!, na página inicial, o visitante visualizará uma descrição do que é o recurso; as três unidades prisionais mais denunciadas³⁹; o número total de denúncias recebidas, o total de unidades prisionais e socioeducativas no estado; e a caixa para preenchimento da denúncia. Ao clicar em uma das unidades mais denunciadas, o usuário será direcionado para uma página com todas as denúncias daquela unidade.

A denúncia pode ser feita em até 500 caracteres. Após preencher a caixa de texto e clicar em “*próximo*”, o site oferece quatro categorias de denúncias: i) tortura contra o preso, ii) violação de direitos de familiares, iii) violação de direitos do preso e iv) outras denúncias. Essas categorias foram construídas considerando o fácil entendimento, principalmente, das familiares. Posteriormente reorganizamos as categorias

³⁹ Atualmente, as três unidades prisionais mais denunciadas são: 1) Presídio Professor Jacy de Assis (Uberlândia), Penitenciária de Três Corações e Presídio Antônio Dutra Ladeira (Ribeirão das Neves).

para análises de acordo com as normativas vigentes. Ao marcar se a violação ocorreu em uma unidade prisional ou unidade socioeducativa, o denunciante selecionará a unidade, podendo buscá-la pelo nome. Todos os campos (denúncia, categoria e unidade) são obrigatórios; sem o preenchimento de um deles, não será possível fazer a denúncia. Ao clicar em enviar, um aviso é destacado, contendo as informações preenchidas; um alerta de que a denúncia será filtrada e analisada antes de ser divulgada; que não é possível fazer encaminhamentos individuais a partir das denúncias, mas que elas serão usadas para reivindicação de mudanças no sistema prisional; e um mecanismo de verificação de que a denúncia não foi feita por inteligência artificial.

Imagem 1:

Reprodução da página inicial da Plataforma Desencarcera!

PLATAFORMA DESENCARCERA!

Local para receber denúncias de torturas e violações de direitos ocorridas nos presídios e unidades socioeducativas de Minas Gerais e fora deles, com os familiares. Tudo é feito de forma anônima e as denúncias serão filtradas e analisadas antes da divulgação na plataforma. Nosso objetivo é monitorar, divulgar e facilitar o acesso a informações sobre as prisões em Minas Gerais. Ainda não conseguimos fazer encaminhamentos individuais, mas utilizaremos as denúncias como forma de pressionar as autoridades diante da realidade do sistema prisional.

RANKING DE PRESÍDIOS E UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS COM MAIOR NÚMERO DE DENÚNCIAS

- 1 Presídio Professor Jacy de Assis**
- 2 Penitenciária de Três Corações**
- 3 Presídio Antônio Dutra Ladeira**

SAIBA SEUS DIREITOS **CONHEÇA O CULTIVO** **MENU**

FAÇA SUA DENÚNCIA!

QUAL FOI O TIPO DA VIOLAÇÃO?

- ☒ Tortura contra o preso
- ☐ Violação de direitos de preso
- ☐ Violação de direitos de familiares
- ☐ Outras denúncias

ONDE OCORREU?

- ☒ Unidade Prisional
- ☐ Unidade Socioeducativa

Penitenciária Prof. Jacson Soares Albuquerque

As informações são enviadas de forma **anônima** **VOLTAR** **ENVIAR**

3551 DENÚNCIAS **236** UNIDADES PRISIONAIS **38** UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS

INFORMAÇÕES E DADOS

Fonte: Plataforma Desencarcera! (desencarcera.com)

No topo da página, ao clicar em “Saiba seus direitos”, o visitante será direcionado para a página contendo duas cartilhas, a “Cartilha da Mulher Presa” e a “Cartilha da Pessoa Presa e seus Familiares: Direitos e deveres das pessoas privadas de liberdade”, materiais produzidos pelo LabTrab em parceria com outras instituições, como será explicado posteriormente. Há, também, uma aba que direciona para uma página sobre o Culthis, com informações de contato do programa.

Ao rolar a tela, há uma ferramenta de busca por unidades prisionais ou socioeducativas; nessa caixa, o visitante pode digitar um trecho do nome da unidade ou de algum município, e o site listará as unidades com aquele nome ou localizadas naquela comarca. Por exemplo, se a pessoa digitar apenas “Bicas”, aparecerão os Presídios de São Joaquim de Bicas I e II, além da Penitenciária Prof. Jason Soares Albergaria, que fica no município de São Joaquim de Bicas. Ao clicar em uma das unidades, aparecerá seu endereço, informações de contato, seu tipo (se mista, masculina ou feminina), sua capacidade de lotação e a lotação atual, além do número de denúncias na unidade; o visitante também pode clicar no atalho para ser direcionado à página com todas as denúncias daquela unidade.

A partir das informações obtidas nas denúncias, a Plataforma realiza ações de produção científica, incidência política e visibilidade, além de fortalecer e articular em rede os familiares de pessoas presas em todo o estado. Esses dados visam subsidiar a produção de pesquisas e a intervenção dos atores da sociedade civil nas políticas prisionais estaduais.

4.4 Materiais informativos

Como comentado anteriormente, no site da Plataforma Desencarcera!, além da publicação das denúncias, há diversos materiais informativos construídos em parceria com outros projetos.

Os primeiros materiais disponibilizados foram a *“Cartilha da Pessoa Presa e Seus Familiares: Direitos e Deveres de Pessoas Privadas de Liberdade”* e a *“Cartilha da Mulher Presa”*, que visa fornecer informações sobre os direitos das mulheres presas e gestantes encarceradas. A versão impressa da *“Cartilha da Pessoa Presa e Seus Familiares”* é levada pelos(as) extensionistas do Culthis para as filas em unidades prisionais para ser distribuída para as familiares que tiverem interesse. É interessante perceber que, a partir da entrega das cartilhas nas filas, as familiares interrogam os(as) estudantes com dúvidas sobre informações que estão no material, principalmente no que diz respeito ao acesso às políticas públicas.

Em 2020, como será mais comentado ao longo do capítulo, o Culthis, em parceria com o Núcleo Interdisciplinar Sociedade e Encarceramento (NISE/UFJF-GV), lançou o *“Relatório Técnico – Covid-19 nas Prisões de Minas Gerais: O que nos Dizem as Famílias”*, que revela a situação do sistema prisional no estado durante a pandemia.

Em 2022, foi publicada a cartilha *“O que é o SUAS?”*, que aborda as políticas públicas disponibilizadas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) destinadas para pessoas presas, sobreviventes e seus familiares. No mesmo ano, foi

lançada a apostila do Curso de Desencarceradoras Populares (Despop), contendo textos sobre as temáticas abordadas ao longo de todas as aulas, bem como sugestões de pesquisas acadêmicas, livros e filmes sobre o sistema prisional. A apostila foi pensada como um instrumento multiplicador do curso, ou seja, para que qualquer pessoa seja capaz de replicar o curso Desencarceradoras Populares.

4.5 Quadros da Plataforma Desencarcera!

Uma das primeiras ações da Plataforma foi a publicação semanal de material gráfico informativo nas redes sociais⁴⁰. Esse material incluía denúncias selecionadas pela equipe e informações legais, com o objetivo de oferecer orientação jurídica gratuita referente à violação apresentada. O processo de receber e analisar denúncias para publicação, aliado ao contato direto com uma rede de mobilizadoras, permitiu à equipe reavaliar suas prioridades de ação e organização. Inicialmente, considerava-se encaminhar formalmente as denúncias às instituições governamentais, mas à medida que a Plataforma se desenvolvia, tornou-se evidente que a divulgação das violações era mais urgente, visando sensibilizar a sociedade para os problemas do sistema prisional.

Como resultado dessa reflexão, criamos o quadro “*Retratos do Inaceitável: por dentro das denúncias da Plataforma Desencarcera!*”, no qual fazemos comentários jurídicos a partir das denúncias publicadas no site. Assim, fazemos comentários sobre as violações de direitos, quais foram as normativas

⁴⁰ Perfil no Instagram: @desencarcera

descumpridas, quais os possíveis caminhos jurídicos e, a depender do caso, quais instituições do sistema de justiça criminal podem auxiliar na resolução do caso.

Ademais, há o quadro “*Grades Abertas: encontros com a prisão*”. Nele, convidamos familiares, sobreviventes, pesquisadores, militantes, entre outros para contarem experiências que tiveram dentro do sistema prisional, seja suas impressões de como foi a primeira vez dentro do espaço físico da prisão, seja de momentos que chamaram mais a atenção. Muitos desses relatos desconstroem ideias preconcebidas sobre aqueles que estão presos, convidando o leitor a reconsiderar sua percepção sobre o cárcere.

4.6 Tortura no sistema prisional de Minas Gerais e a pandemia de Covid-19

Na Plataforma, notamos um aumento no número de denúncias recebidas no site com o advento da pandemia de Covid-19. A partir dessas denúncias foi possível perceber um recrudescimento no sistema prisional durante a pandemia, com aumento de relatos de violências e torturas, devido a um contexto de interrupção das visitas e do acesso à sociedade às prisões. Havia ainda o contexto grave da Covid-19 que, por ser uma doença respiratória, tinha o cárcere enquanto ambiente “*ideal*” de propagação. A aglomeração de pessoas em situação de confinamento, a superlotação, a escassez de ventilação, iluminação solar, alimentação e atendimento médico adequado fizeram com que os presídios se tornassem reservatórios da doença.

No contexto pandêmico, a realidade do cárcere piorou, tanto para pessoas presas quanto para seus familiares. Em relação às violações de direitos dos familiares, as principais denúncias recebidas na Plataforma Desencarcera! se referiam à ausência de informações sobre as pessoas presas, devido à suspensão das visitas presenciais, o que gerava grande angústia nas familiares; a não entrega, por parte da administração penitenciária, dos kits de itens de necessidades básicas, enviados pelos familiares através dos Correios para as pessoas presas, que estavam sendo devolvidos sem justificativa; e a definição de novos procedimentos, por parte da administração prisional, de envio de pertences sem comunicação prévia às famílias, impedindo-os de entrar em contato com o familiar preso e de lhe encaminhar itens básicos.

Quanto às denúncias sobre violações de direitos dos presos recebidas na plataforma durante a pandemia, os principais relatos traziam um aumento na realização de procedimentos humilhantes, degradantes e vexatórios contra as pessoas presas; agressões verbais e físicas, ou mesmo tortura, por parte da polícia penal; distribuição inadequada ou inexistência de materiais de higiene, vestuário ou colchões, mesmo no contexto pandêmico; restrição de energia elétrica e água a algumas horas ou mesmo minutos por dia; e restrição do acesso ao banho de sol, fundamental para a saúde da pessoa presa.

Nesse contexto de aumento de violações de direitos e falta de contato entre pessoas presas e seus familiares, a Plataforma se tornou um importante instrumento político de denúncias das violências ocorridas no cárcere para as familiares. A partir das denúncias, publicamos, em 2020, o

relatório “*Covid-19 nas Prisões de Minas Gerais: O que nos dizem as famílias*”, produzido pelo Culthis em parceria com o NISE/UFJF-GV e o Instituto DH. O relatório foi produzido a partir de cerca de 500 denúncias recebidas pela Plataforma somente entre os meses de maio e julho de 2020, período em que houve um aumento significativo de denúncias feitas no site. Destaca, entre diversos pontos, como a administração prisional mineira não obedeceu à Recomendação nº 62 do Conselho Nacional de Justiça sobre o tratamento de pessoas presas no contexto da pandemia de Covid-19, nem outras orientações dos órgãos oficiais de saúde, além de pormenorizar cada violação de direito descrita nas denúncias (BARROS et al., 2020).

A partir desse cenário, avaliamos que as visitas de familiares às unidades prisionais são um mecanismo de controle social que verifica as condições do cumprimento da pena privativa de liberdade. Dessa forma, retirar o direito à visita tornou-se uma investida institucional de silenciar e afastar dos olhos e ouvidos dessas famílias das torturas (superlotação, falta de acesso à saúde, humilhações, mortes sem justificativa ou por omissão) reiteradamente cometidas no ambiente prisional.

4.7 Dados atuais da Plataforma Desencarcera!

Atualmente⁴¹, a Plataforma Desencarcera! possui 3.593 denúncias publicadas, distribuídas em 88 unidades denunciadas desde a criação do site. Dessas, 3.592 sobre unidades prisionais e, por enquanto, apenas 1 sobre unidades socioeducativas.

⁴¹ Ao fim do fechamento deste livro, em 6 de setembro de 2024.

Sobre as denúncias relacionadas às unidades prisionais, apresentamos as mais denunciadas e as categorias escolhidas pelos familiares ao fazerem a denúncia no site. Essas categorias foram organizadas na tabela por códigos iniciados com a letra C, para melhor organização dos dados: C1 – Tortura contra o preso; C2 – Violação de direitos de familiares; C3 – Violação de direitos dos presos; C4 – Outras denúncias; e C5 – Em branco⁴².

Tabela 1

Número de denúncias por unidade e por categorias em cada unidade, desde a criação da Plataforma Desencarcera!

TODO O PERÍODO HISTÓRICO (2018-2024)						
Unidade Prisional	Nº total	C1	C2	C3	C4	C5
Presídio Professor Jacy de Assis	1441	582	597	137	47	78
Penitenciária de Três Corações	436	51	223	136	25	1
Presídio Antônio Dutra Ladeira	267	86	96	61	22	2
Presídio de São Joaquim de Bicas II	182	47	67	58	8	2
Penitenciária de Francisco Sá (RDD)	162	30	43	70	10	9
Complexo Penitenciário Nelson Hungria	149	53	54	32	7	3
Penitenciária José Maria Alckmin	102	70	19	7	6	0
Presídio de Dores do Indaia	81	44	31	5	1	0
Presídio Inspetor José Martinho Drumond	81	25	30	18	4	4
Penitenciária de Formiga	73	23	27	16	4	3
...	...	...	...	...	...	...
TODAS AS UNIDADES PRISIONAIS	3592	1148	1425	705	182	133

⁴² Quando a Plataforma foi lançada, em 2018, o site não solicitava o preenchimento deste campo como item obrigatório para publicação da denúncia, de modo que há denúncias não categorizadas pelos denunciantes.

Assim, podemos observar que, entre as categorias do site, a mais selecionada é “*Violações de direitos de familiares*”, com 1.425 do total de denúncias, sendo que a segunda mais escolhida é a “*Tortura contra o preso*”, com 1.148 denúncias.

Vemos também que a unidade prisional Presídio Professor Jacy de Assis, em Uberlândia, é a mais denunciada no site, com 1.441 denúncias. Esse número corresponde a 40,12% de todas as denúncias feitas no site em todo o período histórico, sendo um número 3x maior do que a segunda unidade mais denunciada, a Penitenciária de Três Corações, do município de mesmo nome. Das 1.441 denúncias da Jacy de Assis, 582 referem-se à tortura contra o preso e 597 são violações de direitos dos familiares.

Desde o início de 2024, a Plataforma soma 318 denúncias, correspondentes a 26 unidades denunciadas, das quais as 10 mais denunciadas foram relacionadas na Tabela 2. Mantivemos os códigos referentes às categorias, como explicado anteriormente.

Verificando dados mais recentes, percebemos uma prevalência na categorização das denúncias, conforme aquelas disponibilizadas pelo site, de “*Violação de direitos dos presos*” - um dado um pouco diferente do número global de denúncias, do qual prevalece a categoria de “*Violação de direitos de familiares*”, como explicado anteriormente.

Tabela 2
Número de denúncias por unidade e por categorias
em cada unidade, somente no ano de 2024

SOMENTE DE 2024						
Unidade Prisional	Nº total	C1	C2	C3	C4	C5
Penitenciária de Três Corações	196	17	72	90	17	78
Penitenciária Dep. Expedito de Faria Tavares	24	7	5	10	2	1
Penitenciária Dênio Moreira de Carvalho	22	11	8	3	0	2
Presídio Sargento Jorge	13	1	2	9	1	2
Presídio Sebastião Satiro	9	0	3	4	2	9
Complexo Penitenciário de Ponte Nova	9	2	3	4	0	3
Presídio Professor Jacy de Assis	6	1	2	2	1	0
Presídio de Janaúba	6	3	2	0	1	0
Presídio Antônio Dutra Ladeira	5	4	0	1	0	4
APAC - Patrocínio	3	0	0	2	1	3
Presídio Inspetor José Martinho Drumond	3	1	2	0	0	...
Presídio de Vespasiano	3	0	2	1	0	...
...	...	...	...	...	...	
TODAS AS UNIDADES PRISIONAIS	317	53	107	131	26	

5. Considerações finais

O presente capítulo teve por objetivo apresentar o eixo de articulações políticas do Culthis, evidenciando a importância de a universidade - em especial, as extensões universitárias - se articular com outros grupos, como movimentos sociais e espaços institucionais. As articulações políticas se dão, atualmente, por meio de três formas: as parcerias, os espaços de representação e a Plataforma Desencarcera!.

Partimos, em nossa atuação, da perspectiva ergológica, especificamente do Dispositivo Dinâmico a Três Polos enquanto postura ética na construção do conhecimento científico, prezando pela horizontalidade entre os saberes da academia e da experiência. Ainda, entendemos a necessidade de estarmos presentes nas discussões diversas sobre o sistema prisional, a fim de pautar o nosso posicionamento abolicionista penal, defendendo o fim de todas as prisões e das estruturas sociais que legitimam e dão base para a existência do sistema penal.

Sobre as parcerias, recebemos casos para o acompanhamento psicossocial⁴³ e demandas diversas - como as denúncias de familiares acerca dos casos de tortura nos sistemas prisional e socioeducativo, que foram a causa motora da construção da Plataforma Desencarcera!. Além disso, as parcerias auxiliam nos acompanhamentos dos casos. Destacamos, mais uma vez, a parceria com a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, haja vista ser a política pública responsável por fazer a defesa técnica das pessoas presas nos processos criminais e de execução penal.

Nos espaços de representação, podemos pautar e construir ações voltadas para o contexto prisional de Minas Gerais a partir de nossos referenciais teórico-metodológicos. Um dos espaços de representação que apresenta potencialidades diz respeito ao Conselho da Comunidade da Comarca de Ribeirão das Neves, tendo em vista ser o órgão da sociedade civil responsável pela fiscalização do sistema prisional - no caso, das unidades prisionais localizadas no município de Ribeirão das Neves, comarca com a maior quantidade de prisões em Minas Gerais, totalizando oito unidades.

Ainda, ao longo dos seis anos de existência da Plataforma, mais de 3.500 denúncias de todo o estado têm exposto diversas violações de direitos que ocorrem nos sistemas prisional e socioeducativo, desde as ações violentas por parte dos agentes de segurança pública contra as pessoas presas, passando pela ausência de profissionais técnicos - psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, pedagogos, terapeutas ocupacionais etc. -, até as humilhações a que familiares são submetidas nos dias de visita e de entrega de kits, como a prática das revistas vexatórias ou as arbitrariedades no uso dos scanners corporais. Outro aspecto a ser destacado refere-se à distribuição das denúncias por todo o estado, indicando tratar-se de violências estruturais nas prisões mineiras.

A maioria dessas denúncias é realizada por familiares que se organizam a fim de instrumentalizar a Plataforma, que assume o compromisso com o anonimato das denúncias recebidas, essencial para proteger aqueles que revelam o que

⁴¹ Como pode ser visto no capítulo 2, “A metodologia de acolhimento psicossocial do Culthis: reflexões a partir de dois casos”.

ocorre nos interiores das instituições prisionais, evitando possíveis represálias diretas.

Ressaltamos que, apesar de a Plataforma não ter o objetivo inicial de fazer o encaminhamento das denúncias para as instituições responsáveis pela fiscalização, ela pode ser apropriada e instrumentalizada pelas familiares de pessoas presas, sobreviventes do cárcere, militantes e outros grupos antiprisionais. Como exemplo, a utilização, pelas familiares, de dados da Plataforma Desencarcera! em reuniões com instituições do sistema de justiça criminal, como o Ministério Público e a Defensoria Pública.

Por fim, cabe destacar o constante questionamento acerca dos lugares da Universidade Pública, especificamente de programas de extensão, na participação em espaços de articulação política. Não se trata de levar o conhecimento científico ou propor soluções *a priori*, mas engajar-se em projetos coletivos que de fato transformem a realidade prisional desde sua raiz. Tal proposta revela uma prática extensionista que ultrapassa a construção vertical do conhecimento em direção a uma construção horizontal do conhecimento científico que de fato transforme a realidade, no caso específico da nossa atuação, a superação das prisões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, C. R.; MEDRADO, N. R.; SANTOS, T. C. C. **Relatório técnico [livro eletrônico]:** covid-19 nas prisões de Minas Gerais: o que nos dizem as famílias. Belo Horizonte: Instituto DH, 2020.

BARROS, V. A.; BARROS, C. R. Reflexões sobre a casa dos mortos em tempos de pandemia: as prisões brasileiras. In: **Caderno de Administração**, v. 28, pp. 95-99, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Recomendação N 62, de 17 de março de 2020**. Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19 - no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. Brasília: CNJ, 2020.

CUNHA, D. Ergologia e psicossociologia do trabalho: desconforto intelectual, interseções conceituais e trabalho em comum. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho** (USP), 17(1), 55-64, 2014.

FRANÇOZO, O. M. (2018). Apresentação. In: Françoze, O. M. (Org.). **Clínica política** - a experiência do Centro de estudos em reparação psíquica lá em Acari. Rio de Janeiro: ISER, v. 01, 2018.

HULSMAN, L.; CELIS, J. B. **Penas perdidas**: O sistema penal em questão. Tradução de Maria Lúcia Karam. 3 ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

KOLKER, T. Atenção psicossocial a afetados pela violência de estado — subsídios e contribuições para construção de uma política pública. In.: Françoze, O. M. (org.). **Clínica política**: a experiência do centro de estudos em reparação psíquica lá em Acari; Rio de Janeiro: ISER, 2018.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. **Relatório de Inspeção. Unidades dos sistemas prisional e socio-educativo do Estado de Minas Gerais.** Brasília, Distrito Federal, 2022.

PASSETTI, E. (org.). **Curso livre de abolicionismo penal.** Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SAWAIA, B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão:** uma análise ético-psicossocial da desigualdade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SILVA, A. P. ; BARROS, C. R. ; NOGUEIRA, M. L. M. ; BARROS, V. A. **‘Conte-me sua história’:** reflexões sobre o método de História de Vida. Mosaico: Estudos em Psicologia (UFMG. Impresso), v. 1, pp. 25-35, 2007.

SCHWARTZ, Y. **Entrevista:** Yves Schwartz. Trabalho, Educação e Saúde, v. 4, n. 2, pp. 457-466, 2006.

TRINQUET, P. Trabalho e educação: o método ergológico. **Revista HISTEDBR On-line.** Campinas, SP, v. 10, n. 38e, pp. 93-113, 2012.

O NASCER DO SOL

Samuel Lourenço

Raios luminosos invadem frestas e poucos espaços na prisão, o dia é anunciado ao amanhecer. Na cadeia estão todos trancafiados em seus cubículos, guaritas ou inspetorias, o preso aguarda alguma novidade, uma convocação para o setor jurídico, para o médico, para a assistência social, visita ou até mesmo para a realização do exame criminológico. E o policial penal aguarda a rendição, o fim do plantão, a chegada do colega do posto, fica ali esperando o horário para bater o ponto. O sol nasceu retangular e por frestas se faz democrático, sendo luz e calor para todos os que ele alcança.

Sob o mesmo sol e com pouca diferença de ângulo ou acesso, estão os presos e os policiais penais, alguns profissionais da educação, da saúde. São pessoas, seres humanos enjaulados, por imposição da justiça ou por escolha profissional. Todos respirando o mesmo ar e sob sentenças distintas: uns ficam mais tempo dentro das celas enquanto outros passam maior tempo nas guaritas, olhando nas escotilhas, ou até mesmo numa sala prestando atendimento. Tudo isso dentro das quatro linhas de concreto, altas, fortificadas e patrulhadas.

Em algum momento do dia, as celas estarão abertas e pelo pátio os presos poderão fazer curtas caminhadas entre os extremos. Explorando os limites da galeria e fazendo dos passos um sonho de uma caminhada em algum lugar impro-

vável. O sol faz o convite para a secagem de roupas úmidas. Alguns usam o sol como um repelente ou inibidor de coceira.

Mudando de ótica, os policiais e os demais profissionais aguardam o término do plantão, para despir-se das fardas, do jaleco, do uniforme, e retornarem para suas casas ou emendar em outro trampo. Na cadeia, todos esperam pela hora do fim. Seja preso ou não.

O único que não deseja o fim é o familiar. Que se entristece toda vez que a visita termina. O sinal tocando apressa a esposa na visita íntima, que transa até o último segundo permitido. E no pátio, a mãe, a esposa, a irmã, os filhos esperam o segundo sinal para soltar o abraço apertado. Até que a outra visita aconteça, é necessário que o sol apareça no nascente e suma no poente, dia começa e dia termina, e essa angústia infundável dura até o dia do Alvará de Soltura. Enquanto ele não chega, o tempo na visita é um ritual de prece para que aquele momento não acabe. Que o abraço não desfaça, que o rosto não desgrude, que a visita não acabe.

Cadeia é isso, um labirinto de esperas, infelizmente alguns se perdem no caminho, enquanto outros, depois de muita resiliência, conseguem chegar ao final e ver o sol por completo, sem frestas ou formatos geométricos.

DESPOP: CURSO DE DESENCARCERADORAS POPULARES

**Angela da Silva Juscelino
Carolynne Reis Barros
Guilherme dos Santos Azevedo Cardoso
Meiricélia da Rocha
Nayara Rodrigues Medrado**

1. Introdução

Neste capítulo, propomos apresentar e discutir a organização e realização das duas edições do Curso de Desencarceradoras Populares, apelidado por nós de Despop. O curso teve sua primeira edição, de forma presencial, em 2018, e a segunda edição, de forma virtual, em 2021. E, nas duas vezes, foi fruto do esforço de coletivos da universidade, da militância e das experiências de familiares de pessoas presas e sobreviventes do cárcere.

O curso está situado no eixo de formação do Culthis⁴⁴: Espaço de Atenção Psicossocial às Pessoas Presas, Sobreviventes do Cárcere, seus Familiares e Amigos. Enquanto um programa de extensão, o Culthis parte da indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino e, dessa forma, propomos

⁴⁴ No Culthis, para fins de organização, dividimos nossas atividades em três eixos: o eixo de atenção psicossocial, o eixo de articulações políticas e o eixo de formação.

diversas atividades de formação, tanto para os(as) extensionistas quanto para o público mais amplo da universidade e para pessoas que não circulam no espaço acadêmico. São diversas atividades, como grupos de estudos, o Diálogos sobre o Cárcere⁴⁵, formações, disciplinas ofertadas pela coordenadora e o Curso de Desencarceradoras Populares. O público prioritário é composto por familiares de pessoas presas, sobreviventes do cárcere e militantes comprometidos com a pauta antiprisional de Minas Gerais. A partir da segunda edição, como será comentado ao longo deste texto, passamos a colocar o “*desencarceradoras*” no feminino, uma vez que a maior parte das cursistas era de mulheres, explicitando quem são as pessoas que lutam contra as prisões: são em sua maioria familiares, mulheres negras, em especial as mães e companheiras de pessoas presas.

Inspirados na luta de Dona Teresa⁴⁶, pensamos na organização de um curso que pudesse ser um espaço para a construção de estratégias desencarceradoras, ou seja, um curso cujo objetivo geral fosse a formação de várias mulheres com a participação política e militância que ela possui, cada uma atuando da sua forma, em seu território, e entendendo que somos todos(as) sujeitos(as) ativos(as) na construção de nossa história.

⁴⁵ O Diálogos sobre o Cárcere é um evento no qual exibimos um filme que trata da temática do sistema prisional e chamamos convidados(as) para iniciarem a discussão. Começou de forma virtual em 2020, mas teve seguimento presencialmente no período pós-pandêmico. Como exemplos, já discutimos temas como comunidades terapêuticas, sistema socioeducativo, proibicionismo e redução de danos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ahywTAlnxYI&list=PLPii5i6YIrvI9T5NMaVgi7iWBcHjQlUYF>

⁴⁶ No capítulo 7, apresentamos a história de Dona Teresa a partir de uma entrevista.

Partimos da educação popular, especialmente de Paulo Freire, para organizar o curso no sentido de que “(...) ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2020a, p. 24). Assim, a educação popular, em diálogo com a ergologia⁴⁷, pauta a horizontalidade entre os saberes da academia e os saberes da experiência no processo de construção do conhecimento como proposta de uma comunidade científica ampliada (SCHWARTZ, 2013). Pensamos, então, que “a educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender” (HOOKS, 2013, p. 25).

A fim, então, de dar materialidade para esses ensinamentos, cada encontro do curso era guiado por pessoas de diferentes campos, seja da academia, da militância, trabalhadores(as) do sistema de justiça criminal e outras políticas públicas, além de familiares de pessoas presas e sobreviventes do cárcere. Além disso, com o objetivo de nos afastarmos de uma educação bancária, conforme ensinado por Freire (2020b), os encontros eram organizados de forma que as cursistas participassem ativamente, trazendo suas próprias experiências para o centro dos debates.

A partir dos casos do Culthis de acolhimento psicossocial com familiares e sobreviventes do cárcere, entendemos que lidar com o sistema de justiça criminal demanda um conta-

⁴⁷ Ergologia é um dos referenciais teórico-metodológicos que dão base para nossa atuação no Culthis. É uma abordagem que parte de uma análise multidisciplinar sobre o trabalho e nos ajuda a refletir sobre o encontro dos múltiplos saberes envolvidos em nossas práticas, prezando pela horizontalidade entre eles (CUNHA, 2014).

to constante com a linguagem jurídica, que é inacessível. Por isso, apesar dos discursos de igualdade e justiça apresentados pelo campo do Direito, percebemos que, na sociabilidade em que vivemos, o Direito - com destaque para o âmbito penal - exerce papel central na manutenção da exploração da classe trabalhadora e das opressões de gênero e de raça (MEDRADO, 2018; JEREMIAS, 2022).

Assim, consideramos importante ter encontros voltados para discutir questões jurídicas, acompanhamento de processos judiciais e atuação dos órgãos do sistema de justiça criminal, como o judiciário, o Ministério Público e, em especial, a Defensoria Pública, que, além de ser a instituição responsável por prestar assistência jurídica de forma gratuita e integral para pessoas consideradas economicamente hipossuficientes, tem sido importante parceira na atuação em prol de pessoas presas, suas familiares e sobreviventes do cárcere. O estudo dessas temáticas é fundamental para que as cursistas se apropriem dos direitos que lhes são garantidos e conheçam as formas de tensionar as políticas públicas existentes, especialmente aquelas voltadas para o sistema prisional.

Não obstante, a ideia é que o curso vá além de um simples conhecimento acerca dos direitos previstos. Entendemos que o direito como tal não nos garante a justiça e a liberdade em que acreditamos, é preciso problematizá-lo. O direito, tal qual conhecemos em nossa realidade e como indicamos anteriormente, serve como instrumento de dominação de classe e, portanto, para além de conhecê-lo, precisamos de táticas de mobilização política que viabilizem estratégias para lidar com o sistema prisional que extrapolem as propostas de reforma.

Davis (2020) nos faz um alerta sobre a cilada dos discursos reformistas que pressupõem a existência ontológica do sistema penal em nossas sociedades. Ela nos mostra que a prisão tem seu momento de surgimento localizado em um determinado período e espaço geográfico - em conformidade com as contribuições da criminologia crítica (Rusche & Kirchheimer, 2004) -, e, por essa razão, também pode ter o seu momento de abolição, desde que nos atentemos às estruturas e relações sociais que dão base para a manutenção do cárcere.

Nesse sentido, partimos da ideia de que a educação não é neutra, não abandonamos nossas perspectivas de mundo quando estamos em espaços formativos, pois entendemos que isso não é possível, uma vez que nós, seres humanos, possuímos “capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a (...)” (FREIRE, 2020a, p. 67). Uma ciência que se diga neutra muito provavelmente está ao lado da manutenção da sociedade da forma como ela é, uma sociedade desigual e violenta que encarcera seletivamente a classe trabalhadora, em especial a população jovem e negra. Se nós fazemos um curso como esse é porque nos posicionamos no mundo enquanto abolicionistas penais.

Um curso que se volte para a mobilização política depende, também, de estratégias de cuidado. O cuidado é uma necessidade ontológica do ser humano, ou seja, todos nós precisamos de cuidado constante como condição para a reprodução de nossa vida (LEITE, 2023). No entanto, na sociabilidade capitalista, na qual as relações sociais são me-

diadas pelo individualismo, competição e violência (Lessa, 2006), é preciso estarmos ainda mais atentos para a construção de espaços de cuidado. Assim, mais do que planejar encontros de aulas no sentido usualmente conhecido, o Despop também se volta para a construção de espaços de compartilhamento de experiências e estreitamento de vínculos a fim de que as pessoas, inseridas em um coletivo, tenham a força e a coragem para seguir lutando.

Dessa forma, podemos dizer que o objetivo do Despop é oferecer às cursistas ferramentas desencarceradoras e espaços de compartilhamento de experiências. E, da mesma maneira que as duas edições, como se verá a seguir, foram organizadas pelas mãos de muitos(as), este texto também contou com a participação coletiva. Para a construção deste capítulo, além de pessoas que organizaram o curso, duas familiares cursistas também participaram trazendo relatos sobre como foi a participação no Despop, o que consideraram mais importante e quais os desafios que vislumbram para o futuro da luta antiprisional.

Nos próximos tópicos, faremos uma discussão sobre a organização e realização das duas edições do curso para, ao final, realizar breves considerações em conjunto com o relato das cursistas no Despop.

2. Primeira Edição do Despop (2018)

A primeira discussão sobre um curso destinado a familiares e pessoas que passaram pelo sistema prisional surgiu no âmbito do edital do Fundo Brasil de Direitos Humanos

intitulado *“Direitos Humanos e Justiça Criminal: Enfrentando a prisão provisória e o encarceramento em massa no Brasil”*. Executamos, em parceria com o Instituto DH e a Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, o projeto ao longo de dois anos (2018 e 2019) com várias frentes de atuação, entre elas a criação da Plataforma Desencarcera! e o livro Glossário de Afetos no Sistema Prisional (2019). O núcleo de capacitação tinha como objetivo fomentar e fortalecer institucionalmente grupos e organizações de defesa de direitos da população encarcerada e seus familiares e mobilizar e capacitar familiares de pessoas presas, grupos e associações sobre sistema de justiça criminal, fortalecendo-os institucionalmente. Aliado a esse objetivo, havia a necessidade, particularmente relatada pela Associação, de cursos sobre o sistema de justiça criminal que instrísse de maneira prática a consulta a processos e outras ações seguindo o fluxo do processo de prisão e as dificuldades enfrentadas por familiares e amigos das pessoas privadas de liberdade. Assim, a ideia era de que o curso possibilitasse uma atuação autônoma diante do sistema de justiça criminal. Como explicitado anteriormente, orientados por uma postura do dispositivo dinâmico a três polos (Schwartz, 2013), o curso foi construído em um espaço de diálogos entre os saberes acadêmicos e os saberes da experiência, em uma tentativa de horizontalidade. Outra questão também referiu-se a não repetirmos os cursos sobre defesa de direitos, que são reduzidos à esfera de uma linguagem excessivamente técnica e jurídica. Assim, foi pensado em um curso de 36 horas, divididos em dias disponibilizados pelos familiares e militantes de direitos humanos inscritos. Todos os integrantes receberam ajuda de

custo para participarem do curso, que foi realizado na sede da Pastoral Carcerária em Belo Horizonte e na Defensoria Pública. Dos 65 inscritos, a maioria era de mulheres, familiares de pessoas presas que residiam na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Deste total, somente 19 participantes conseguiram finalizar o curso.

Em relação ao conteúdo, dois objetivos foram centrais na construção de temas: encontros que refletissem sobre os sofrimentos e resistências no falido sistema prisional e, simultaneamente, oferecessem aos cursistas instrumentos (leis e fluxos do sistema penal) que promovessem uma mudança na maneira de lidar com a prisão. Nesta concepção, também tivemos a preocupação em convidar facilitadores que possuíam um histórico de militância em relação ao desencarceramento e representantes de órgãos públicos que estão em contato com os familiares, como foi o caso da Defensoria Pública. Neste dia, além de uma conversa com os defensores na sede da Defensoria, realizou-se uma visita técnica na instituição que, de certa forma, *‘desmistificou’* o local, muitas vezes considerado inacessível. Na avaliação do curso, as participantes destacaram a importância de espaços para *“o compartilhamento de experiências”* e *“a apresentação dos procedimentos e fluxos relacionados à situação das pessoas privadas de liberdade”* como pontos positivos do curso.

3. Segunda Edição do Despop (2021)

A segunda edição do Curso de Desencarceradoras(es) Populares (Despop) foi realizada entre julho e novembro de 2021, fruto de parceria do Culthis e LabTrab, a Frente Esta-

dual pelo Desencarceramento de Minas Gerais, o NISE (Núcleo Interdisciplinar Sociedade e Encarceramento, projeto de extensão vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora - campus Governador Valadares), o Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade e o Instituto DH - Pesquisa, Promoção e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania, além do apoio da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (PROEX) e do Instituto Mattos Filho, formando uma equipe de 23 pessoas na organização do projeto.

Organizado no formato virtual, no auge da pandemia de Covid-19, a iniciativa buscou unir saberes advindos da luta de mobilizadores populares ao conhecimento de profissionais das ciências humanas e sociais, especialmente da Psicologia e do Direito. O objetivo foi capacitar familiares e amigos de pessoas presas, sobreviventes do cárcere e militantes da luta antiprisional em Minas Gerais a compreenderem, sob um olhar crítico, o funcionamento do Sistema de Justiça Criminal. Também a encontrarem ferramentas úteis para o desencarceramento e para a reivindicação de direitos de pessoas direta e indiretamente atingidas pela privação de liberdade, além de propiciar um espaço de acolhimento, de partilha de experiências e de promoção do cuidado de si e do outro.

O curso contou com um total de 20 encontros, realizados semanalmente sempre às segundas-feiras, entre 19h e 21h40. Cada encontro envolveu um primeiro momento expositivo sobre um tema específico com a participação de algum convidado, entre professores, pesquisadores, representantes de órgãos do sistema de justiça e de entida-

des da sociedade civil, sobreviventes do cárcere e militantes antiprisionais. Já o segundo momento de cada encontro foi voltado ao compartilhamento de experiências, à promoção da escuta e à idealização de propostas de intervenção sobre a realidade, com a divisão das participantes em grupos menores, conforme as cidades de residência, e mediados por organizadores do curso.

Cada participante recebeu um kit contendo itens personalizados com a identidade visual do Despop, como apostila⁴⁸, bloco de anotações e adesivos, além de uma semente para plantio. A apostila, além de apresentar as motivações e a programação do curso, trazia um texto-base para cada encontro, introdução ao debate e de destaque de informações centrais do respectivo tema, além de sugerir textos, filmes, vídeos, sites e outras mídias para aprofundamento.

Os temas foram divididos em três módulos, conforme tabela a seguir.

Módulo 1 - Direitos Humanos, Cárcere e Sociedade	
Aula 1	Apoio, mobilização e cuidado familiar e comunitário durante e após o encarceramento
Aula 2	“Todo camburão tem um pouco de navio negreiro”: racismo e história da prisão
Aula 3	Introdução ao processo e execução penal - Parte I
Aula 4	Introdução ao processo e execução penal - Parte II
Aula 5	Polícia e “guerra às drogas”
Aula 6	Gênero e sexualidade no sistema prisional

⁴⁸ A apostila está disponível em: <https://desencarcera.com/noticias/apostila-curso-desencarceradoras-populares/>. Acesso em: 22 de agosto de 2024.

Módulo 2 - Impactos da prisão	
Aula 7	Impactos psicossociais nas familiares
Aula 8	Impactos psicossociais nos sobreviventes
Aula 9	Saúde e sofrimento mental
Módulo 3 - Estratégias de enfrentamento	
Aula 10	Órgãos do sistema de justiça
Aula 11	Órgãos de controle da sociedade civil no cárcere
Aula 12	Familiares de todos os municípios, uni-vos! Organizando o enfrentamento

Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as)

Tabela 3
Temas das aulas da 2ª edição do Despop

Os encontros temáticos foram intercalados com “encontros de cuidado”, voltados ao lazer/à recreação, à educação física e nutricional, ao acesso à cultura e à integração entre cursistas e facilitadores, sempre como estratégias voltadas à promoção do autocuidado de pessoas que sofrem, de alguma forma, os impactos psicossociais do cárcere, agravados em tempos de emergência sanitária. Contamos, nesse sentido, com um encontro sobre jardinagem, alimentação saudável e segurança alimentar e com um cine-debate, além de oficinas de ginástica, de dança, de musicoterapia e de contação de histórias.

Ao todo, o curso recebeu 82 inscrições de pessoas de pelo menos 26 municípios representativos de praticamente todas as regiões de Minas Gerais, além de 24 inscrições vindas de outros estados e que, por isso, fugiam do escopo do projeto. Apesar de uma esperada evasão ao longo do semestre, sobretudo tratando-se de um curso com carga horária relativamente alta

e realizado na modalidade remota, 16 cursistas obtiveram ao menos 75% de presença, e mais 2 cursistas ao menos 50%.

Os 20 formulários de avaliação preenchidos por cursistas apresentam um feedback positivo quanto à qualidade do curso e ao seu impacto. Muitas destacaram a importância de que novas edições, com maior carga horária e atingindo um número maior de comunidades, sejam realizadas e, para a pergunta sobre os elementos mais importantes do curso, muitos destacaram, além do aprendizado sobre direitos das pessoas presas e de seus familiares e amigos, o acolhimento, a escuta, a troca de experiências e a mobilização para a luta.

A segunda edição do Despop, de um lado, é marcada pelo acúmulo de experiência proporcionado pela primeira edição e pelos reflexos do crescimento da luta antiprisional em Minas Gerais nos últimos anos (SANTOS, 2021). De outro lado, carrega as marcas contraditórias da pandemia pelo novo coronavírus. A emergência sanitária agravou o estado de coisas inconstitucional que caracteriza o sistema prisional brasileiro (e mineiro), trazendo inúmeros desafios adicionais, como a contaminação generalizada e piora do estado de saúde dos presos, a proibição de visitas, a dificuldade de acesso à comunicação virtual, a burocracia na entrega de pertences (kits⁴⁹), os entraves à fiscalização institucional e comunitária etc. Ao mesmo tempo, impôs restrições à mobilização popular, tornando inviável a realização do curso no formato presencial, por exemplo. A virtualidade trouxe desafios desconhecidos e

⁴⁹ Itens de necessidade básica que deveriam ser fornecidos pelo Estado, mas, em sua falta ou insuficiência, são fornecidos pelas familiares de presos. Esses itens são alimentos, produtos de higiene pessoal, roupa, material escolar, cigarro etc.

certamente comprometeu, em alguma medida, uma adesão ao curso e o acesso de pessoas com acesso precário à tecnologia – nosso público, sabemos, como também é o público prioritário das prisões, é composto sobretudo por pessoas de baixa renda e de baixa escolaridade. De todo modo, permitiu uma descentralização da atividade, que, ao fim, alcançou pessoas nas mais diferentes regiões de Minas Gerais, tornando a experiência de troca um tanto mais rica e significativa e contribuindo para o acesso de mais pessoas e comunidades às ferramentas de rede da Frente Estadual pelo Desencarceramento.

No início do curso, os(as) organizadores(as) sugeriram às cursistas que, ao final, apresentassem uma proposta de intervenção sobre a realidade prisional a partir das experiências ao longo dos encontros. Assim, no segundo momento de cada encontro, no qual as participantes se dividiram em subgrupos, além do seguimento das discussões que foram iniciadas no primeiro momento do encontro, era possível a discussão sobre a construção das propostas de intervenção. Um dos objetivos do curso era fornecer às cursistas ferramentas desencarceradoras e de reivindicação de direitos e, assim, a construção de propostas de intervenção visava à concretização desses objetivos. A proposta era livre, cada pessoa poderia escolher o que faria.

Como exemplo, Angela - na época, irmã de uma pessoa presa - tinha o desejo de explicitar o quanto as familiares eram impactadas pelo cárcere. Sua proposta foi a de organizar uma exposição reunindo as carteirinhas de visitante vencidas de familiares. Ela contava que, para uma familiar fazer a visita ou entregar os kits, era necessário renovar o

cadastro anualmente e que, por isso, tanto ela quanto outras familiares tinham uma quantidade grande de documentos vencidos em casa. Trata-se de um documento muito específico que demarca que aquela pessoa tem alguma relação com a prisão. Angela gostaria, então, de conversar com outras familiares para expor essas carteiras vencidas em uma sala, colocando-as nas paredes.

Outra cursista - também irmã de uma pessoa presa - relatava ao longo dos encontros acerca da dificuldade de ir visitar seu irmão na prisão, pois ele estava preso em uma unidade muito afastada do centro urbano. Além disso, não havia transporte público que levasse as familiares até a prisão aos finais de semana, dias em que normalmente acontecem as visitas, e, por conseguinte, as familiares tinham que pagar valores muito altos para chamar um aplicativo de transporte ou contratar outros serviços. Assim, sua proposta de intervenção foi no sentido de tentar articular com o município onde está localizada a prisão a possibilidade de implementação de linhas de ônibus aos finais de semana, a fim de facilitar a ida de familiares para as visitas, bem como reduzir os custos com o deslocamento.

Ainda, uma familiar - mãe de pessoa presa - apresentou como proposta de intervenção que ela passasse a ser uma mobilizadora da Frente Estadual pelo Desencarceramento no município em que reside. Após o término do curso, ela relatava que estava participando de algumas manifestações organizadas pela Frente e que gostaria de mobilizar mais familiares em sua cidade para que pudessem pautar a questão do desencarceramento e do acesso a direitos de forma coletiva.

Algumas dessas propostas foram apresentadas na Jornada de Direitos Humanos da UFMG daquele ano com o objetivo de compartilhar com a comunidade acadêmica tanto o que foi realizado ao longo do curso quanto discussões acerca de formas outras de se construir conhecimento a partir do diálogo entre os saberes da academia e da experiência. Uma das propostas de intervenção apresentada no evento foi a de Angela. Em razão do contexto pandêmico e das dificuldades em se conseguir um espaço para sua exposição, ela optou por fazer a intervenção de outra forma. Ela colou suas carteirinhas vencidas em uma cartolina e, em volta dos documentos, escreveu algumas frases como “*Ser familiar não é crime*”. Além de apresentar o cartaz para as pessoas presentes no evento, ela teve uma fala para explicar quais seus objetivos com essa proposta.

Por fim, um dos desdobramentos do curso foi a realização de dois eventos virtuais no início de 2022 - um em março e outro em abril - com o título de “*Bate-papo sobre execução penal*”. Em uma das aulas do curso, cuja temática era a respeito dos órgãos do Sistema de Justiça Criminal, um(a) dos(as) convidados(as) foi um(a) juiz(juíza) da área de execução penal responsável por uma Comarca da RMBH. A partir das discussões, surgiu a necessidade de outros encontros para as familiares tirarem dúvidas sobre processo de execução penal. No momento da inscrição para participar dos eventos, as familiares preencheram um formulário com suas principais dúvidas, que diziam respeito, por exemplo, aos direitos que as pessoas presas tinham quando estavam no regime fechado, quais eram as regras para a progressão de regime, como funcionava o procedimento para aplicação

de faltas graves, como conseguir remição ou saída temporária etc.

4. Considerações Finais

Ao longo deste capítulo, apresentamos o Curso de Desencarceradoras Populares em suas duas edições, sendo a primeira realizada presencialmente em 2018 e a segunda realizada virtualmente em 2021. Como exposto na introdução deste capítulo, o objetivo geral do curso sempre foi a formação de mais pessoas que tivessem a militância e a participação política inspiradas em Maria Teresa dos Santos, a partir do fornecimento de ferramentas desencarceradoras e espaços de compartilhamento de experiências.

Como primeira consideração, comentamos sobre a experiência de fazer a primeira edição de forma presencial e a segunda de forma virtual. A opção por realizar a segunda edição na modalidade virtual apenas se deu em razão daquele período pandêmico em que ficar em casa era condição mínima de manutenção da saúde das pessoas. Justamente em função do isolamento, a pandemia de Covid-19 foi marcada pela intensificação das violações de direitos dentro do sistema prisional, conforme demonstramos em relatório (BARROS, MEDRADO & SANTOS, 2020) que reuniu denúncias realizadas na Plataforma Desencarcera!⁵⁰ no período.

⁵⁰ A Plataforma Desencarcera! é um site para que as pessoas façam denúncias, de forma anônima, de violações de direitos nos sistemas prisional e socioeducativo de Minas Gerais. Pode ser acessada por meio de: desencarcera.com. Acesso em: 22 de agosto de 2024. Comentamos mais sobre a Plataforma no capítulo 3, “A prática de extensão em rede: articulações políticas, combate à tortura e a Plataforma Desencarcera!”.

Assim, optamos por realizar o curso, mesmo que isso significasse não ter contato presencial com as pessoas. Nós entendemos que é esse contato presencial, especialmente a partir de estratégias de cuidado, que possibilita a mobilização política coletiva. Não obstante, mantivemos os encontros de cuidado mediado pelas telas. Além disso, a modalidade virtual permitiu que familiares de outras regiões mais distantes de Belo Horizonte e de sua região metropolitana participassem do curso, o que possibilitou trocas de experiências com pessoas que, apesar da distância física, vivenciam situações muito similares no que diz respeito aos impactos do cárcere.

Duas cursistas - uma mãe e uma irmã de pessoas presas -, ao darem o seu relato, especificamente para a construção deste capítulo, sobre como foram suas experiências em participar do Despop, compartilharam do sentimento de desamparo, especialmente por parte da família, a partir do momento que um parente vai preso. Para além de todas as violências que elas têm que enfrentar diante do sistema prisional, essa luta costuma ser, pelo menos em um primeiro momento, solitária. As pessoas do entorno se afastam, o cotidiano passa a ser demarcado pelas demandas do cárcere, as despesas aumentam, a insegurança no trabalho se intensifica, enfim, são diversos os impactos do cárcere na vida das familiares (PÁDUA, 2021).

Nesse sentido, ambas comentaram sobre a importância do curso enquanto espaço de compartilhamento de experiências, principalmente por possibilitar o contato entre pessoas que vivenciam a violência generalizada imposta pelo

cárcere. Perceber que os impactos da prisão, apesar de se manifestarem de forma particular em cada pessoa, possuem um determinante estrutural do cárcere. Esta percepção pode possibilitar a construção do coletivo com um objetivo em comum de resistência e enfrentamento ao sistema de justiça criminal.

Outra reflexão trazida pelas familiares foi no sentido de apontar a relevância em se pensar e fazer as propostas de intervenção. Mesmo que elas não tenham se concretizado da forma como haviam sido idealizadas inicialmente - muito em função das restrições de isolamento social devido ao período pandêmico -, a experiência de elaborar, ao longo de meses e em conjunto com outras pessoas, propostas de intervenção voltadas para o desencarceramento já foi por si só importante para demarcar que somos todos(as) sujeitos(as) ativos(as) na construção de nossa história.

Finalizamos este capítulo destacando, mais uma vez, que o objetivo geral do Despop é ser um espaço de formação política diante dos impactos do cárcere. Para tal, construímos um curso com as familiares e sobreviventes do cárcere, compreendendo-o enquanto um espaço para a articulação entre os saberes científicos e os saberes da experiência. De acordo com Freire, “como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo” (2020a, p. 96), então, esperamos que a educação proposta pelo Despop signifique um dos muitos esforços em se concretizar um projeto de sociedade sem prisões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, C. R.; MEDRADO, N. R.; SANTOS, T. C. C. **Relatório técnico [livro eletrônico]:** covid-19 nas prisões de Minas Gerais: o que nos dizem as famílias. Belo Horizonte: Instituto DH, 2020.

CUNHA, D. Ergologia e psicossociologia do trabalho: desconforto intelectual, interseções conceituais e trabalho em comum. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho** (USP), 17(1), 55-64, 2014.

DAVIS, A. **Estarão as prisões obsoletas?** 5ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Difel, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 63º ed. São Paulo, SP: Editora Paz & Terra, 2020a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 73ª ed. São Paulo, SP: Editora Paz & Terra, 2020b.

HOOKS, b. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade (1ª ed). São Paulo, SP: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

JEREMIAS, J. D. C. **Encarceramento masculino e suas implicações na reprodução social da classe trabalhadora:** diálogos entre a economia política da pena e a teoria unitária da reprodução social. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Extremo Sul Catarinense], 2022.

LEITE, M. **O trabalho de cuidado e a reprodução social**: entre o amor, o abuso e a precariedade. Contemporânea (online), v. 13, pp. 11-32, 2023.

LESSA, S. **Trabalho, sociabilidade e individuação**. Trabalho, Educação e Saúde, v. 4, pp. 231-247. 2006.

MEDRADO, N. R. A retomada de uma teoria materialista do crime e da pena: aportes a partir de Marx e Pachukanis. In: Silva, C. A. C. G.; Medrado, N. R.; Valente, J. L.; Albuquerque, L. A. R. (Org.). **Criminologia Crítica e crítica Criminológica**: estudos em homenagem aos dez anos do Grupo Casa Verde [ebook]. Belo Horizonte: Initia Via, pp. 51-72, 2018.

PÁDUA, T. A. **“Somos todos réus primários”**: o impacto da prisão no cotidiano de familiares pobres de pessoas presas. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais], 2021.

RUSCHE, G.; Kirchheimer, O. **Punição e estrutura social**. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2004.

SANTOS, T. C. C. **As organizações políticas de familiares de pessoas presas como resistência às violências do encarceramento**. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais], 2021.

SCHWARTZ, Y. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 7, p. 38-46, 2013.

REDE PSI: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO TRABALHO CLÍNICO COM PESSOAS AFETADAS PELAS PRÁTICAS PENAIIS

Larissa Viana de Carvalho Diniz
Tháísa Vilela Fonseca Amaral

1. Introdução

A realidade do sistema prisional brasileiro é marcada por grandes violações de direitos humanos que afetam não apenas as pessoas presas, mas também seus familiares, amigos e todos aqueles que, uma vez aí inseridos, sobrevivem à força predatória de aniquilação de subjetividades e de vida próprias ao cárcere. Os efeitos da violência institucionalizada não se fazem sentir apenas nos corpos daqueles que estão circunscritos aos muros prisionais. Eles se disseminam e afetam, principalmente, uma camada populacional pobre, preta e periférica.

O enfrentamento a essa realidade é, sem dúvidas, urgente. O fracasso do sistema de justiça criminal está, há tempos, muito bem demonstrado por uma gama cada vez mais ampla de pesquisadores⁵¹ (a despeito da sanha punitivista

⁵¹ Apenas para citar alguns desses: Foucault (2013), Zaffaroni (1991), Baratta (2011), Davis (2003).

igualmente ampla que vemos crescer em nossa sociedade). O panoptismo jamais funcionou como modo de resolução dos conflitos sociais, como bem nos ensinou Foucault (2013), mas segue firme em seu propósito de disciplinar, controlar, extrair produtividade, segregar e, também, eliminar. O fortalecimento do Estado policial, longe de garantir a aclamada segurança, tem, ao contrário, contribuído largamente para a proliferação da conflitividade social. As estatísticas não nos deixam recuar frente a tais constatações: 832 mil pessoas presas no país, sendo que desse total, aproximadamente 650 mil estão cumprindo pena em regime fechado, e as demais em regime semiaberto, aberto ou em prisão domiciliar⁵². O Brasil tem a terceira maior população prisional do mundo e está na lista dos 28 países considerados de baixa segurança⁵³. Prender, definitivamente, não tem resultado em redução dos índices criminais.

A nosso ver, tomar essa urgência de enfrentamento em ato pressupõe, por um lado, derrubar os muros das prisões e das punições. Pressupõe nos alinharmos ao abolicionismo penal como miríade para imaginar e construir um mundo que reaviva nossa humanidade pautando-se em valores mais libertários e igualitários. Por outro lado, conscientes dos efeitos dilacerantes e dos processos de desumanização que o siste-

⁵² Dados do 14º Ciclo de Levantamento de Informações Penitenciárias referente à sondagem do primeiro semestre de 2023 e publicado pela Secretaria Nacional de Políticas Penais. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-lanca-levantamento-de-informacoes-penitenciarias-referentes-ao-primeiro-semester-de-2023>

⁵³ Dados da 17ª edição do Índice Global da Paz publicado pelo Instituto de Economia e Paz. Disponível em: <https://www.economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2023/09/GPI-2023-Web.pdf>

ma de justiça criminal segue operando, torna-se imprescindível a criação de caminhos de cuidado que permitam que lutas contra os processos de aniquilação sejam travadas, que garantam a possibilidade de outras produções de subjetividades e que fomentem construções de estratégias mais pautadas no bem-estar de todas, todos e todes.

Tomados por tal ideário e no esteio dos resultados de mais de uma década de pesquisas sobre o campo prisional realizadas no âmbito do Laboratório de Estudo sobre Trabalho Cárcere e Direitos Humanos da UFMG foi criado, em 2021, um projeto para oferecer atendimento psicológico a familiares e sobreviventes do sistema prisional, a Rede de Psicólogas(os) Voluntárias(os) (Rede Psi), que compõe um dos eixos de atuação do programa de extensão universitária Culthis: Espaço de atenção psicossocial à pessoa presa, ao sobrevivente do cárcere e familiares.

Como um programa de extensão, o Culthis se estruturou como um projeto de pesquisa-intervenção desenvolvido no campo prisional de Minas Gerais e tem atuado em três frentes principais: 1) espaço de acolhimento psicossocial, 2) formação de estudantes, pesquisadores e profissionais que trabalham com o tema e 3) articulação política visando pautar reivindicações relacionadas ao sistema prisional em espaços institucionais.

Este capítulo explora a criação e o desenvolvimento da Rede Psi objetivando apresentar o trabalho que vem sendo realizado pelo grupo de psicólogas(os) e estudantes que compõem a rede, bem como discutir os desafios enfrentados

e as potências deste dispositivo clínico-político no atendimento à população-alvo do sistema de justiça criminal.

2. Surgimento da Iniciativa

Os desafios psicossociais que a experiência do encarceramento impõe à vida das pessoas atendidas pelo programa Culthis passam, como vimos, por um conjunto de violações e violências sistemáticas e estruturais por parte da sociedade e do Estado, entre elas a separação forçada do convívio social, o estigma social, a incerteza sobre o futuro, as visitas a um ambiente hostil, as revistas vexatórias, as diversas humilhações, e geram sentimentos como ansiedade, culpa, raiva, tristeza, inferioridade, desesperança e abandono.

As barreiras sociais e estruturais, como a falta de moradia, emprego e acesso a serviços de saúde e educação, aliadas ao estigma da prisão, tornam desafiador o processo de (re)inserção das pessoas sobreviventes ao cárcere, perpetuando ciclos de marginalização e violência, sendo exponenciadas para os familiares que têm um membro da família preso.

Nesse contexto, torna-se evidente a urgência de políticas e práticas que tenham o objetivo de oferecer suporte psicossocial adequado aos familiares e sobreviventes, reconhecendo e enfrentando os impactos do encarceramento na vida das pessoas e na sociedade.

Durante o processo de criação do Culthis, as demandas apresentadas pelas pessoas atendidas eram escutadas e transformadas em iniciativas, dentro das possibilidades

e dos recursos disponíveis. O acolhimento psicossocial se constituiu como um primeiro espaço prático de cuidado. A princípio, a busca por atendimento psicológico era uma demanda que se apresentava de maneira esporádica e difusa. Quando chegava, ela era encaminhada por meio de um pedido da professora e então coordenadora do Culthis, Dr^a. Vanessa Barros, a alguns de seus ex-alunos do curso de Psicologia da UFMG. Era um pedido-convite, aceito por muitos, que pressupunha atendimentos a preço social, às vezes gratuitos.

Em 2019, 12 anos após a criação do Culthis e frente a um grande aumento nas demandas por atendimento psicológico por parte das pessoas que chegavam, sentimos a necessidade de ampliar a nossa rede de encaminhamentos para atendimento psicológico. Nessa ocasião, organizamos um encontro no Conselho Estadual de Psicologia de Minas Gerais, no qual o programa foi apresentado, bem como as questões que permeiam a prática do projeto e as teorias que usamos como base de nossas intervenções e pesquisas, entre elas a Clínica Política, a Criminologia Crítica, o Abolicionismo Penal e a Ergologia.

A experiência desse chamamento foi a origem do que hoje chamamos de Rede Psi. À época, a ideia era encontrar, reunir e mobilizar um grupo de profissionais da psicologia interessado em trabalhar com as questões decorrentes do universo prisional, que se engajasse em um processo de construção de uma prática clínica pautada em princípios éticos políticos erigidos pelo campo dos direitos humanos e que se disponibilizasse a atender às demandas que recebíamos por um preço social que era definido pelo profissional.

Partíamos, para pensar a prática clínica, da ideia de sofrimento ético-político, tal como trabalhada por Sawaia (1999), compreendendo que a violência de Estado está atrelada às condições sociais e históricas que produzem e perpetuam a exclusão e a marginalização e que, através das estruturas de poder, exacerbam desigualdades. Nesse sentido, é fundamental que a clínica reconheça a subjetividade como atravessada pela história e pelas relações de poder e que o trabalho clínico se insira nesse contexto de luta por direitos (KOLKER, 2018).

Percebemos, com base no aporte teórico que utilizamos em nossa prática de acolhimento psicossocial, especialmente a partir dos nossos estudos sobre clínica política que, em primeira instância, o preço social não seria uma proposta que chegaria ao público atendido. Compreendemos ainda que seria essencial que as(os) psicólogas(os) da Rede tivessem formação e acompanhamento de perto, dentro do nosso programa, para que compreendessem as vivências que estavam cuidando, as delicadezas da prática clínica com essas pessoas, para que não fossem mais uma peça no ciclo interminável de violações e legitimações de violências e estigmatizações sociais a que essas pessoas estavam submetidas.

Sustentar a prática clínica fora do plano da lógica do mercado, sem a mediação do dinheiro, sem quaisquer condicionantes para além do desejo de quem nos buscava, de modo acessível, horizontal e o mais livre possível dos códigos de poder, pareceu-nos ser condição fundamental para o trabalho funcionar.

Um ponto também essencial de nossa proposta é o engajamento em uma prática clínica que se distancie de perspectivas

classificadoras, despolitizadas e ancoradas em uma dicotomia indivíduo/coletivo. Como Cristina Rauter (2010) nos aponta,

os discursos psi sempre buscaram encontrar nos indivíduos as causas do crime e, ao fazer isso, deixavam de lado considerações quanto ao contexto histórico e político dos fenômenos relacionados à criminalidade. Parece-nos suficientemente demonstrado que transformar o crime em doença atende a um objetivo político, de controle social (p. 196).

Dessa forma, em 2021, houve o primeiro processo seletivo para compor a nossa Rede Psi.

3. Estrutura e Organização da Rede Psi

A Rede Psi está atualmente composta por um grupo de 12 psicólogas e psicólogos voluntários(as) que se reúnem mensalmente em um espaço de supervisão técnica e teórica. Esse espaço está estruturado como um dispositivo clínico político⁵⁴ de escuta que se coloca, portanto, em diálogo com diferentes linhas da psicologia e com diferentes saberes. As(os)

⁵⁴ A noção de dispositivo clínico político está aqui ancorada na experiência desenvolvida pela Equipe Clínico Grupal do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro. O trabalho realizado por eles tem nos guiado nesse processo de criar e sustentar um projeto clínico com pessoas afetadas pela violência do Estado. Para Benevides (2002, p.136), “a clínica – aqui investida de seu caráter dispositivo – empreende um mergulho no campo das enunciações – sempre coletivas – do desejo, expressão de agenciamentos maquínicos de toda ordem”. Há, portanto, a marca de uma indissociabilidade entre a clínica e a política.

Nota-se que o conceito de dispositivo trabalhado pelo grupo está fortemente amparado na perspectiva foucaultiana, que o compreende como modo de mobilização de subjetividade, modo de compreensão, feito em articulação com diferentes saberes, daquilo que estrutura uma situação social (Foucault, 1988), bem como na concepção de Deleuze (1990), que pensa o dispositivo como “máquina de fazer ver e fazer falar” (p.155).

psicólogas(os) estão, portanto, alinhadas(os) às diferentes abordagens de atendimento clínico. A supervisão parte de uma escuta de orientação psicanalítica, posicionada de modo horizontalizado com os diversos saberes que se apresentam. A tarefa é tecer redes pelo fio da palavra, redes que tragam sustentação aos profissionais que se dedicam à escuta dos casos que chegam ao programa, redes que possam construir estratégias terapêuticas, redes que sejam amparo e cuidado dos efeitos subjetivos causados por violências institucionalizadas, mas que também mobilizem a produção de subjetividades outras. O ponto de enlace está na dimensão política inerente e indissociável da clínica.

Esses profissionais contam ainda com o apoio de estudantes extensionistas inseridos no Culthis. Cada caso atendido por um profissional da Rede é também referenciado por um estudante que faz o acompanhamento psicossocial. Formações são frequentemente ofertadas pelo programa aos estudantes e aos profissionais.

A seleção dos profissionais voluntários segue os seguintes critérios: ter registro ativo no CRP, possuir cadastro na plataforma e-psi, ter disponibilidade para as supervisões mensais e para as reuniões semestrais com a coordenação do Culthis e disponibilidade para assumir pelo menos um caso.

Os atendimentos, bem como as supervisões, seguem a modalidade on-line. Considerando esse contexto, tomamos o cuidado de apenas encaminhar à Rede Psi aquelas pessoas com condições psicossociais que possibilitem o acesso a essa modalidade, respeitando as singularidades de cada caso. Importante

também ressaltar que compreendemos o Culthis e a Rede, não como mecanismos substitutivos, mas em seu princípio articulador com as políticas públicas de saúde mental da cidade, ampliando e transmitindo os conhecimentos produzidos na universidade para a comunidade na qual ela está inserida. Nossa defesa é pelo fortalecimento das políticas de seguridade social.

Outro cuidado essencial para o bom funcionamento da nossa rede de psicólogas(os) voluntárias(os) é que mesmo aquelas pessoas que já não apresentem demandas psicossociais aos extensionistas do Culthis continuem sendo referenciadas por estes enquanto estiverem sendo atendidas por uma psicóloga ou um psicólogo da Rede Psi. Dessa forma, garantimos que essa pessoa mantenha vivo o vínculo com nosso programa e sinta-se confortável a dizer o que pensa e sente sobre os atendimentos recebidos, além de não abandonarmos o que é tão norteador da nossa prática: o acolhimento psicossocial longitudinal.

Dessa maneira, a nossa Rede segue princípios de respeito e valorização das histórias de vida das pessoas atendidas, o que envolve a criação de um ambiente seguro e acolhedor, onde se possam compartilhar experiências sem medo de julgamento, centrando-se na justiça social, com o objetivo de romper com as práticas opressivas do sistema penal.

4. Desafios e potencialidades no trabalho clínico-político

A virtualidade permeia a maior parte dos desafios enfrentados nos atendimentos propostos pela Rede Psi desde a sua criação. O contexto psicossocial das pessoas que chegam ao

Programa Culthis, em sua maioria, impõe desafios estruturais significativos. Entre esses desafios estão o acesso a uma internet de qualidade e a um dispositivo que permita a conectividade, bem como a garantia de um ambiente estruturado, seja em casa ou em outro local, que assegure privacidade e conforto durante o atendimento. Além disso, surgem desafios clínicos, frequentemente relacionados a casos de maior gravidade, que exigem acompanhamento presencial.

Nessas circunstâncias, é prática corrente fazer o encaminhamento para atendimento psicológico na rede de saúde mental do município de residência, com o acompanhamento da(o) psicóloga(o) e da(o) extensionista responsável pelo caso. Tal acompanhamento, sobretudo nos primeiros contatos com as estruturas da política pública adequada à demanda, visa garantir a facilidade de acesso e o sucesso do encaminhamento.

O atendimento psicoterapêutico de crianças também encontra desafios significativos na virtualidade. Muitas vezes, é difícil identificar ambientes propícios, seja por impedimentos estruturais ou pela falta de compreensão dos pais e cuidadores sobre a importância de garantir privacidade e conforto durante as sessões. Ademais, frequentemente recebemos demandas que refletem mais o desejo dos pais, para que a criança ou o adolescente passem por atendimento, do que da própria pessoa a ser atendida.

Implicar os profissionais da Rede Psi nos atendimentos e nas capacitações propostas pelo Culthis constitui outro desafio significativo. Os editais de chamamento para o

processo seletivo pressupõem o interesse nos processos de aprendizagem e produção de conhecimento acerca do campo prisional. No entanto, considerando a estrutura capitalista em que todos estamos inseridos, a disponibilidade de tempo e os desafios enfrentados para se dedicar a um serviço voluntário demandam investimento e dedicação. Essa dedicação está intrinsecamente ligada à militância e ao desejo de se implicar em transformações sociais, o que sustenta e retroalimenta o engajamento dos profissionais.

Trazer a psicoterapia ao cotidiano de uma pessoa extremamente vulnerabilizada pela violência estatal é também desafiante. A concepção de uma psicologia que pense a prática clínica às estruturas não privilegiadas da sociedade (sem a disponibilidade de tempo, recursos financeiros ou espaço físico adequado) representa um obstáculo considerável. Pensar em tempo, rotina e frequência em processo terapêutico para uma pessoa completamente exaurida pela máquina de moer gente trabalhadora é algo que foge, muitas vezes, do possível. Muitas pessoas atendidas pelo programa nunca consideraram a possibilidade de buscar apoio psicológico, visto que a terapia é associada a um status social elevado. É, portanto, necessário que a psicologia se reinvente e dribles a sua história como serviço destinado a privilegiados, moldando suas propostas para atender às demandas das camadas mais vulnerabilizadas da nossa sociedade.

Junto aos desafios diversos constatamos diariamente as igualmente diversas possibilidades de cuidado e, sobretudo de

produção de desejo e de vida, justamente ali onde só se esperam a segregação, o silenciamento e a morte. Até o momento 58 pessoas já foram atendidas e acolhidas pela Rede Psi, sendo, dessas, 52 adultos e 6 crianças. E 20 psicólogas(os) já passaram pela Rede, sendo que 12 estão ativas(os) no momento.

Um extrato de um caso único, entre as tantas pessoas atendidas semanalmente pela Rede, permite-nos avistar possibilidades de mobilizações, renovações e de potência desse espaço de trabalho.

Uma mulher, 35 anos, mãe solo de 5 filhos, dependente de álcool. Mora com a mãe, dividindo um quarto com todos os filhos, em um apartamento onde também residem os irmãos. Uma mulher despedaçada pelas violências físicas e psicológicas do pai de seus filhos, pelos conflitos com a mãe, pelas dificuldades de lidar com o uso do álcool, pelo vazio de si que assume formas de expressão no corpo, pela miséria. Em um suplício de uma existência menos mortificada, perambula pela cidade, insere-se em serviços diferentes, faz uso, a seu modo, desses espaços, assim como de todas as propostas de atenção e cuidado que lhe chegam. Medicamentos de todas as ordens se somam e fazem matéria do tipo de “almoço” que lhe parece possível.

Ela vai atrás do pai de seus filhos. Ele, após um período cumprindo pena na prisão, está em situação de rua e é rejeitado pela família dessa mulher. Ela vai lhe demandar fraldas. Ele, conhecedor da dinâmica da rua, parece acessar locais de doação com maior facilidade. Uma conversa, uma briga. É, mais uma vez, agredida, e pede socorro. No ponto

de ônibus, logo ali onde a violência ocorre, algumas pessoas assistem à cena como um espetáculo. Seu pedido de socorro é inaudível, é sistematicamente silenciado.

Abandonou a casa em que morava em função de uma infestação de ratos. No prédio da mãe, seu comportamento é tomado como desordeiro e criminoso, beira a sua expulsão pelo síndico, que notifica, faz boletim da ocorrência, faz ver e sentir que sua presença é indesejada.

Reconhece que a mãe faz muito por ela, em verdade, mais para seus filhos. Contudo, refere-se a ela como “senhorio”, sendo que ela e seus irmãos são os escravos.

Diferentes formas de abjetar são inscritas em seu corpo, sentidas e ressentidas, e desdobradas em um poder de agência, aquele que, por vezes, parece-lhe o único modo possível: dizer de seu desejo de se matar. É sentada na mesa de um bar do centro da cidade, exatamente no horário combinado para um atendimento com uma das profissionais da Rede Psi, que ela faz escutar seu dizer. A psicóloga acolhe, maneja. Ela abruptamente desliga. A psicóloga insiste na continuidade do atendimento. Ela aceita. Frente à ruptura com o viver, a psicóloga lhe oferta mediação. Em um primeiro gesto, mediar uma briga recente com a mãe. A proposta se mostra assertiva. Agora é ela quem acolhe. Após uma ligação da mãe, ela retorna para a casa.

De uma outra ponta da história está sua mãe, que recebe a chamada de uma psicóloga que acompanha sua filha. Sua reação é de genuína surpresa: *“Eu não conseguiria imaginar*

que houvesse alguém nesse mundo que se importasse com minha filha". Uma frase que abre para muitas outras. Ao final agradece, ela mesma não sabia o quanto tinha a dizer, e logo depois entra em contato com a filha.

Nesse processo de construção investido há uma aposta firme no *"manancial de formas de existência, germe de direções que extrapolam as estruturas de comando e os cálculos dos poderes constituídos"* (PELBART, 2008, p. 3). Frente às dinâmicas aniquiladoras do viver, erguer pontes, abrir caminhos para um outro lugar existencial, desnaturalizar uma lente mortífera que não é propriamente dela, mas instrumentalizada pela racialização da experiência de poder.

Por fim, digno de nota e ao contrário do que poderíamos pensar ser um ponto central da busca pelo atendimento psicológico por esse grupo, o que temos experimentado com esse trabalho é um interessante movimento das pessoas atendidas em se desvencilharem das narrativas a respeito das marcas de violência experimentada cotidianamente pelo universo prisional. Não se trata de uma busca de esquecimento ou de um não investimento no trato dessas questões, mas de almejar a dissolução dos lugares existenciais tão naturalizados e estigmatizados. Um movimento que nos aponta para a busca pelo rompimento com os aprisionamentos a que estão submetidos, de modo a agenciar caminhos mais livres para a potência do viver.

5. Conclusão

A criação da rede de psicólogas(os) voluntárias(os) dentro do projeto de extensão universitária representa, a nosso ver,

um marco significativo na oferta de atendimento psicológico a familiares e sobreviventes do sistema prisional. A iniciativa não só tem proporcionado suporte psicológico, mas também contribuído para a construção de alternativas às precárias condições materiais de existência, para a criação de novas significações e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas atendidas. A experiência da Rede Psi, em seus inúmeros desafios, revela muitos limites em sua atuação. Por outro lado, entendemos que o trabalho já realizado aponta caminhos possíveis e reforça a importância de projetos similares e o papel transformador das universidades na sociedade.

Por fim, é preciso sempre ecoar as reflexões de Angela Davis (2003) sobre a necessidade de abolir práticas penais e construir alternativas que promovam a justiça e a equidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATTA, A. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução a sociologia do direito penal*. 6 ed. Editora Revan, 2011.

BENEVIDES, R. Clínica e social: polaridades que se opõem/complementam ou falsa dicotomia? In: C. Rauter, E. Passos, & R. B. de Barros (Eds.), *Clínica e política: subjetividade e violação dos Direitos Humanos* (pp. 123–139). Equipe Clínico-Grupál, Grupo Tortura Nunca Mais - RJ. Instituto Franco Basaglia/Editora TeCorá, 2002.

DAVIS, A. *Are Prisons Obsolete?* Seven Stories Press, 2003.

DELEUZE, G. (1990). ¿Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault**, filósofo (pp. 155–161). Gedisa, 1990.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade** I: A vontade de saber (M. T. da C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque (trans.); 13 ed. Graal, 1988.

FOUCAULT, M. (2013). **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 41 ed. Editora Vozes.

KOLKER, T. Atenção psicossocial a afetados pela violência de Estado – subsídios e contribuições para a construção de uma política pública. In: Pires, D. L., & Silva, F. M. (Orgs.). **Clínica Política** - A experiência do Centro de Estudos em Reparação Psíquica lá em Acari. Instituto de Psicologia UFRJ, 2018.

PELBART, P. P. Vida e Morte em Contexto de Dominação Biopolítica. In: **O fundamentalismo contemporâneo em questão**. Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP, 2008.

RAUTER, C. Discursos e práticas psi no contexto do grande encarceramento. In Abramovay, P. V., Batista, V. M. **Depois do grande encarceramento**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: B. SAWAIA, M. B. WANDERLEY, M. VÉRAS, D. JODELET, S. PAUGAM, T. C. CARRETEIRO, S. L. MELLO, & P. A. GUARESCHI (Eds.), **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social (pp. 97–117). Editora Vozes, 1999.

ZAFFARONI, E. R. **Em busca das penas perdidas**: a perda de legitimidade do sistema penal. Editora Revan, 1991.

ENTREVISTA COM DONA TERESA⁵⁵

**Carolyn Reis Barros
Guilherme dos Santos Azevedo Cardoso**

Entrevista realizada com Maria Teresa dos Santos no dia 3 de junho de 2024 na sala da Congregação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) da Universidade Federal de Minas Gerais⁵⁶.

No dia 3 de junho de 2024, Dona Teresa - como é mais conhecida Maria Teresa dos Santos - nos concedeu a honra de uma entrevista ao longo da tarde daquela segunda-feira. Nós já conhecíamos partes de sua história por causa de outros momentos e espaços de compartilhamento, mas ainda não havíamos tido a possibilidade de organizar essa história em um só lugar.

Quando iniciamos a ideia de fazer um livro sobre o Culthis: Espaço de Atenção Psicossocial às Pessoas Presas, Sobreviventes do Cárcere, seus Familiares e Amigos, um dos capítulos que sabíamos que não poderia faltar era o de uma entrevista com Dona Teresa. Ela tem sido, pelo menos desde 2007, uma grande referência, em Minas Gerais e no Brasil inteiro, na luta contra as prisões e pelo abolicionismo penal. Não nos cabe, nessa breve introdução, apresentá-la, pois ela

⁵⁵ Na transcrição desta entrevista, optamos pela reprodução quase literal de seu conteúdo. Assim, apenas retiramos alguns trechos e fizemos ajustes gramaticais para facilitar a leitura.

⁵⁶ Agradecimentos a Diego Santos pela ajuda na gravação da entrevista e a Rodrigo Pereira pelo auxílio na transcrição.

fará isso ao longo deste capítulo. Reservamos este espaço, então, para ressaltar, desde já, a importância dessa mulher para a atuação do Culthis.

Quando organizamos, em 2018, a primeira edição do Curso de Desencarceradoras Populares⁵⁷, o principal objetivo era a formação de várias Donas Teresas para que outras familiares, sobreviventes do cárcere e militantes se engajassem na luta pelo abolicionismo penal.

Acompanhar Dona Teresa sempre nos traz esperança na construção de um projeto de sociedade mais justo, sem prisões, quaisquer delas. Esperança, aqui, não diz respeito a um sentido genérico de fé em um futuro melhor. Pensamos em esperança a partir de Paulo Freire (2021), que nos mostra que a esperança é muito mais do que um atributo de alguns indivíduos, mas é parte constituinte de todos(as). Temos esperança, pois, enquanto seres humanos, somos inacabados, fazemos parte de uma história que está sempre em movimento e que, de uma forma ou de outra, vai mudar. Temos esperança, pois não nos deixamos levar por discursos fatalistas que situam a prisão enquanto a única forma possível de lidar com os conflitos, como se ela fosse uma entidade indispensável às sociedades. Temos esperança, pois, ao ver as ações de Dona Teresa, entendemos que, para transformar a realidade de maneira radical, é preciso lutar.

⁵⁷ A primeira edição do Curso de Desencarceradoras Populares (Despop) foi fruto de uma parceria entre o Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos - do qual o Culthis faz parte -, a Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação da Liberdade de Minas Gerais e do Instituto DH - Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania. No capítulo 5, contamos um pouco mais da história do Despop.

Freire (2019), certa vez, refletiu sobre a pergunta “*tem jeito o Brasil?*”, no que ele afirmou que sim, “*mas, tem jeito na medida em que nos determinamos a forjá-lo. Nenhum jeito aparece por acaso*” (p. 66). Então, se nos perguntam “*é possível acabar com as prisões?*”, respondemos que sim, mas que isso não acontece da noite para o dia, é preciso que as formas como acontecem as relações sociais que dão base para a existência da prisão sejam questionadas e modificadas cotidianamente.

Enquanto integrantes de um programa de extensão universitária, refletimos, então, como podemos questionar a lógica imposta em nossas práticas cotidianas. Um caminho possível é pensar em qual conhecimento queremos construir, pois uma ciência que esteja comprometida com a transformação radical da sociedade não pode se apartar das experiências vividas pelas pessoas e, nesse caso, por aquelas diretamente afetadas pelo cárcere, em especial as famílias de pessoas presas. É por isso que, ao longo dos anos de atuação do Culthis, Dona Teresa tem sido mais do que uma inspiração, mas uma parceira, pois estamos lado a lado na realização de diversas atividades de formação e de militância.

Esperamos, assim, que a história contada nas próximas páginas seja fonte de esperança para todos e todas que tiverem contato com ela. Que possamos nos inspirar em Dona Teresa a fim de pensar em como cada um de nós, seja na militância, na universidade, ou onde quer que esteja, pode se empenhar na luta contra as prisões.

Entrevistadores:

Dona Teresa, então, para a gente começar, conta um pouco para a gente quem é a senhora, de onde a senhora é, um pouco da sua trajetória laboral.

Dona Teresa:

Meu nome é Maria Teresa de Santos, mas todo mundo me chama de Dona Teresa. Eu nasci em Teófilo Otoni, Minas Gerais, vim para Belo Horizonte com 4 anos. Eu morei no Barreiro dos 4 aos 10 anos. Quando eu estava com 10 anos, eu perdi meu pai, aí eu fui morar em um colégio interno, que é o Instituto Batista Mineiro, fica em Santo Afonso, que é um bairro de Betim, e depois eu saí de lá com 14 para 15 anos, aí fui trabalhar em casa de família. Quando eu saí de lá, eu já tinha feito a quarta série, mas naquela época a gente tinha muita dificuldade. Colégio era só pago, então com a bolsa eu estudei até a sétima série, mas não concluí a sétima série, aí depois eu tive meu namorado, tive filhos, eu tenho cinco filhos, um falecido, e atualmente eu moro no Jardim Industrial em Contagem.

Entrevistadores:

O seu nome é Maria Teresa dos Santos, mas as pessoas te conhecem pelo Brasil afora, pelo mundo, como Dona Teresa, especialmente nesse contexto da luta antiprisional. Como começa a sua relação com o cárcere, como é que você inicia sua militância antiprisional?

Dona Teresa:

Pela dor, né, porque às vezes a gente não quer estar em um lugar, mas a gente acaba sendo jogado nele. O meu

terceiro filho, Ítalo, era um menino extremamente inteligente. E eu sempre procurei colocar meus meninos para estudar em uma escola que fosse longe ali da comunidade, para que eles não se envolvessem em coisas erradas, porque a maioria dos meninos de uma comunidade lá onde tinha um tráfico mais intenso estudava na mesma escola. O Ítalo cresceu e tirou carteira de motorista e foi trabalhar. Aí um dia ele saiu para uma festa, e ele tinha um carro, um Vectra CD novo. Deu um bololô nesse lugar, um cara queria matar eles lá, e eles saíram correndo, quando Ítalo chegou do lado de fora, o carro dele estava preso, ele não conseguia tirar o carro, porque o carro de trás e o da frente estavam colados no carro dele, então eles empreenderam fuga, dobraram umas três esquinas para frente, um rapaz estava estacionando, com o portão da garagem aberta, eles tomaram o carro do rapaz de assalto, e no outro dia ele foi com o carro do cara e deixou o carro na rua, onde ele tinha roubado o carro, para ir pegar o carro dele que estava lá. Alguém viu ele deixando o carro e seguiu ele, e aí na hora que ele entrou no carro dele, eles anotaram a placa. Quando ele estava na BR, a polícia viu o carro dele e ele foi preso. Foi a Estefânia que deu falta dele porque ele ligava o tempo inteiro. Ela ligou para ele e aí quem atendeu foi um policial, falou que ele estava preso, e aí a gente se assustou muito com aquilo, né. Aí fomos lá saber o que aconteceu, e eu fiquei muito indignada porque o carro do cara estava lá estacionado, um Celta velho, assim muito ruinzinho, e eu me perguntava, *“esse menino tem um carro novo, por que que ele foi roubar esse carro?”*, porque até então a gente não sabia o que tinha acontecido, né. Ele estava na

delegacia, mas foi encaminhado depois para o Ceresp⁵⁸ da Gameleira, e aí a gente tentava fazer cadastro para visitar ele e não conseguia, porque cada vez que eu ia lá eles me pediam uma coisa diferente, e assim, eu não sou uma pessoa muito dotada de paciência, que já estava me incomodando a quantidade de vezes que eu já tinha ido lá só para fazer um cadastro, aí da terceira vez eu perguntei à moça se ela não tinha um papel para me dar, com tudo escrito para eu providenciar tudo de uma vez. Ela falou comigo que não, que era só aquilo que estava faltando, aí eu providenciei, que era o atestado de bons antecedentes da Polícia Federal, e fui pela quarta vez para fazer o cadastro. Ela falou comigo que eu tinha que ter autenticado todos os documentos, sendo que eu estava levando a xerox, e aí eu já voltei para casa indignada. Quando voltei, eu falei “tá, agora eu consigo”, aí eles falaram que eu tinha que ter o xerox da identidade de Ítalo, e o Ítalo tinha sido preso, os documentos dele estavam com ele, e aí eu falei *“então a senhora faz um favor para mim de ir lá na cela onde ele está e pede a ele os documentos dele”*. Eu até hoje me pergunto o que aquela moça entendeu que eu falei com ela porque essa mulher me xingou assim de tudo quanto é nome. E aí tinha um pessoal do lado de fora que ia entregar kit, e eu pedi que alguém chamasse a polícia, na minha ilusão eu achava que a polícia ia chegar lá e ia buscar a identidade dele lá dentro e me entregar, né?

Quando eu saí do lado de fora, a Maria de Lourdes da Pastoral Carcerária estava lá entregando uns kitinhos para as famílias que estavam ali, convidando para um encontro, que tinha uma turma de professores e advogados fazendo uma

⁵⁸ Centro de Remanejamento.

reunião para a gente entender essa questão do encarceramento. Aí eu fui na reunião e aí eu comecei a minha militância por aí. Eu fui pela dor porque eu nunca imaginei que eu teria um filho privado de liberdade, porque na minha família ninguém nunca tinha sido preso. O meu irmão Valmir, que era o mais velho de todos, foi detido uma vez por vadiagem, lá atrás. A viatura abordou ele duas vezes na rua no mesmo dia, e aí pediram a carteira de trabalho e ele não tinha, ele foi conduzido ao segundo distrito por vadiagem, mas logo que a Polícia Militar passou ele para a Polícia Civil, foi liberado. Então, assim, a gente não sabia o que era cadeia.

Entrevistadores:

Quando a senhora conta da reunião da Lourdes, era uma reunião com as familiares pela Pastoral?

Dona Teresa:

Não, era a reunião do grupo de amigos e familiares, que é o que depois, na hora de fazer o registro em cartório como CNPJ, se tornou a Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade. Nessa reunião, eles estavam convidando os familiares, porque os professores e advogados já tinham decidido que eles não construiriam nada que fosse atender o que a gente precisava sem nos ouvir, porque, no entendimento deles, as coisas não estavam dando certo porque tudo era construído sem a participação dos familiares, que era quem era impactado com aquilo. Na época dessa reunião, tinha muita gente, alguns a gente esquece, mas tem uns que a gente lembra bem, Alessandra, Laila, Vanessa, Virgílio, Laura, Pedro Tone, Flávio, Joviano.

Uma das coisas que fez esse pessoal se reunir para criar a associação foi que os meninos das brigadas populares faziam ocupações, que eram terrenos que estavam abandonados, que as pessoas que não tinham residência ocupavam para construir suas moradias. Quando eles estavam articulando essas ocupações, descobriram que, no meio daquela turma, tinha um monte de menino [das brigadas populares] que era estudante de Direito da UFMG, e aí eles focavam em querer saber da condição, do processo, do que estava acontecendo com o familiar dele que estava preso, porque eles não tinham notícia, porque a maioria deles eram assistidos pela Defensoria Pública. A Defensoria atua no processo, mas não tem tempo de ficar visitando preso e nem dando retorno para família.

Foi daí que nasceu o grupo de amigos. Depois, em 2007, quando aconteceu a reunião, o Pedro Otoni fazia formação política com a gente, para mim foi muito bom, e eu creio que para as outras famílias também, para a gente entender toda essa dinâmica do porquê que o pessoal da periferia vai tão facilmente para o cárcere. E aí decidimos que, para ter mais legitimidade, a gente precisava de criar um CNPJ, de se tornar uma pessoa jurídica, e aí teve a eleição para a primeira diretoria da associação. Entendemos que todos os membros da diretoria da associação tinham que ser familiar de pessoas presas, e aí eu fiquei como presidente.

Entrevistadores:

Essa primeira reunião que a senhora participou, a senhora já contou em outros espaços e ela é boa de ouvir. Quando a senhora chegou para essa reunião, quem estava lá? E a desconfinança que tinha?

Dona Teresa:

Eu tinha tomado muita lambada nesse período que ele [Ítalo] estava preso. Eu era membra de uma igreja, aí o pessoal se afastou de mim como se um filho preso fosse uma lepra que fosse contagiar as pessoas. Eles não queriam nem sentar perto de mim na igreja, os bancos do meu lado ficavam vazios, até o dia que eu resolvi levantar e sair, não voltava mais. Aí eu tomei um golpe de um advogado, eu paguei e descobri que nem na audiência ele foi, e eu não sabia que eu tinha que fazer um contrato. E aí quando eu chego nessa reunião, estava um monte de gente rico, porque a gente que é da periferia, a gente olha que a pessoa tem dinheiro, você sabe que aquela pessoa não é do nosso meio, a maneira de falar, a maneira de vestir, até o perfume que a pessoa usa, a gente sabe que é coisa que com o nosso dinheiro a gente não compra, e aí na hora que eu cheguei lá na reunião, eu lembro como se fosse hoje, a primeira pessoa que conversou comigo foi a professora Vanessa Barros, e ela veio me abraçar, e, na hora que ela me abraçou, a minha mente trabalhou rápido, “*vou tomar outro golpe*”. Aí que aquela moça branquinha, educada, aquele povo todo formado em Direito, em Psicologia, eu não achava que eu ia tirar nada de bom daquilo ali. Eu abracei ela porque eu estava muito carente de um abraço, e aí eles conversaram comigo, aquilo me quebrou por dentro, porque, antes de falar, eles primeiro me ouviram, e eu precisava falar daquilo que estava me matando, despejar aquela raiva, aquela dor, aquela angústia para fora, porque na minha igreja já tinha me abandonado, a minha família não queria saber de mim, a minha mãe ia lá na minha casa só para buscar o que ela queria, a minha família não perguntava pelo o meu filho, ninguém interessava saber dele.

Eu estava bem machucada, mas naquele espaço eu me encontrei, eu achei um lugar que me cabia com toda aquela raiva, com toda aquela frustração, com toda aquela angústia, um lugar onde eu pude descobrir que eu não era culpada por aquilo que ele fez, porque quando passou um tempo que ele estava preso, eu comecei a trazer para mim a responsabilidade da prisão dele, eu achava que falhei em alguma coisa, errei alguma coisa, bati pouco, eduquei pouco, mandei para a igreja pouco, eu achava que a culpa era minha, e até que eu entendi que aquela culpa não era minha.

Entrevistadores:

Essa história do começo, do surgimento do grupo, a senhora já citou aí como que cada, digamos assim, como que a universidade estava presente, com a Vanessa, com o Virgílio, as brigadas populares, os estudantes, os alunos, citou vários nomes. A senhora lembra quais eram os objetivos iniciais do grupo, e se esses objetivos se mantêm hoje em dia? O que foi mudando ao longo do tempo?

Dona Teresa:

Algumas coisas mudaram, mas algumas coisas ficaram. Quando o grupo de amigos começou, era para fazer formação política com os familiares, para a gente entender quais eram os nossos deveres e os nossos direitos. Então isso foi o foco principal daquele primeiro momento, daquelas primeiras reuniões. E aí o grupo foi sendo construído, nos foi ensinada a Lei de Execução Penal⁵⁹, o pacto de Mandela⁶⁰. Ali naquele

⁵⁹ Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

⁶⁰ Regras de Mandela: regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos.

primeiro momento, a gente tinha uma reunião mensal, que depois foi enchendo muito, ela se tornou quinzenal e depois semanal. Nessas reuniões, tinha um espaço de atendimento com o psicólogo para a gente entender aquele sofrimento todo e como lidar com ele. E aí quando o grupo começa a caminhar, a gente começa a desenvolver campanhas de coisas que eram necessárias. Teve a campanha da revista vexatória, do fortalecimento da Defensoria Pública, contra a parceria pública-privada (PPP), por moradia e uma por educação.

Depois que o grupo foi crescendo, algumas coisas foram saindo e outras foram entrando. Por exemplo, em relação à campanha da revista vexatória, o Estado passou a colocar o scanner corporal⁶¹, que era o que a gente pediu. E aí coloca-se o scanner nas unidades prisionais, mas aquilo que era para ser bom acabou também sendo ruim em outras partes, porque o Estado não capacita as pessoas que vão operar o body scan e essa falta de capacitação, hoje, tem sido usada para impedir a entrada do familiar na visita.

Entrevistadores:

Essa pauta da privatização teve uma atuação da associação desde o seu começo, desde quando a pauta surge aqui em Minas Gerais. Eu me lembro dos seminários que a associação organizava, espero que organize mais, que é a desconstrução das práticas punitivas, que eram temáticas e vocês faziam convites para diversas pessoas virem formar a sociedade civil, as familiares, a universidade, a respeito de algumas temáticas e essa da privatização, das parcerias público-privadas, é um movimento que teve o seu início em 2008 e até

⁶¹ Também conhecido por body scan.

hoje. Hoje você tem uma iminente tentativa de privatização do sistema prisional mineiro, o sistema socioeducativo também. Como a senhora avalia essa luta contra a privatização hoje em Minas Gerais?

Dona Teresa:

Quando a gente começou a lutar contra a privatização foi porque uma coisa ficou muito clara. Os meninos da gente estavam presos, a sua grande maioria são meninos pretos e periféricos que iam se tornar escravos de alguma empresa dentro do sistema prisional. E aí a gente lutou contra isso porque, se a pessoa está acautelada pelo Estado, é dever do Estado cuidar dela. O Estado não pode terceirizar esse serviço, tem que qualificar as pessoas que trabalham nas unidades prisionais para que elas possam trabalhar de acordo com a lei e aí, para tirar a responsabilidade de cima dele, é jogada para a parceria público-privada, um troço extremamente caro, porque o valor que se paga é muito mais alto, é quase duas vezes mais do que o gasto que tem como preço numa APAC⁶² ou numa unidade prisional estatal. E é uma forma de enriquecer pessoas, que não é justo com a sociedade, porque se você deixa de gastar um salário com um preso para gastar três salários, esse dinheiro vai vir de algum lugar e esse lugar com certeza vai ser a saúde e principalmente a educação, porque são os dois primeiros lugares onde a gente tira o dinheiro mais rápido para suprir as necessidades do campo da segurança.

E hoje, em Minas Gerais, fizeram um projeto mirabolante. Se você olhar o projeto e ler da privatização do socioe-

⁶² Associação de Proteção e Assistência aos Condenados.

educativo, você fala *“gente, mas que trem bonito?”*. Mas aí você pensa, *“por que escreveu aquele troço tão bem escrito e não é para as crianças, para os adolescentes que estão aqui fora do socioeducativo?”*, porque se eles tiverem aquele projeto aqui fora, não vão entrar para o socioeducativo, eles vão ter qualificação profissional, escola integral. Aí a privatização é um grupo de empresários que quer sobreviver da desgraça alheia.

A pessoa pega a nossa dor, o nosso sofrimento, pega o desprezo que o Estado sempre teve pelo povo periférico e transforma aquilo em lucro, quer ganhar dinheiro. É uma decepção muito grande o atual governo querer privatizar o sistema prisional do país, né? Porque foi declarado como um estado de inconstitucionalidade⁶³ e eles acham que, se privatizar, vai dar certo. E não vai, a gente já sabe que não vai. A PPP tem um monte de falhas. São pessoas que morrem de gripe por falta de assistência médica, igual morrem no sistema [estatal], são os meninos que trabalham com a empresa que não paga. Esses meninos trabalham e eles não podem recusar o trabalho porque, se recusar, é falta disciplinar grave. Se ele trabalhar e não receber, ele não tem nenhum direito da CLT⁶⁴ para procurar a Justiça do Trabalho. E é por isso que a gente não quer isso. Lá atrás, dizem que a princesa Isabel libertou nosso povo. Essa libertação ainda não chegou como ela deveria ter chegado, né? Porque, para a gente ter essa libertação de fato, a gente precisa de políticas públicas que

⁶³ O Supremo Tribunal Federal, em decisão em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF nº 347), declarou que o sistema prisional brasileiro é um Estado de Coisas Inconstitucional, pois há um contexto de violações sistemáticas de direitos.

⁶⁴ Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

realmente funcionem para a periferia, né? Para os meninos da gente não ir parar na cadeia. É uma escolha, às vezes o menino sabe que aquilo vai dar errado mas ele vai lá e faz, né? Mas tem muitos casos que essa escolha ou é aquela ou aquela, ele não tem outra, né? Ou eu faço isso ou eu morro fome, ou eu faço isso ou eu não visto, ou eu faço isso ou eu vou ser um zé ninguém, né?

Entrevistadores:

A senhora tem falado com a gente aqui na entrevista de mãe, esposa, avó. E, na nossa experiência enquanto Culthis, nas filhas das unidades prisionais, são as mulheres que estão lá. Eu queria saber se essa presença de mulheres também ocorre nas organizações políticas antiprisionais. Quem são as pessoas que compõem essas organizações?

Dona Teresa:

São pouquíssimos homens que se envolvem. Eu brinco de falar que preso só tem mãe. Na tela no Infopen do indivíduo, é o nome da mãe que aparece. E quando chega na visita, é só a mãe que vai. E dentro de casa a gente também passa por isso. O marido ou companheiro sempre falam assim “é o seu filho”, eles não falam “nosso filho”. Eles se referem ao preso como filho da mãe. “Ah, porque seu filho fez isso”, “não vai fazer almoço para mim no domingo porque ela vai visitar o filho dela”. Então, assim, o preso só tem mãe. E nessas organizações, 99% também são de mulheres. A Pastoral Carcerária Nacional hoje é presidida por uma mulher. E a Agenda Nacional pelo Desencarceramento surge da cabeça de uma mulher, porque foi a Débora Maria, que é do Mães de Maio de São Paulo, que pensou uma forma de construir alguma coisa, porque ela

criou o Mães de Maio e aí ela percebeu que a violência policial que matava os meninos em São Paulo era a mesma que matava no Brasil afora.

Tudo que envolve o cárcere, você conta mais com mulheres. As articulações, os convites, trazer um recado de um filho, levar alguma coisa, correr atrás de um remédio para a pessoa que está presa, às vezes nem é presa daquela pessoa, mas sempre tem uma mulher ali para fazer, é sempre as mulheres que estão colocando as outras para frente, que estão chamando, que estão buscando para fazer qualificação, para fazer oficina, curso, tudo, tudo, tudo, tudo é as mulheres. É tanto que nos presídios masculinos a gente consegue mobilizar com mais facilidade do que nos femininos, porque, nos femininos, são pouquíssimas as mulheres que visitam. E os homens que vão visitar, que também são bem poucos, não querem se envolver nessa militância.

Entrevistadores:

Dona Teresa, e para essas familiares que querem entrar na militância, principalmente na militância pelo grupo de amigos, como que elas fazem? É só procurar o grupo de amigos, mandar uma mensagem, como é que é?

Dona Teresa:

É só chegar. Quando a gente começou, tudo era muito difícil. Por exemplo, para acessar o processo, você tinha que ir no fórum, para você conversar com os familiares, você tinha que ir na porta das unidades prisionais, então o familiar que participava da reunião na segunda-feira, além dela trazer o relato de tudo que ela passou na visita, tudo que o familiar

dela contou de violações de direito, ela também saía da reunião com os mosquitinhos, para ela entregar na fila na próxima visita dela. Acho que foi isso que mobilizou mais. Porque a familiar chegava e falava, *“olha, eu fui ali, tem um pessoal ali que escuta a gente, tem um pessoal ali que orienta, que conversa, que fala onde que a gente tem que ir, o que tem que fazer”*, e isso para elas é muito importante porque, assim como eu, elas também não sabiam. E agora a gente tem grupos de WhatsApp, são inúmeros grupos e a gente fica nos grupos, fazemos articulações por lá, às vezes a gente faz chamada em grupo, às vezes convidamos para os cursos, para as oficinas.

Uma das coisas que tem sido um grande empecilho hoje para o trabalho da gente, para as reuniões acontecerem presencialmente, com a frequência que acontecia antes, é recurso financeiro, os familiares estão muito empobrecidos. A gestão de vagas tem tirado o preso da cidade de origem e mandado para municípios muito distantes, e isso acaba com o recurso financeiro da família, porque o deslocamento para a visita fica muito caro, ela tem que pagar passagem para ir e voltar. Dependendo do lugar, ela tem que ir um dia antes, porque no dia da visita para ela conseguir entrar, não tem ônibus para ela chegar lá a tempo, ela tem que ir um dia antes, ela tem que pagar pensão, aí tem que mandar Sedex, que também fica muito caro. Então às vezes a pessoa quer participar de uma reunião, mas ela tem uma dificuldade, ou ela não pode deixar de ir trabalhar porque não pode perder dia trabalhado ou ela não tem dinheiro para pagar duas conduções para vir e duas para voltar. Quem está nos bairros de Belo Horizonte consegue acessar fácil, mas quem está na Região Metropolitana fica mais complicado. Isso impede as

reuniões presenciais, mas o grupo é demandado 24 horas.

Entrevistadores:

E essas familiares que participam da associação, depois que a pessoa presa foi solta, elas costumam continuar na associação, na militância, ou elas preferem se afastar, como é que é?

Dona Teresa:

A maioria se afasta. Antes eu ficava revoltada, né? Quando alguém recebia o alvará e o familiar sumia, trocava até número de telefone, a gente ligava e a pessoa não atendia. E aí eu ficava com raiva, né? Aí depois eu entendi que elas passam um tempo de sofrimento tão grande que, quando a pessoa ganha liberdade, elas querem se afastar de tudo aquilo. Elas não querem nem ouvir falar em prisão. E elas se afastam não é por descaso. Elas se afastam porque elas querem mesmo afastar daquele tempo ruim, afastar daquela dor, de ficar constantemente lembrando daquelas humilhações. Mas tem familiar que fica, tem familiar que nunca deixou a associação. E tem os militantes também que começaram com associação desde o princípio que estão até hoje. Tem familiar que sai do grupo quando o familiar dela recebe o alvará, mas vem no privado e fala “eu estou aqui se precisar de alguma coisa, se precisar ir na fila, distribuir panfletos”. Mas não quer ficar no grupo para não ficar escutando todo dia aqueles relatos de sofrimento e dor. Você tem que estar com a cabeça muito tranquila para dar conta porque é muita coisa. Às vezes algumas afastam e depois até acabam voltando, mesmo sem o familiar não estar preso.

Entrevistadores:

Entendi. Você tinha comentado agora há pouco que, na

época da pandemia, as familiares te ligavam de madrugada, em outros horários, porque a situação estava mais crítica, aí eu queria saber um pouco de como foram as mobilizações da associação durante a pandemia, o que foi feito, quais foram as atividades, e também como que você avalia os impactos da pandemia para a luta antiprisional?

Dona Teresa:

A pandemia foi uma coisa muito louca, porque a gente não sabia o que era a Covid-19, então eu também não consegui informar para os familiares. A informação que a gente tinha era que estava morrendo muita gente e dava um pânico porque, dentro do sistema prisional, não existe saúde. Tem um plano nacional de saúde para o sistema prisional⁶⁵ que funciona de forma muito precária e as unidades prisionais não têm médico. E a gente não sabia como orientar os familiares. Veio aquele primeiro momento de suspender as visitas e gerou uma certa revolta, a gente conseguiu lidar com isso muito rápido, de explicar para o familiar que naquele momento era necessário suspender as visitas. Porque, se a gente pegasse o vírus aqui fora, a gente ia no posto de saúde, na UPA, no hospital. O preso morre porque tem uma gripe, porque sente uma dor, ele não consegue sair para ir ao médico. Imagine se ele pegasse Covid lá dentro. Então elas entenderam.

Aí eles criaram a tal da visita virtual, que arrumaram uma complicação que eu não sei por que o Estado tem que fazer essa perversidade. Era só pegar um telefone celular, fazer uma chamada de vídeo com o preso. Como não tem internet

⁶⁵ Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP).

[em algumas unidades prisionais], os familiares falaram que podiam colocar o chip em uma conta, que eles iam pagar a internet. Mas aí fazia a chamada de vídeo, o preso não podia conversar direito com a família, porque ficavam dois agentes prisionais nas costas dele. Então assim, gerou também muito conflito dentro da unidade prisional, porque a Polícia Penal aproveitou esse afastamento das visitas para endurecer o tratamento com os presos⁶⁶, então durante o período da pandemia eles apanharam muito, até que os advogados começaram a se sensibilizar e falar com as famílias, quando eles iam fazer atendimento, o que o preso falava. E a gente também começou a falar com os familiares para começar a observar o preso [nas videochamadas], o comportamento do preso, se ele estava olhando no olho dela. A partir disso, várias mães e mulheres começaram a perceber os presos machucados. E aí a gente fazia denúncia. E o triste é que a maioria das denúncias não deram em nada, porque você faz uma denúncia para o Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, aí o preso está lá na cela, a cela está ali a uns 50 metros, vamos assim dizer, do parlatório, e aí eles vão lá, ficam no parlatório esperando o preso, e aí o agente vai conduzir o preso da cela dele até lá, e, nesse caminho, vem batendo e ameaçando o preso. E aí quando chega lá, o preso fala que caiu, que brigou, foi com outro companheiro de cela, porque ele tem medo até de morrer lá dentro. E as mães surtavam, porque alguém falava no grupo que morreu um preso, era uma dificuldade imensa para a gente saber qual o

⁶⁶ Para mais informações sobre as violações de direitos no sistema prisional durante o período pandêmico, ver Barros, Medrado & Costa, 2020. Disponível em: <<https://desencarcera.com/noticias/relatorio-tecnico-covid-19-nas-prisoas-de-minas-gerais-o-que-nos-dizem-as-familias/>>

preso que morreu. Então até que você conseguia descobrir quem morreu, o grupo já tinha ido a loucuras, as mulheres já estavam loucas, gritando e chorando e achando que era o dela. E a gente não conseguia saber quantas pessoas estavam doentes com Covid na unidade prisional, até que alguém do Ministério da Justiça instruiu a gente a oficialar a Secretaria Municipal de Saúde, porque são elas que fazem o atendimento. Aí a gente conseguiu saber mais rápido quem que estava hospitalizado, quem que não estava. Mas não podia visitar. E o número de pessoas que morreram dentro do sistema prisional vítima da Covid é muito maior do que o número que consta lá no site do Depen. Muitas pessoas contraíram o Covid dentro do sistema prisional, aí foram para o hospital já no estado muito ruim, porque, enquanto não está morrendo, não é levado. Aí essa pessoa vinha a óbito, só que quando ela estava no estado muito grave, eles recebiam alvará dentro no hospital. E a gente também não estava sabendo disso. A gente só foi saber o dia que a Polícia Penal discutiu com o médico, porque queria que ele colhesse a digital do preso porque estava com o alvará lá, mas ele não tinha condição de assinar. Então pediu para o médico colher a digital e o médico se recusou a fazer. E aí alguém estava lá, ele escutou e resolveu contar. A gente descobriu que muitas famílias tinham recebido o preso no caixão lacrado, mas o alvará tinha saído três, quatro dias antes.

Tem a unidade de Manhumirim, a capacidade dela acho que é de 186 presos, lá tinha acho que 230 e poucas, 204 estavam com Covid. Foi onde morreu o Lucas, que foi um menino que o Ministério Público negou o direito dele de aguardar em casa. Falou que ele tinha condição de ficar lá e ele acabou

vindo a óbito. As mulheres durante a pandemia sonhavam à noite, essas loucuras de mãe, que o filho tinha morrido na unidade prisional. E aí elas estavam gritando, chorando, pedindo ajuda. E não tinha como você não atender e não ficar ali, angustiada, ouvindo aquele choro. E de noite você não consegue acessar ninguém, não consegue mobilizar até o dia amanhecer. Nesse período, a Larissa, que é do Culthis, pelejou na minha mão, porque eu não dormia também, não deixava ela dormir.

E agora, pós-pandemia, todos os direitos que foram retirados dos presos no momento da pandemia, alegando a questão da saúde e da segurança da pandemia, não voltaram até hoje. Por exemplo, na visita social, a família podia levar cinco quilos de comida. Hoje é só três quilos. Vários alimentos que podia levar, hoje não pode entrar mais. A pessoa podia receber a visita de duas pessoas adultas. Hoje é uma só. Aí, por exemplo, se o cara está preso e tem quatro filhos, hoje só entra dois, então tem que dividir as visitas para um e para outro. E isso também gera conflitos entre a sogra e a nora. Porque a esposa, a companheira não abre mão de visitar. E a mãe também não abre mão de visitar. E como a visita é só de quinze em quinze dias, então uma sempre vai ficar sem visita. E como as esposas/companheiras são mais novas, mais ligeiras, elas conseguem marcar mais rápido, ou então se é para dormir na fila, elas conseguem dormir lá. Então a sogra que está lá atrás, quando ela chega para entrar, a nora já entrou. Eu falo que isso é um adoecimento psicológico muito ruim. A pessoa tem que escolher quem vai visitar ele. Pai a gente já nem fala, porque pai não vai mesmo. Os irmãos são poucos, mas ainda vão. Então essa pandemia, além da doen-

ça do Covid-19, ela trouxe um monte de outras.

Entrevistadores:

Sobre essas restrições, durante a pandemia, lembro que o grupo de amigos participou ativamente, fazendo críticas, principalmente por meio de audiências públicas e mobilizações na internet. Lembro que teve uma campanha da questão dos containers, mas ali no início da pandemia. Como foram essas articulações?

Dona Teresa:

Então, a visita virtual era de 20 minutos. E aí a visita presencial, quando começou a voltar, era 20 minutos. 20 minutos não dá tempo de falar nada, não podia pegar na mão, não podia abraçar, não podia nada. Então primeiro foi a mobilização para voltar as visitas quando tudo começou a voltar ao normal. Durante a pandemia, a gente mobilizou os familiares em diversas manifestações porque o Estado, a gerência da gestão de vagas, aproveitou a pandemia para tirar os meninos dos municípios. Então, enquanto a Organização Mundial de Saúde recomendava o isolamento, eles movimentavam os presos de um lugar para outro frequentemente. E foi muito isso que lastreou a Covid dentro das unidades prisionais. O preso estava assintomático aqui, ia para outro lugar, ia no ônibus, todo mundo junto respirando o mesmo ar. Chegava lá, ele ia para uma cela com todo mundo junto, aí a pouco estava todo mundo doente. A gente fez a mobilização para parar com essas transferências, que até hoje não parou. Aí depois a gente fez a mobilização para que as chamadas de vídeo que foram propostas fossem feitas, porque a grande maioria dos familiares não conseguia agendar essa chama-

da. Depois, quando começou a abrir comércio, as coisas começaram a funcionar, nos mobilizamos por meio de várias manifestações. Quando liberou o estádio de futebol, a gente se mobilizou para retomar a visita normal e ela foi voltando gradativamente. Primeiro, por três horas, quatro horas, só de manhã ou só de tarde.

A gente fez audiência pública⁶⁷ porque a situação dentro do sistema prisional estava muito perversa, sabe? Os meninos estavam muito magros, não teve um familiar que não reclamou do preso ter perdido no mínimo 10 quilos, porque ele não tinha a alimentação que a família levava, porque durante a pandemia a entrega do kit foi suspensa. A gente fez audiência pública e tivemos várias reuniões com o Ministério Público, que no meu entendimento o Ministério Público é o fiscal da lei, ele deveria fiscalizar de fato o sistema prisional, e isso não acontece. Então o pós-pandemia para a gente foi muito ruim, o sofrimento da pandemia ainda permanece. Sem contar o medo que os meninos têm de tosse dentro da cela hoje.

Entrevistadores:

A gente queria saber como foram as suas experiências nos conselhos da comunidade. O que um conselho tem que ter para ser efetivo? Como você avalia as suas participações?

Dona Teresa:

Então, os conselhos da comunidade não dão certo porque

⁶⁷ Disponível em: <https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2022/05/27_direitos_humanos_visita_de_presos>. Acesso em: 24 de junho de 2024.

eles estão cheios de pessoas que estão ali para fazer caridade e tudo que a gente não precisa é de caridade, a gente precisa de pessoas que busquem por justiça. Os conselhos da comunidade só vão funcionar de fato quando tiver pessoas que consigam entrar [nas unidades prisionais], fiscalizar e propor mudanças. E quando tiver um juiz de execução que converse com o conselho, que apoie e que também ajude o conselho a fiscalizar e a propor as mudanças e que cobre das unidades prisionais, que respeite o que está previsto na lei. Uma coisa, por exemplo, que não é feita é que os conselheiros têm o direito de conversar sozinhos com os presos sem o agente [penitenciário] estar no calcanhar da gente e dificilmente isso acontece, mas quem tem que cobrar isso não é o conselheiro, é o juiz que tem que oficializar a unidade prisional. O cara fica no meu calcanhar aqui, como que o preso vai me contar a violação de direito que ele sofreu? Não vai, porque ele sabe que, na hora que eu virar as costas, eu vou levar muitos dias para voltar lá e, até que eu volte, ele já apanhou e já sarou. E também colocar familiares ou egressos do sistema prisional nesses conselhos. Eu, por exemplo, fui para o conselho da comunidade de Belo Horizonte, que foi o primeiro conselho que eu participei, foi meio que escondido, porque a Associação de Amigos já tinha oficializado o juiz da execução, pedindo a entrada no conselho e eles nunca aceitaram. E aí teve um dia que abriram um edital para conselheiros e aí eu fui lá e me inscrevi, mas não como a Dona Teresa da Associação de Amigos. Está previsto que tem que ter uma pessoa do comércio. Eu tinha um restaurante, eu era do comércio. Aí eu fui e me inscrevi. E, como o meu endereço era Contagem, e eu acho que eles acharam que eu morava em Belo Horizonte por causa da atuação da Associação, aí o juiz me nomeou sem

saber que era eu. Aí depois o mandato do conselho acabou e ele não nomeou para um novo mandato.

Depois de outro juiz assumir, foi a época que o conselho de Belo Horizonte funcionou bem, tinha uma turma grande, também era pouco lugar para ir, porque era o Ceresp da Gamaleira, a Casa do Albergado João Pessoa, a Penitenciária Estevão Pinto e a Casa da Polícia Civil. O juiz participava de todas as reuniões do conselho, acho que teve uma ou duas que ele não foi, mas ele mandava alguém da vara de execução para ir acompanhar e depois disso o mandato acabou e até hoje Belo Horizonte permanece sem conselho.

Entrevistadores:

O que é o projeto Flores no Cárcere, quando ele surgiu?

Dona Teresa:

Lá em São Joaquim de Bicas, tem três unidades prisionais. E no [Presídio de São Joaquim de] Bicas 2 havia duas alas que ficavam no fundo do presídio, que eram as alas femininas. A Associação de Amigos, na época, foi convidada pela assistente social para ir lá conversar com as mulheres. E nisso eu falei, “olha, a gente precisa ver a qualidade da cela, saber como que essas meninas estão presas”. E aí eu parei numa cela, cada um ficou numa cela, para conversar. E na hora que eu entrei, a gente estava conversando, e as meninas reclamando. Aí elas reclamam de uma coisa, reclamam de outra, que não tem médico, que elas não tinham uniforme, que não tinham colchão para todo mundo. E eu fiquei observando a cela, observando a luz, se tinha fiação exposta, se a cela estava molhada. E nisso que eu estava observando, eu vi um

saquinho com miolo de pão em cima da cama, no pé da cama. Eu achei aquilo estranho, mas, quando a gente perguntou sobre o kit para higiene pessoal que a unidade prisional tem que entregar, elas falaram que não tinha absorvente. Aí contaram que a única coisa que elas tinham para fazer [o absorvente] era cortar a perna da calça para fazer um forrinho, mas que as agentes [penitenciárias] estavam comunicando que elas responderiam por dano ao patrimônio público porque o uniforme era do Estado, que elas estavam rasgando o uniforme. E eu fiquei abismada com aquilo, né? Perguntei se não tinha absorvente na unidade ou se não entregavam. Elas falaram que, quando tinha, davam. Mas era um pacotinho para a pessoa e aquilo não era suficiente. E aí a gente chegou na questão da comida, né, da alimentação. A menina falou comigo que tinham diminuído, que a empresa resolveu que pesaria as marmitas e seria só aquela quantidade de comida e não ia passar mais daquilo e que elas estavam ficando com fome. Que a hora do jantar era muito cedo, o café da manhã era muito tarde e que elas ficavam mais de 14 horas sem comer. E eu tinha visto o saco com o miolo de pão, eu falei com a menina assim *“aqui, vocês estão reclamando que a comida é pouca, para que vocês estão tirando o miolo do pão pra jogar fora?”*. A presa olhou para o miolo do pão e olhou pra minha cara e falou assim *“não é para jogar fora não, Dona Teresa, é para a gente fazer o OB quando estamos menstruadas”*. E eu costumo dizer que se ela tivesse batido na minha cara acho que tinha doído menos. Eu tive uma dor tão forte no estômago, eu lembro, é uma cena que eu não vou esquecer nunca. Eu chamei outra pessoa para atender a cela e, quando eu saí, vomitei tudo que tinha no meu estômago. E aí a gente foi reclamar com a assistente social, que falou comigo assim,

“Dona Teresa, quando não dá é porque não tem”, aí eu bati o pé. Ela chamou o diretor de segurança e ele nos acompanhou até o almoxarifado e realmente não tinha. E aí a gente saiu de lá indignado com aquilo, né? E a gente vai embora pensando, *“a gente precisa fazer alguma coisa”*. E eu detesto ser assistencialista, sabe? Mas a gente não podia. Eu falei *“como que a gente vai vir aqui, conversar com as meninas, fazer oficina com elas, se elas não têm um sabonete pra tomar banho, um papel higiênico, um absorvente”*.

E aí a gente foi embora pra casa, pensando naquilo. Quando foi no outro dia de manhã, a gente foi conversar sobre isso, e vai daqui, vai dali, vai daqui, aí a gente colocou o nome da campanha de Flores no cárcere e fizemos a campanha [de arrecadação de produtos de higiene pessoal] e deu muito certo. Três dias depois, a gente estava na unidade prisional, com xampu, condicionador, creme, prestobarba, muito absorvente. Muito absorvente para levar para as meninas. E aí a campanha nunca mais parou. O Estado fornece, mas fornece uma quantidade que não dá, principalmente para as mulheres negras, que têm um fluxo menstrual muito intenso. Então a gente nunca pode tirar a campanha. Tem época que a gente pede menos, porque às vezes a gente recebeu uma doação grande e tem para entregar. E lá na PUC a gente tem o professor Amarildo, que faz a campanha permanente lá dentro da PUC e o pessoal contribui muito.

Mas assim, tem gente que, quando a gente fala da campanha, acha que a gente tá dengando o preso. E não é. A pessoa está privada de liberdade, ela não tem um creme para passar no corpo. Essa pele dela vai ressecar, vai rachar, vai

se tornar uma ferida com o tempo. O calcanhar vai rachar, ela vai pegar frieira porque não consegue hidratar. O cabelo, principalmente quem tem o cabelo crespo, vira uma bucha, porque lava com sabonete, porque não tem xampu, não tem condicionador. E eu sou preocupada com essa questão de cabelo porque eu acho que a gente que é preto, principalmente agora que a gente aprendeu que o nosso cabelo é bonito. E eu entendo isso porque, quando eu era pequena, eu tinha um cabelo muito grande. Então a minha mãe fazia uma trança só no meio do meu cabelo, aquela trançona grossona e ainda amarrava uma fita. E eu achava tudo em mim ruim. Eu era a mais preta lá de casa, eu era a única baixinha, eu era a única gorda. Então, para mim, eu era toda errada lá de casa, né? Mas eu também era a única que tinha um cabelo bonito. E aí quando meu pai morreu, que eu fui morar lá no colégio interno, a primeira coisa que fizeram quando eu cheguei lá foi cortar meu cabelo. E aquilo me causou uma dor muito grande, sabe? Então, assim, a gente tem essa preocupação desse cuidado com essas meninas. Não é uma questão de dengar, é uma questão mesmo de necessidade. O Estado prende mulheres e não fornece para essas mulheres presas calcinhas para vestir. Ela não pode sair, ela não pode comprar, ela não tem ninguém para levar. Aí você tem que ir para a rede social pedir calcinha e aí tem gente que entende que isso é luxo. A gente sabe que tem muita gente que não ajuda, mas a gente tem uma galera também que ajuda, e ajuda muito.

Entrevistadores:

Uma coisa que você já até contou um pouco aqui hoje foi sobre a Agenda Nacional pelo Desencarceramento e as Fren-

tes [estaduais], mas a gente queria saber mais sobre como foi a participação do grupo de amigos nessa construção, seja da Agenda, ou, depois, da Frente aqui em Minas Gerais, que foi uma das pioneiras, né? A gente queria saber um pouco mais de como que foi isso.

Dona Teresa:

Teve os Crimes de Maio em São Paulo, e, nessa busca por justiça, elas perceberam que os meninos que estavam sendo mortos, mesmo quem não tinha nenhum envolvimento com o crime, estavam sendo criminalizados porque aparecia uma arma que estava com o cara, uma droga que estava com o cara. E aí surgiu essa ideia de fazer uma Agenda Nacional pelo Desencarceramento. E a Associação de Amigos já existia, já era atuante porque os seminários que a gente fazia, os livros que foram escritos, já tinham se esparramado pelo país, então eu recebi um convite para participar da reunião da Agenda Nacional porque eles precisavam construir uma cartilha, um norte para a gente começar a atuar no país. Foi quando surgiram os dez pontos da Agenda⁶⁸. E aqueles dez pontos foram debatidos um a um até todo mundo concordar com a forma que estavam escritos. E aí foi muito bacana porque a grande maioria [das pessoas que estavam na reunião] era familiares de pessoas presas e agentes da Pastoral Carcerária. A Agenda ficou funcionando de uma forma bem acanhada porque tinha que mandar as coisas pra Pastoral Carcerária Nacional e a gente não conseguia mandar aquilo com a rapidez que era preciso. Aí a Pastoral Carcerária co-

⁶⁸ Para acessar os 10 pontos da Agenda Nacional pelo Desencarceramento, acesse: <<https://carceraria.org.br/agenda-nacional-pelo-desencarceramento>>. Acesso em: 02 de julho de 2024.

meçou a formar os agentes das pastorais [na pauta] antiprisional. Os agentes começaram a entender que a prisão era um lugar que não precisava existir, que ela precisava acabar, e aí, além de levar a questão religiosa [para as pessoas presas], eles precisavam também trazer para o conhecimento da população as violações de direito que aconteciam lá dentro. Porque o que eu sempre digo, *“não adianta se eu chegar perto de uma pessoa e falar com a pessoa que Jesus te ama, e aquela pessoa não tem comida, tá machucada, não tem água pra beber, não tem roupa pra vestir, não tem cobertor, não tem colchão”*. Que amor é esse que eu fui lá levar pra ele que eu não consigo perceber as necessidades básicas daquela pessoa? E aí os agentes começaram a trazer essa demanda para fora e a gente se reunia uma vez por ano, cada vez em um estado. Na reunião que a gente teve em Olinda, deve ter sido 2017 ou 2018, foi proposto que cada estado tivesse uma frente estadual para as demandas mais urgentes, para não ficarmos esperando a [reunião] nacional. Minas foi uma das pioneiras de criar essa Frente Estadual pelo Desencarceramento. A gente conseguiu levar para aquela discussão 36 movimentos sociais de Belo Horizonte e da Região Metropolitana para discutir essa pauta do desencarceramento. Para a gente, foi muito importante porque a gente não imaginava ter representantes de tantos movimentos sociais interessados em aprender e discutir sobre o abolicionismo penal. De lá pra cá, a Frente teve umas atuações muito boas, mas aí veio o período da pandemia, que deu uma freada nos trabalhos. Ano passado não teve pandemia, mas a Associação de Amigos estava um pouco afastada, e aí as coisas também não aconteceram. Agora a gente retoma a Frente e estamos articulando para fazermos um encontro e trazer de volta esses movimentos sociais para a gente fazer

roda de conversa em universidade, igreja, campo de futebol, associação de bairro, vila, favela, baile funk, pista de skate, em tudo quanto é lugar que a gente conseguir.

Entrevistadores:

Uma outra coisa que eu queria te perguntar é que o grupo de amigos sempre participou das discussões sobre política de drogas, né? Inclusive tem um vídeo seu que viralizou uns anos atrás. Você está falando sobre legalização da maconha, sobre as problemáticas dessas propostas de construção de mais vagas nas unidades prisionais. Como você acha que essa discussão sobre proibicionismo, proibição de drogas, é importante pra luta antiprisional, e também como é a participação da associação na marcha da maconha aqui de BH?

Dona Teresa:

Existe uma pauta do governo que eles chamam de guerra às drogas. Não existe guerra às drogas. Existe uma guerra contra a periferia, uma guerra contra a pobreza, que eles deram o nome de guerra às drogas, que eles não vão falar “*vou guerrear contra os pobres*”, né? E aí, com o passar dos anos, a gente descobre que essa guerra é uma guerra injusta. Ninguém nunca tinha explicado para a gente que a cannabis é uma planta e que existia a possibilidade que alguém estava pesquisando sobre muitas coisas positivas vindo dessa planta. Inclusive, esse monte de doença que os óleos da cannabis trata, que é muito melhor, tem muito menos efeito colateral, causa muito menos dano ao organismo do que essa quantidade imensa de comprimidos que as pessoas tomam. Naquela época, eu estava começando a aprender sobre isso, quando eu fiz aquele vídeo. Mas o que mais me doía naquela

época é que a polícia usa a maconha para matar e para prender pobre na periferia. Porque é o pobre e periférico que está vendendo a maconha. Mas ela não usa o tal do serviço de inteligência dela para rastrear para onde o dinheiro da droga foi. Quer dizer, pode matar e prender o preto aqui, mas não quer saber para onde o dinheiro foi, porque lá na comunidade, lá na periferia, onde não tem água, não tem luz, onde não tem saneamento básico, onde a escola é uma porcaria, onde as mães não têm dinheiro para pagar, o dinheiro não fica. Então, assim, eles sabem que os verdadeiros traficantes não são aqueles indivíduos que estão sendo presos. Mas como a justiça é seletiva, ela já escolheu quem vai ficar preso. E eles usam essa guerra às drogas para lotar as unidades prisionais, porque essa política de droga aumentou muito o número de encarceramentos, principalmente o de mulheres. E nesse criar vagas, também entra a questão da privatização do sistema prisional. Eles querem criar vagas nesse sistema perverso. E esse ponto de nenhuma vaga a mais também é um dos pontos da Agenda [Nacional pelo Desencarceramento]. Quando eu descobri que o talo da maconha, o cânhamo, vira até bolsa, mochila, mala, sapato, eu falei, “gente, que troço que podia dar muito certo”. A gente começou a ver também fora do país, nos lugares onde a maconha foi descriminalizada, que a entrada por uso da maconha no hospital diminuiu muito, porque as pessoas estão tendo acesso a uma erva de melhor qualidade, sem aquele monte de mistura que coloca para fazer render. E a proibição da maconha não impede a pessoa de fumar, quem quer fumar maconha já fuma. Então quem quer fumar maconha não precisa da Marcha da Maconha. Quem precisa da Marcha é aquele pretinho que está preso lá por causa de dez gramas de maconha, que era um

usuário que, na hora da abordagem, virou traficante. Quem precisa da Marcha da Maconha é esse monte de pessoas doentes que a gente tem no país, que poderia o governo, com aquele óleo, tratar inúmeras doenças e deixar de pegar esse caminhão de dinheiro para comprar remédio da indústria farmacêutica. E as pessoas não entendem isso porque elas não querem ler sobre isso. Porque elas acham que falar de maconha é um tabu, elas não querem estudar sobre isso. E a única forma que a gente achou de movimentar o país é com a Marcha da Maconha. Tem marcha para tudo enquanto é troço. E a gente não quer o óleo na indústria farmacêutica não. A gente quer na farmácia do SUS. Quem tem dinheiro consulta com médico, paga uma consulta cara, porque é cara, eu sei porque a gente pagou. Tem um monte de gente rica e que mete o pau na maconha mas que está usando os óleos. Mas, em compensação, a população periférica que não tem dinheiro, não consegue comprar porque é mais de 200 reais no vidrinho de óleo.

Entrevistadores:

Dona Teresa, queria conversar um pouco sobre a relação com a Universidade. Bom, nós do LabTrab tivemos pelo menos duas experiências de pesquisa e intervenção junto com a Associação de Amigos. A primeira, que foi em 2018, foi a “Direitos Humanos e Justiça Criminal: enfrentando a prisão provisória e o encarceramento em massa no Brasil”, que foi coordenada pela professora Vanessa. E aí tiveram dois resultados que até hoje reverberam entre a gente, que nós construímos juntos, que foram a Plataforma Desencarcera! e o Curso de Desencarceradoras Populares. E a segunda pesquisa, que foi interrompida durante a pandemia, que foi “Im-

pactos Psicossociais do Encarceramento no Cotidiano das Famílias e em sua Relação com Presos(as) e Egressos(as)”. Essa pesquisa foi interrompida, mas eu lembro que um dos resultados foi a cartilha “*O Suas é seu: informações para familiares de pessoas presas e para egressos(as) prisionais*” e aquele site também para localizar qual o Cras de referência procurar para ir atrás de direitos. Como é que a senhora avalia o resultado dessas pesquisas e, principalmente, dessas ações e resultados, que são tanto do LabTrab quanto da Associação de Amigos?

Dona Teresa:

Então, na primeira pesquisa, o nosso maior ganho foi a Plataforma Desencarcera!⁶⁹, pois a gente sonhava com algo onde o familiar pudesse fazer denúncia sem se expor. Onde a sociedade pudesse ter um lugar para ver que não é a Dona Teresa, o Sr. Fulano ou a Sra. Beltrana que tá reclamando da cadeia, que é um monte de visitantes que estão ali contando a mesma história, e não é na mesma unidade, é em todas as unidades do estado.

E aí veio a Plataforma Desencarcera! e, assim, foi muito positivo, né? Às vezes tem [informações] na “*Cartilha da Pessoa Presa e Seus Familiares: direitos e deveres de pessoas privadas de liberdade*”⁷⁰. Hoje a pessoa te pede a cartilha, você fala, “olha, entra lá na plataforma, a cartilha está lá disponível, é só você dar um clique”. Mas, se eu não tô enganada, nessa pesquisa também saiu o livro, que é “*Relatos do Cárcere: pequeno vocabulário de afetos do cotidiano prisional*”, que é um livro

⁶⁹ Para acessar a Plataforma Desencarcera!: < <https://desencarcera.com/> >. Acesso em: 02 de julho de 2024.

⁷⁰ As cartilhas comentadas nesta resposta estão disponíveis no site da Plataforma Desencarcera!

que eu ainda não vi uma pessoa que leu que não se emocionou com a forma como a carta do preso foi colocada no livro e como foi comentada aquela carta depois, sabe? As pessoas conseguem enxergar o outro lado com o olhar do outro. Os familiares receberam o livro de graça e até então eles nunca tinham recebido um livro que causasse um impacto neles, porque estavam falando deles, né? Aquilo que o outro preso contou na carta dele muitas vezes aconteceu com o preso deles também.

Mas o Curso de Desencarceradoras Populares, eu acho que ele foi tão importante porque ele fez com que as mulheres tivessem vontade de fazer alguma coisa, mas que tinham medo de fazer e muitas vezes não sabia como fazer. E aí veio o curso e mostra para aquelas mulheres como que ela podia fazer e através do curso ela conseguiu jogar todo o potencial que ela tinha para fora e colocar ele ao serviço das outras companheiras. E foi nesse curso, porque foi na época que tinha criado o SEEU⁷¹, e aí os familiares não conseguiam ter acesso aos processos, porque não adiantava mais ir na vara de execução para saber, porque tinha que saber pela internet, e aí teve um professor, um advogado, que foi lá para ensinar os familiares como que elas iam conseguir acessar esse processo, que eu acho que essa foi uma das aulas mais interessantes que teve porque quando as meninas colocavam lá no grupo, *“eu não sei notícia do meu preso”, “não sei o que aconteceu”, “não sei se ele foi transferido”, “não sei se o juiz falou alguma coisa”,* aí uma ia lá falar, *“perai que eu vou lá olhar para você”,*

⁷¹ Sistema Eletrônico de Execução Unificado. Sistema que reúne informações sobre os processos de execução penal no qual as pessoas podem acompanhar as movimentações processuais.

que elas também se entusiasmaram, né, agora elas aprenderam, elas queriam me ensinar, aí ia lá olhava, *“oh, lá despachou assim e assim do seu processo, tá isso e isso”*. Às vezes no processo eles escrevem uma palavra que o familiar não sabe o que significa e aí no curso as meninas aprenderam muito sobre isso, então foi um curso que ajudou bastante, e que a gente está querendo outro.

Agora, a segunda pesquisa foi importante porque os familiares não se entendem como sujeitos de direito. Quando a pessoa vai presa, ela sabe que a pena não pode passar da pessoa condenada, mas ela acha que ela também perdeu os direitos dela. Ela se sente intimidada a procurar o Cras, o Creas para buscar um direito, ela tem vergonha. Tem muita coisa que foi ensinada naquela cartilha, que nem eu não sabia. Eu acho que o principal foi disso aí, porque a pesquisa foi interrompida por causa da pandemia, mas só essa parte da cartilha do Suas já valeu, porque hoje eu tenho facilidade de falar com o familiar, assim, *“você está desempregado, você vai lá no Cras”* e ele não tem vergonha de ir. E aí, para os familiares, foi bom que eles aprenderam que eles têm direito e quando um aprende, ele faz questão de ensinar porque elas se sentem úteis quando alguém pergunta alguma coisa lá no grupo e elas têm condição de responder. Porque o grupo de familiares é para isso, é para um familiar ajudar e orientar o outro.

Entrevistadores:

Então, eu acho que, aproveitando uma fala sua, eu acho que é muito bom para a gente também, do LabTrab e do Culthis, que foi se construindo, se desenvolvendo no tem-

po também da Associação. O Culthis tá lá desde 2007/2008, especialmente na área do sistema prisional do LabTrab. E aí, eu queria te perguntar como é que você avalia essa relação da associação com a universidade, pensando, Dona Teresa, justamente tanto em outras associações que querem fazer algo com a universidade e outras universidades que também querem fazer algo com outras associações. O que que a senhora poderia pensar sobre isso, deixar de reflexão para esses lados?

Dona Teresa:

Para as associações, a pessoa pensa que [a universidade] é algo muito distante. Eles não conhecem os programas de extensão, que eu acho que também é uma falha das universidades, que deveriam tornar isso público. A Associação de Amigos sempre teve as portas da UFMG abertas para tudo que a gente precisou. E eu sou muito grata por isso, sabe? A gente tem o LabTrab, o Culthis, que atende e que, na pandemia, foi o meu suporte maior. Porque eu, do meu lugar de fala, consigo mostrar para a pessoa que eu sou igual a ela, que eu sou periférica e que eu tive esse acesso, que, se eu conseguir, ele consegue também. E a universidade, do seu lugar de fala, ela consegue fazer a pessoa entender que aquilo não é um favor que ela está recebendo, que aquilo é um direito que ela tem que buscar, que ela tem que reivindicar. Aí, quando você une essas duas coisas, a gente se torna uma força para buscar as coisas que a população quer e precisa. E essa proximidade também é muito boa porque a gente faz com que os meninos que estão lá na periferia agora entendam que eles podem estar nessa universidade ao invés de estar no cárcere. Que aqui [na universidade] é um lugar que nos cabe. As univer-

sidades antes do Enem eram só para as pessoas que estudavam em colégio bom, [quem estuda em] escola estadual ou municipal dificilmente ia passar no vestibular e ter acesso à faculdade. Aí, através das cotas, os meninos conseguiam entrar e aí a gente consegue mostrar para eles que dentro da universidade é um lugar que cabe a gente. E a gente sabe que dentro da universidade tem pessoas que se empenham para que a gente esteja aqui, para que essas parcerias aconteçam. Porque não é só a universidade, são as pessoas que estão ali que fazem com que isso aconteça. A Associação de Amigos já construiu seminários com outras universidades, mas que só nos quis ali naquele seminário, que naquele momento aquilo era bom para eles. Mas que não veio depois com nenhum apoio, mesmo que solicitado. E a UFMG está sempre convidando para palestras, para discutir com os alunos, para dialogar, para construir junto, igual essas duas pesquisas, a Associação foi chamada para construir junto.

Entrevistadores:

Agora, já encaminhando para os finalmentes, tem uma frase que a gente gosta muito, essa frase é da Angela Davis, que é: *“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta junto com ela”*. Então a gente queria saber um pouco, a partir dessa sua movimentação que a gente está aqui conversando, o que você acha que tem se movimentado junto com você? Quais são os impactos dessa sua movimentação?

Dona Teresa:

Eu acho que o maior impacto que eu tenho da minha movimentação foi o de fazer com que os movimentos so-

ciais pautassem o abolicionismo penal nas suas conversas, e muitas universidades também têm pautado isso. Antes, a gente só conseguia conversar sobre a luta antiprisional com a federal [UFMG]. Hoje não, alguns professores em algumas universidades têm discutido sobre isso. E quando a Angela fala que quando uma mulher negra se movimenta todo mundo se movimenta, é porque são as mulheres negras periféricas que estão, como dizem, se aquilombando para fazer as coisas acontecerem, para fazer essa roda girar. Porque é a mulher preta que ganha menos, é a mulher preta que não tem condição para ir para o trabalho, que não tem creche para deixar o filho, que a escola que o filho estuda é ruim, que o filho vai preso, que o filho é morto pela polícia, que o filho consegue passar no Enem, mas não consegue se manter na universidade, que o filho não consegue trabalho porque mora longe, ou talvez porque não tem uma qualificação profissional. Então, quando elas falam que se movimentam, é por isso. E quem está na frente dessa luta é o povo preto, e principalmente as mulheres pretas. Você pode olhar toda manifestação, toda roda de conversa, toda movimentação que tem, é um monte de mulher. Mesmo as não pretas, é um monte de mulher. Você está numa roda ali, você conta quantos homens, tem uns quatro, cinco, aí tem umas 20 mulheres. Por isso que acho que a Angela falou isso, que move toda a estrutura da sociedade, é porque a gente entendeu que a gente tem que se movimentar e tem que buscar pelos nossos direitos, porque se a gente não fizer esse corre, ninguém vai fazer.

Entrevistadores:

Então vamos para a última [pergunta] que é, a gente que-

ria saber, para além da militância, o que você gosta de fazer? Você gosta de algum livro, de alguma música, assistir a alguma coisa ou algo nesse sentido?

Dona Teresa:

Eu gosto de assistir série turca. Eu gosto de assistir filme. Não gosto desses filmes melosos, gosto de filme de ação. Eu gosto muito de assistir “Velozes e Furiosos”. Também tem um filme muito bom, “O Milagre da Cela 7”, eu sou apaixonada com aquele filme. Eu, às vezes, assisto documentários, porque são muito bons para a gente aprender. Eu gosto muito de música, muito mesmo. Eu não gosto de cantor. Eu gosto de música. Às vezes, tem um cantor que eu gosto de uma única música dele, mas eu gosto muito daquela música. Dos cantores, eu gosto muito das músicas do Oswaldo Montenegro. Chico Buarque, também gosto de todas as músicas do Chico. Mas eu ouço muito hip hop, eu só não gosto do hip hop pesado. Esse eu não ouço, não. Eu vou de Beethoven a [Mc] Poze do Rodo em uma velocidade muito grande. Depende do meu dia, o que eu vou, o que eu ouvi. E a música tem o poder de transportar a gente para um outro lugar. Às vezes, você está muito alegre, você ouve música. Você está muito triste, você ouve música. Você está sentindo uma dor, você quer esquecer daquilo, você coloca uma música e vai. E, assim, eu estou sempre ouvindo música. Agora, eu gosto muito de música gospel. Principalmente dos hip hop gospel. Tem um cantor brasileiro, que até é egresso do sistema prisional, que chama Tiagão, que ele tem músicas maravilhosas, só música gospel, mas são umas letras sensacionais. Mas eu também ouço muita música em dialeto africano. Eu

ouço muito dos meninos do Maverick City, porque eles têm um trabalho nas prisões lá dos Estados Unidos, junto com o Kirk Franklin e as músicas dele são muito bonitas, só que são músicas cantadas em inglês. Aí o que eu faço? Eu pego a letra da música, vou lá no Google e coloco lá pra traduzir. Mas quando eu tô muito aborrecida, quando algo está me perturbando, me avacalhando por inteiro, eu vou mexer nas plantas. Aquilo me dá uma energia, assim, uma coisa inexplicável. Eu tô com muita raiva, na hora que eu coloco o pé do lado de dentro do cercado das minhas plantas, a raiva cai lá do lado de fora. Eu esqueço tudo. Ali eu tô mexendo com as plantas, eu consigo achar a solução para uma coisa que eu achava que não tinha solução. E eu acho que é muito interessante isso porque tudo que eu planto dá certo. Eu acho que é porque eu tenho amor. Então, assim, meu hobby maior, minha diversão maior é ouvir música e plantar. Eu amo as minhas plantinhas e não gosto que ninguém mexe. Quando alguém fala que vai pegar minhas plantinhas, eu já fico pensando, vou vigiar fulano. E quando eu vou na casa das outras pessoas, também tem que me vigiar porque se tiver alguma plantinha que eu não tenho, ela vai embora comigo. Eu leio muito, sabe? Antigamente, eu lia tudo que caía na minha reta. Hoje eu estou mais seletiva, acho que é porque meu tempo também está mais corrido, mais curto. Então, eu procuro ler sempre livros que estão relacionados com encarceramento, com abolicionismo penal, com direito. Porque eu preciso desse conhecimento. E é através da leitura que eu consigo aprender. Então, assim, nos meus momentos, nos vagos, também eu gosto de ler.

Entrevistadores:

Obrigada, nem vi o tempo passar. Uma honra, Dona Teresa. Uma aula, como toda vez.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, C. R.; MEDRADO, N. R.; SANTOS, T. C. C. (2020). **Relatório técnico [livro eletrônico]:** covid-19 nas prisões de Minas Gerais: o que nos dizem as famílias. Belo Horizonte: Instituto DH.

FREIRE, Paulo. (2019). **À sombra desta mangueira.** (12^a ed). São Paulo, SP: Editora Paz & Terra.

FREIRE, Paulo. (2021). **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. 28^a ed. São Paulo, SP: Editora Paz & Terra, 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

Abolicionismo Penal: 1, 2, 8, 9, 13, 43, 46, 48, 71, 101, 104, 130, 154, 157, 169, 170, 198, 207, 209.

Acolhimento psicossocial: 1, 2, 5, 7, 8, 9, 13, 14, 69, 70, 71, 74, 75, 94, 95, 96, 107, 110, 127, 135, 155, 157, 158 e 161.

Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade: 10, 53, 110, 139, 170 e 175.

Curso de Desencarceradoras Populares: 5, 10, 63, 75, 110, 119, 133, 134, 148, 170, 201 e 203.

Cárcere: 2, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 22, 32, 44, 45, 59, 61, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 84, 85, 86, 88, 91, 92, 93, 94, 96, 101, 102, 103, 105, 107, 120, 121, 128, 133, 134, 135, 136, 137, 141, 142, 143, 145, 149, 150, 153, 155, 156, 169, 170, 171, 172, 176, 183, 193, 195, 202 e 205.

Clínica política: 8, 12, 71, 100, 109, 129, 157, 158 e 168.

Criminologia crítica: 8, 11, 43, 44, 46, 71, 137, 152, 157 e 167.

Desencarceramento: 49, 75, 85, 113, 114, 140, 141, 145, 146, 150, 182, 196, 197, 198 e 200.

Direitos humanos: 2, 7, 14, 15, 16, 18, 22, 28, 43, 47, 55, 59, 64, 65, 69, 70, 102, 103, 106, 110, 111, 113, 138, 139, 141, 142, 147, 153, 155, 157, 167, 170, 191 e 201.

Ergologia: 8, 11, 44, 45, 46, 71, 99, 104, 129, 135, 151 e 157.

Extensão / extensão universitária: 2,5, 7, 9, 10, 11, 14, 15, 28, 34, 38, 43, 46, 47, 48, 49, 54, 55, 58, 67, 69, 70, 73, 86, 103, 104, 105, 106, 108, 111, 112, 114, 128, 133, 141, 148, 155, 166, 171 e 205.

Familiar de pessoa presa: 71, 74, 75, 86 e 94.

Fila: 30, 38, 58, 66, 70, 74, 107, 108, 112, 113, 118, 184, 185 e 189.

Plataforma Desencarcera!: 5, 9, 62, 70, 103, 105, 107, 108, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 126, 128, 139, 148, 201 e 202.

Prisão: 7, 18, 20, 24, 32, 40, 41, 45, 52, 56, 57, 60, 66, 69, 71, 72, 75, 76, 77, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 106, 113, 120, 131, 137, 139, 140, 142, 143, 146, 150, 152, 154, 156, 164, 168, 170, 171, 178, 185, 198 e 201.

Psicossociologia do trabalho: 8, 11, 12, 41, 44, 46, 71, 84, 99, 129 e 151.

Sistema prisional: 7, 8, 9, 13, 18, 22, 23, 25, 26, 30, 34, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 54, 64, 70, 75, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 96, 97, 98, 100, 103, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 118, 119, 120, 126, 127, 134, 136, 138, 139, 140, 142, 144, 148, 149, 153, 155, 167, 180, 181, 186, 187, 188, 191, 192, 200, 205 e 208.

Sobrevivente do cárcere: 9, 70, 71, 74, 86, 94 e 155.

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)

Angela da Silva Juscelino

Irmã de uma pessoa que cumpriu pena por 20 anos em Minas Gerais, ativista na causa antiprisional, mãe e avó.

Bárbara Assenção da Silva Faria

Graduada em Direito e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, ambos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos (LabTrab/UFMG) e orientadora de extensão do Culthis.

E-mail: barbaraassencao@gmail.com

Carolyne Reis Barros

Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente coordena o grupo de pesquisa “Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos” e o programa de extensão Culthis: Espaço de Atenção Psicossocial Destinado a Pessoas Presas, Sobreviventes do Cárcere, Amigos e seus Familiares.

E-mail: reis-barros@ufmg.br

Guilherme dos Santos Azevedo Cardoso

Graduado em Direito e Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, ambos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos (LabTrab/UFMG) e

orientador de extensão do Culthis.

E-mail: *briguisac@gmail.com*

João Batista Moreira Pinto

Doutor em Direito, diretor do Instituto DH e professor do programa de pós-graduação da Escola Superior Dom Helder Câmara.

E-mail: *jbmpinto@gmail.com*

Larissa Viana de Carvalho Diniz

Psicóloga graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais. Membro do Laboratório de Estudos Sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos (LabTrab/UFGM) e orientadora do Culthis.

E-mail: *larissavianaufmg@gmail.com*

Maria Teresa dos Santos

Abolicionista penal, militante antiprisional e articuladora da frente estadual pelo desencarceramento/Minas Gerais

Meiricélia da Rocha

Familiar de uma pessoa que cumpre pena em Minas Gerais.

Nayara Rodrigues Medrado

Professora de Criminologia e Direito Penal da UFJF-GV. Graduada e mestre em Direito pela UFGM. Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar Sociedade e Encarceramento (NISE/UFJF-GV).

E-mail: *nayaramedrado@gmail.com*

Pedro Mendonça Moreira

Estudante de Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais e membro do Laboratório de Estudos sobre Trabalho,

Cárcere e Direitos Humanos (LabTrab/UFMG).

E-mail: pedromoreii@hotmail.com

Samuel Lourenço Filho

É um ex-presidiário que escreve e fala sobre prisão, formado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social pela UFRJ. Seus textos estão impressos em quatro obras de autoria própria: Além das Grades, Gangrena, Res-socializado na Cidade do Caos e Penitência. É fundador do projeto Marroca Conteúdo Prisional, uma editora que visa à publicação de presidiários, egressos prisionais, profissionais e população envolvida com tema.

E-mail: samucagpdes@gmail.com

Thaísa Vilela Fonseca Amaral

Psicanalista. Graduada em Psicologia pela UFMG. Mestra e Doutora em Psicologia Social pela mesma universidade. Foi bolsista pelo Programa de Doutorado Sanduíche/Capes no Conservatoire National des Arts et Métiers - CNAM em Paris, França.

E-mail: thaisavfa@gmail.com

Thays Christine da Costa Santos

Graduada em Psicologia com ênfase em Processos Psicossociais e mestre em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com pós-graduação em Gestão Pública e Gestão Social.

E-mail: thayscosta.psi@gmail.com

Publicado em 2024, momento em que se comemora os 17 anos de fundação do Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade (GAFPPPL), de Minas Gerais, movimento de grande importância para a luta abolicionista penal no país, este livro foi impresso em papel Pólen 80g e as tipografias Roboto (Serif e Condensed).

REALIZADORES:



CULTHIS

CULTURA, TRABALHO E HISTÓRIAS:
Espaço de atenção psicossocial a
pessoa presa, sobreviventes do sistema
prisional e familiares

D!

FINANCIADORES:

PROEX



**PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO**

UF *m* G

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

ISBN 978-65-991947-6-4



9 786599 194764